



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 166

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1967

ATA DA 223ª SESSÃO, EM 29
DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª Legislatura

**PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA
ANDRADE E CATTETE PINHEIRO**

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Se-
nadores:

José Guimard
Milton Trindade
Moura Palha
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Fortela
José Cândido
Menezes Pimentel
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Domício Gondim
José Ermirio
Teotônio Vilela
José Leite
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
João Abrahão
Fernando Corrêa
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Atilio Fontana
Guldo Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
32 Srs. Senadores. Havendo número
regimental, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão ante-
rior.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão
a ata.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para
uma retificação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a pala-
vra o Sr. Senador, Aloysio de Carva-
lho

SENADO FEDERAL

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para retificar a ata — Sem revi-
são do orador) — Senhor Presi-
dente, creio que houve um equívoco na
ata, quando me atribuiu pronuncia-
mento contrário à urgência de dois
projetos. Manifestei-me contrária-
mente à urgência relativa ao Proje-
to de Lei nº 140, vindo da Câmara
dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Exª tem
razão. A ata está incorreta. Será
feita a retificação, de acordo com o
que realmente se deu na sessão.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação
a ata.

Os Srs. Senadores que a aprovam,
com a retificação solicitada, queiram
permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Se-
cretário irá proceder à leitura do ex-
pediente.

É lido o seguinte expediente:

Excelentíssimo Senhor Senador Auro
Soares de Moura Andrade, Digníssi-
mo Presidente do Senado Nacional.
Brasília-DF.

Ofício Nr. 594-67.

Solicito em nome do governo do
Estado a devida autorização do Se-
nado Federal a fim de que a Com-
panhia de Telecomunicações do Pa-
raná — Telepar possa efetivar um
financiamento externo junto à Ma-
nufactures Hanover Trust Company,
entidade financeira norte americana,
na valor de US\$ 6.000.000,00 para
fins de implantação do sistema es-
tadual de Telecomunicações no Es-
tado.

A finalidade específica do finan-
ciamento em a aquisição de equipa-
mentos de telecomunicações de fabri-
cação nacional, bem como construção
das obras civis em que serão insta-
dos os equipamentos.

Certo de contarmos com o valioso
apoio dessa alta Casa do Congresso,
subcrevo-me apresentando meus pro-
testos de alta estima e distinta con-
sideração. — Paulo Pimentel, Gover-
nador do Paraná.

PARECERES

Parecer nº 940, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executi-
vo sobre o Projeto de Lei da Câ-
mara nº 124, de 1967 (nº 691-B-67,
na Câmara), que autoriza o aumen-
to de capital da Usina Termelétrica
de Figueira S. A. — UTEFLA.

Relator: Senador Antonio Balbino.

O Sr. Presidente da República, na
forma do art. 54, parágrafo 1º e 2º,
da Constituição do Brasil, submete ao
Congresso Nacional, acompanhado de
Exposição de Motivos do Ministro de
Estado das Minas e Energia, projeto
de lei que autoriza o aumento de ca-
pital da Usina Termelétrica de Fi-
gueira S. A. — UTEFLA.

O aumento de capital, autorizado
pelo projeto, eleva-se de
NCR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de
cruzeiros novos) até a limite de
NCR\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de
cruzeiros novos), mantida a obriga-
ção de subscrição, pela União, de no
mínimo, 51% do capital, em ações or-
dinárias nominativas, com direito a
voto, utilizando-se, para esse fim, os
recursos consignados no orçamento da
Comissão do Plano do Carvão Nacio-
nal, a partir do exercício de 1963, fi-
cando o restante do capital à dispo-
sição de investimentos particulares e
pelas empresas referidas no art. 3º da
Lei nº 3.226 de 27 de julho de 1957.

A proposição é justificada, entre
outros, com as seguintes razões, con-
stantes da Exposição de Motivos do
Ministro das Minas e Energia:

“A Comissão do Plano do Car-
vão Nacional (CPCAN), pelos ofi-
cios números 57 e 210 de 1967, su-
geriu-me providências no sentido
de ser obtida a necessária autori-
zação legislativa para a elevação
do capital da Usina Termelétrica
de Figueira S. A. — UTEFLA,
atualmente de NCR\$ 2.000.000,00
(dois milhões de cruzeiros novos)
até a limite de NCR\$ 30.000.000,00
(trinta milhões de cruzeiros no-
vos).”

2. Segundo esclarecimento da-
quela autarquia, a medida funda-
menta-se em três razões da maior
relevância, abaixo mencionadas:

a) reavaliação do ativo imobi-
lizado;

b) ampliação da usina, aumen-
tando-se a sua capacidade gera-
dora de mais 50% (cinquenta por
cento), mediante a instalação de
uma unidade de 10MW e do cor-
respondente sistema de distribui-
ção;

c) regularização do capital so-
cial em face das distorções con-
tidas nas Leis nº 4.156, de 24 de
novembro de 1932 e 4.676, de 18
de junho de 1955 no que diz res-
peito à participação da Centrais
Elétricas Brasileiras S. A. —
ELETROBRAS.

3. Quanto à alínea “a” — rea-
valiação do ativo, embora nos
termos da lei nº 4.723-63 (Mer-
cado de Capitais) seja facilitado
às empresas incorporar o produto
da correção monetária ao capi-
tal ou escriturá-lo como reserva,
no caso da UTEFLA sobre a
conveniência da opção pela pri-
meira alternativa.

4. No que se refere à alínea “b”
— ampliação da usina, a pro-
vidência visa ao aumento da pro-
dução instalada para atender à
crescente demanda da região
vida pela Companhia Paranaense
de Energia Elétrica (COPEL),
distribuidora da energia produzida
pela UTEFLA. O empreendi-
mento será, sem dúvida, econô-
micamente proveitoso para a
UTEFLA, visto como o acréscimo
de energia em circulação já tem
seu mercado praticamente asse-
gurado. Cumpre ainda ressaltar
o provável barateamento do pro-
duto do Kw/h devido ao melhor
aproveitamento da mão de obra
já existente e ao considerável au-
mento do consumo do carvão na-
cional.

5. Finalmente, no que tange à
alínea “c” — regularização do
capital — cabe esclarecer que o
capital da UTEFLA foi fixado,
inicialmente em R\$ 300.000,00
(trezentos milhões de cruzeiros an-
tigos) e distribuído em 300.000
ações, das quais a União subs-
creveu 100.000 por intermédio da
CPCAN, tudo de conformidade
com a Lei nº 3.223, de 27 de ju-
lho de 1957 (art. 6º e 7º).”

Trata-se, como se vê, de medida de
interesse para a economia nacional,
uma vez que colabora, com recursos
provenientes de fundo público — da
Comissão do Plano Nacional do Car-
vão — para o desenvolvimento de
uma sociedade de economia mista —
a UTEFLA — subsidiária do refe-
rido órgão, que tem importante papel
no aproveitamento industrial de
nossa riqueza carbonífera.

Assim, no que tange aos aspectos
dados a esta Comissão apreciar, opi-
namos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de no-
vembro de 1967. — Wilson Gonçal-
ves, Presidente — Antônio Balbino,
Relator. — Paulo Tóres — Rui Pal-
meira — Clodomir Millet — Petrônio
Portela.

Parecer nº 941, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 134, de 1967 (nº 691-B-67, na Casa de origem), que autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFSA.

Relator: Senador José Ermírio de Moraes.

O presente projeto tem como escopo conferir à União poderes para proceder ao aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A., ... UTEFSA, atualmente de NCR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) até a limite de NCR\$ 30.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos).

Somos plenamente favoráveis ao projeto, oriundo da mensagem presidencial, pois conforme temos reiterado a ajuda ou incremento ligados à fiel execução do plano de aproveitamento do carvão que, neste caso, vai bem servir à iniciativa pela proximidade dela. Além do mais a usina beneficiada poderá servir de "stand by" para suprimento de energia em caso de diminuição do volume das águas do rio.

Não que se refere ao aspecto de investimento financeiro para obra tão relevante, conforme acentua o propósito governamental, não há como divergir do desiderato.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Bezerra Neto — Teotônio Vilela — Lino de Mattos — Fernando Corrêa — Leandro Maciel — Silveira Pacheco — Clodomir Millet.

Parecer nº 942, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento número 1.331 de 1967, que requer transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, por ocasião da solenidade do Dia da Bandeira, levada a efeito no dia 19 do corrente, sob a responsabilidade das autoridades desta Casa.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Propõe o eminente Senador Filinto Müller, pelo presente requerimento, a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Vice-Diretor-Geral Legislativo, por ocasião da solenidade do Dia da Bandeira, levada a efeito no dia 19 do corrente mês, sob a responsabilidade das autoridades desta Casa.

2. Louvável, justa a proposição. Está em anexo a cópia do discurso a ele se constitui numa jóia de civismo, de ensinamentos para o incenso e o culto da devoção patriótica, nitidamente educativo. A idéia de promoção da solenidade esteve ao nível da melhor tradição do Senado e a oração em referência na mesma altitude.

3. Com fundamento no art. 212, letra V, do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Aloysio de Carvalho — Ruy Palmeira — Josaphat Marinho — Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSE ERMÍRIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores on-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

tes de iniciar meu discurso, vou citar um telegrama que recebi de Ijuí, Rio Grande do Sul, do Sr. Emílio Odorico Perondi, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e no exercício do cargo de Prefeito:

"Agricultores e transportadores e indústria regional alarmados pela inoportuna e injustificável falta de combustível, ocasionam gravíssimos reflexos negativos na colheita do trigo e no plantio da soja, base da economia e do plantio de soja, base econômica da nossa região, apelam para Vossa Excelência no sentido de sanar de imediato o abastecimento, antes do colapso irreparável econômico da região e da produção do Rio Grande do Sul. (a) Emílio Odorico Perondi, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e no exercício do cargo de Prefeito."

Vejam V. Exs.: quando a Nação quer produzir trigo e quando quer aumentar a produção de soja, acontece um desastre como este. O Rio Grande do Sul devia atingir este ano quarenta e cinco mil toneladas de trigo e ultrapassar quinhentas mil toneladas de soja. No entanto, não pode plantar soja, cuja exportação este ano aumentou em cento e cinquenta por cento.

Importaremos de trigo, este ano, cento e setenta milhões de dólares, desfalcando nossa balança de pagamento.

Providências imediatas devem ser tomadas pelo Governo Federal para sanar imediatamente esta grande irregularidade na região missioneira do Rio Grande do Sul.

(Lendo:)

Senhor Presidente e Senhores Senadores, trago hoje a esta tribuna uma grave advertência ao Ministro das Relações Exteriores no que concerne ao comportamento da representação brasileira em Washington.

Antes de abordar o tema a que me propus, desejo renovar crédito de confiança à política exterior do Governo, de um modo geral orientada pelo Senhor Presidente da República e particularmente executada pelo seu dinâmico e inteligente Chanceler. Em verdade, o Senhor Magalhães Pinto, desde que planificou em termos objetivos a política nuclear do Brasil, dando-lhe, desde o nascedouro, a tônica da independência, passou a merecer a confiança da opinião do País. E' ele um homem vitorioso na iniciativa particular, dono de silenciosa prudência e hábil recato, que leva para o altiplano da convivência internacional um espírito arguto, sensibilizado sempre por antenas capazes de bem captar as urdiduras conspirativas que se armam lá fora, à sorrelfa, contra os interesses brasileiros.

Até então as notícias negativas que nos vinham partiam do temperamento fiscalizador patriótico, agastado com comportamento alienista de alguns dos representantes de nossa política exterior. Agora, todavia, transbor-

dou-se o cálice da decepção: a crítica passa a nos ser feita pelos próprios beneficiários, próximos ou remotos, indignados com tanta insensatez praticada pelos que deveriam advogar as nossas causas.

Refiro-me, Senhor Presidente, ao abalizado, credenciado e respeitado Boletim Informativo "Hans's Latin American Letter", que há mais de 30 anos se edita em Washington e que constitui um bem informado espelho das ocorrências políticas ou econômico-financeiras verificadas no trato internacional. Sob o título café solúvel, em sua edição de 21 de outubro de 1967, diz o renomado informativo:

"Ao mesmo tempo existe uma inaptidão pronunciada nos países latino-americanos de não saberem defender os seus próprios interesses, agora salientada pela falta de atuação do Brasil no caso do café solúvel. Mesmo que o Departamento de Estado americano exulte o seu sucesso em liquidar com o Brasil na controvérsia do solúvel alguns oficiais daquele organismo não estão satisfeitos. Isto porque a opinião pública dos Estados Unidos não dá suporte ao Departamento de Estado no assalto ao Brasil. A opinião pública estadunidense não avizinha a posição da General Foods Coop. tão absurdamente defendida pelo States Department. Isto certamente vai refletir com grandes desvantagens contra as firmas americanas na América Latina.

No tocante ao Brasil é preciso que esse país coloque a sua Embaixada como uma representação de 1ª classe. Está bem claro que até agora ela não fez nenhuma defesa dos interesses brasileiros.

O caso do café solúvel não é o primeiro em que se demonstra a ineficiência da representação brasileira em Washington. Durante muitos anos temos notado essa grande deficiência, pelo menos por nós que por 30 anos estamos em Washington ora no Governo ou fora dele."

Essas asserções sobre a Embaixada brasileira em Washington são feitas por uma das maiores revistas daquela cidade.

O Sr. Filinto Müller — Permite Vossa Excelência um aparte.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Pedi o aparte para uma observação: Vossa Excelência está transcendendo crítica feita por uma revista de Washington. Querida, somente a título de informação, declarar o seguinte: o caso do café solúvel não está afeto propriamente à Embaixada brasileira em Washington. O problema está sendo discutido por uma delegação de que fazem parte os interessados — torrefadores e compradores não só norte-americanos com de outros países amigos, além de uma delegação de alto nível chefiada pelo nosso Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Estou em Londres, agora, e não receberam o apoio que deviam de nossa Embaixada em Washington.

O Sr. Filinto Müller — Estou dando essa informação para melhor esclarecimento do assunto.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Sim, sei, mas estou pronunciando este discurso porque a nossa Embaixada em Washington deixou o problema de lado, não fez um protesto firme, como fazem todas as embaixadas em defesa dos interesses dos países que representam.

O Sr. Filinto Müller — Estou de acordo, em que a Embaixada deva estar vigilante na defesa dos interesses brasileiros. Mas, neste caso, o problema do café solúvel está sendo debatido em Londres, e o Chefe da Delegação Brasileira é o nosso Ministro da Indústria e do Comércio, que é um homem de alto gabarito.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Acato a informação de Vossa Excelência. Mas antes de a delegação americana partir para Londres deveria levar um trabalho muito bem elaborado pela nossa Embaixada em Washington e criar, assim, entre os delegados à conferência, uma opinião favorável, como o público norte-americano nos favorece agora. E, no entanto, não se fez nada disto.

O Sr. Filinto Müller — Posso afirmar a V. Exa. que o Ministro Macedo Soares levou todos os elementos necessários, fornecidos pelo nosso Governo e pelo Instituto do Café, especialmente. E posso adiantar ainda mais que o Sr. Ministro Macedo Soares tem assumido atitude de intransigência enérgica na defesa dos nossos interesses.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Vossa Excelência tem toda razão. Estou acompanhando os trabalhos havidos em Londres, mas o caso é que os representantes dos Estados Unidos foram para Londres levando a opinião do State Department. O que é prejudicial, o que deveríamos ter evitado é que esses representantes americanos levassem para Londres estudos que, ao invés de nos ajudar, só podem espezinhar o Brasil. Sabemos que estamos lutando de unhas e dentes, e vamos lutar, e o Ministro Edmundo de Macedo Soares e Silva empunha-se numa luta intransigente contra essa humilhação, que dá prejuízos enormes à Nação.

O Sr. Filinto Müller — Posso dizer a V. Exa. que os Delegados americanos agem com agressividade extrema. Posso adiantar esta informação a V. Exa., que é de fonte segura. Os Delegados americanos são assessorados por interessados, representantes de firmas, e esses tomam parte nos debates agressivamente. Mas, a nossa Delegação, sob a chefia do Ministro Edmundo de Macedo Soares e Silva, também os enfrenta com a mesma agressividade.

O SR. JOSE ERMÍRIO — De pleno acordo.

Dai os protestos ante as injunções contra o Brasil pelos interesses da General Foods.

(Retomando a leitura)

Como vêem os senhores senadores, há um assalto ao Brasil que a opinião pública americana não dá suporte. Existe uma insuportável solidariedade do Departamento de Estado à política da General Foods, acentua o informativo, afirmando a seguir que não se deterão as consequências maléficas deste acasalamento enquanto o Brasil não der categoria de 1ª Classe a sua Embaixada.

Quem diz que a nossa Embaixada não é de primeira, nem de segunda, mas de terceira categoria não somos nós, são eles.

O Sr. Filinto Müller — Não apoiado.

O SR. JOSE ERMÍRIO (Retomando a leitura) — Ora, meus senhores, de 1ª classe, ou melhor, mais ainda de classe especial, nossa representação em Washington o é.

O Embaixador que já se encontra, omisso, faltoso, notadamente quando submeteu-se à prova de Chan-

celer, é que não o tem sido. Não tem sido mais que a chave de uma gritante ineficiência que entorna, escorre e molha os pés da opinião pública americana.

É o mesmo Embaixador, que chancelou aqui dentro e assinou lá fora, durante a administração passada, a entrega de interesses brasileiros a grupos norte-americanos. É o mesmo o Embaixador de ontem que está arreca os editorialistas americanos de hoje. Ontem fez a entrega a firmas americanas de interesses brasileiros, em solo brasileiro; hoje, habituou-se tanto a "entrega" especializou-se tanta em "doação", que põe em risco os beneficiados recentes levando o noticiário a advertir, denunciando o assalto: "Isto certamente vai reagir com grandes desvantagens contra todas as firmas americanas na América Latina."

O Sr. Filinto Müller — Não apoiado! V. Exa. está sendo injusto.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Ele, o noticiário, é quem diz, não sou eu. Apenas estou lendo.

O Sr. Filinto Müller — Vossa Excelência, está emitindo uma opinião que não compreendo. Não entendo como a revista americana, a "Hanson's Latin American Letter", se torne defensora dos interesses nacionais, quando, via de regra, ali só se defendem interesses americanos. Além do mais, ela está sendo profundamente injusta com o embaixador brasileiro, que é homem digno. Estou à vontade para fazer esta declaração, porque não mantenho relações, senão de cortesia, com S. Exa. Contudo, parece-me estranho que uma revista americana defenda tão ardorosamente interesses brasileiros. Por três disto deve haver alguma coisa...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Digo o seguinte: há prejuízos imensos para o Brasil, e este é o ponto que nos interessa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não!

O Sr. Vasconcelos Torres — A revista "Hanson's Latin American Letter" é desmoralizada em todo o Brasil. Quero dizer a V. Exa. que é publicação que serve a interesses de grupos norte-americanos.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Eu a citei várias vezes, aqui, e ninguém disse isto.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não! Está pastado em julgamento. Ela é um boletim de matéria paga. E aqui não entro no mérito.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O mérito é o mais importante. Essa revista, citei-a muitas vezes, neste plenário, e ninguém reclamou. É uma revista que tem trinta anos de funcionamento em Washington!

O Sr. Vasconcelos Torres — Responda que não estou entrando no mérito.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O mérito é o mais importante!

O Sr. Vasconcelos Torres — Vossa Excelência, por favor, ouça, antes, o meu aparte. Quanto à revista, lembro, aqui, insistentemente, o nome do Senhor Carlos Lacerda, que veio, frontalmente mostrar a falta de espírito desta revista, que serve apenas a interesses comerciais e industriais dos Estados Unidos!

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Neste caso, está de parabéns, porque não defende agora os interesses do País.

O Sr. Vasconcelos Torres — Mas ela não é publicação que se cite; é uma revista desmoralizada!

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sou contra isto; várias vezes a referi nesta Casa, e ninguém protestou.

O Sr. Vasconcelos Torres — Protesto, eu, agora. A "Hanson's Letter"

é uma revista desmoralizada. No mérito, não discuto, mas quanto à autoridade invocada pelo nobre colega e amigo, discordo de V. Exa. e cito Carlos Lacerda.

Trago aqui informações as quais insuspeitas e estou citando o nome do Sr. Carlos Lacerda que, de certa feita...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Eu não sou partidário do Sr. Carlos Lacerda para dizer isso publicamente...

O Sr. Vasconcelos Torres — Nem eu também.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — ... estou citando um caso que defende o Brasil, mais nada.

O Sr. Vasconcelos Torres — Esta revista é uma revista desmoralizada, serve de acordo com o que lhe pagam.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Já disse, desde o princípio, que não tenho interesse em defender o Sr. Carlos Lacerda, tenho interesse em defender o Brasil, é o que estou fazendo.

O Embaixador é, em síntese, o representante do Presidente da República, de sua política econômica e financeira, cabendo-lhe zelar lá fora por tudo o que diz respeito às nossas relações comerciais, pois esse intercâmbio é a justificação fundamental da coexistência político-social.

Verificamos um caso, agora, noticiado pelos jornais: o Embaixador da Tcheco-Eslováquia está em viagem por todo o Brasil para colocar no nosso mercado os seus produtos. Provou com isto ser um homem que quer servir à sua terra, enquanto que nós nem defendemos, em Washington, os nossos interesses.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Marcello de Alencar — Eu também não posso aceitar a imputação quase graciosa do Senador Vasconcelos Torres quando diz que a revista "Hanson's Latin American Letter" é uma revista desmoralizada, não só porque é uma revista editada há mais de 30 anos, como, também, serve de elemento de informação ao mundo de negócios norte-americano.

Agora, é a posição das revistas, de muitos meios editoriais norte-americanos onde existe uma acentuada liberdade de imprensa e onde, quando eles trazem a informação de uma realidade, é uma forma indireta de defender os interesses do seu País. Não aceito, pois, que essas edições que contam a verdade norte-americana mereçam maiores suspeições.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Concordo inteiramente com V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Eu repito: é uma revista desmoralizada, uma revista alugada.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — (Lendo) — Vejam, pois, os Senhores Senadores, como estamos desguarnecidos em Washington: é a própria imprensa especializada que se transforma em advogada de nossos interesses, nomeando-se defensora ativa de nossa causa.

Que este exemplo, triste exemplo por sinal, em partindo da Embaixada de Washington não seja acolhido como figurino para as nossas representações no Exterior. Efetivamente, conhecemos, como modo de comprometimento em benefício de uma causa chamada Brasil não poderá ser menos indignado. Atente-se, pois, o respectivo Chanceler sobre os prejuízos das emissões calculadas e alerte o Presidente sobre a necessidade e mandar para os postos de representação homens que façam a linguagem do Governo e não temperamentos viciados no alheamento e na acomodação.

Desolação efetiva, irremediável, nós a teremos se o Ministro de Estado, caso se digne a responder a essas palavras, informar que em todas as gestões em torno do debate *7/12 solúvel* tem estado presente o Embaixador do Brasil em Washington. Ai teremos a configuração lastimável de um exemplo de presença física constatada e ausência cívica deliberada.

Não ataco ninguém. Baceio-me na opinião americana de uma revista de informações que tem mais de 30 anos.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Não aceito a tese de que a revista deixe de lado os interesses americanos e alegue que o State Department está protegendo a General Foods Corp. e apla para que o Brasil defenda os seus próprios interesses. Além disso algo deve haver. Apesar do que afirmou o Sr. Senador Marcello de Alencar, todas as revistas americanas, como todos os jornais, apesar da liberdade de imprensa de que gozam, defendem acima de tudo os interesses americanos. Não posso aceitar que se classifique a nossa embaixada de segunda ordem. É uma embaixada igual às outras e que tem à sua frente um profundo conhecedor dos nossos problemas, cujo patriotismo não pode ser negado.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Ao terminar minha exposição, Sr. Presidente, repito que não quero defender ninguém. Quero dizer o que circula em centenas de milhares de revistas de nosso País.

O Sr. Marcello de Alencar — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não!

O Sr. Marcello de Alencar — Eu, de forma nenhuma, pelas condições que ostento, poderia transformar-me aqui no advogado da "Hanson's Letter". Isto não tem sentido. É uma revista técnica para o mundo de negócios norte-americanos. Estas revistas, não raro, manifestam interesses dos "lobbies" nos Estados Unidos que são uma instituição. A verdade é que estas revistas representam um interesse contraditório dentro dos Estados Unidos, pregam até uma política diferente da que segue o Departamento de Estado do atual governo norte-americano, de grandes aberturas para com nosso país e de sistema de ajuda completamente diferente da quele que é preconizado pelo atual governo. Desta forma, não vejo sentido em criticarmos esse artigo, pelo menos quando estas revistas, por estes ou aqueles motivos, se colocam na posição coincidente com os interesses brasileiros. É esta a ressalva que desejo fazer e que interessa, evidentemente, ao debate. Não nos desviemos do assunto para tratar da revista. Séria ou não, desmoralizante ou não, o editorial coincide com os interesses brasileiros. Observam-se, nos Estados Unidos manifestações em editoriais denunciando a guerra do Vietnã, a política guerrreira, o Pentágono, a política econômico-financeira, enfim, uma série de intromissões de forte que não é de estranhar que, mais uma vez, traga a Revista uma contribuição ao nosso país, defendendo uma posição diferente daquela cedida pelo Governo em matéria de café.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., e dou por terminado o meu discurso.

O Sr. Vasconcelos Torres — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência tem uma comunicação a fazer aos Srs. Senadores. Em seguida dará a palavra, pela ordem, ao Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Senhores Senadores, ao Relatório da Presidência, já impresso para distribuição referente aos trabalhos desta Sessão Legislativa, acrescento as informações e as palavras que neste instante passo a produzir.

No corrente ano teve o Senado Federal maiores encargos em consequência de precisar atender, já que o Congresso Nacional não tem verbas próprias, a despesas que decorrem da circunstância de ser a Mesa do Senado quem dirige as Câmaras reunidas.

A responsabilidade do funcionalismo do Senado ficou o funcionamento das Comissões Mistas, atendido pela Diretoria das Comissões e por funcionários que esta requiriu.

Toda uma extensa pauta de trabalhos, nas Comissões do Congresso Nacional e também no Plenário das Câmaras Conjuntas, é atendido em serviços extraordinários pelo nosso funcionalismo.

Também as despesas de material de expediente, de avisos e publicações, ficaram principalmente sobre o Senado Federal, ao qual compete todo o trabalho anterior, até a realização da sessão plenária do Congresso e todo o trabalho posterior às mesmas sessões, os quais são cumpridos pela Secretaria da Presidência do Senado, pela Diretoria do Expediente, pelos funcionários da Presidência do Senado, pela Diretoria das Comissões, pela Diretoria da Ata, pela Diretoria da Taquigrafia, e por funcionários cujos designados para tais serviços.

Todas essas despesas e outras, derivadas das imposições da Constituição de 1967, apanham o Senado já com o seu Orçamento em vigor e consequentemente sem previsões de dotações orçamentárias para elas.

A Presidência realizou, por isso, um cuidadoso escalonamento e procedeu a uma limitação drástica de despesas. Assim é que o Senado realizou, no corrente ano, um número restrito de sessões extraordinárias e somente as que foram exigidas em virtude de imperativos constitucionais ou regimentais.

No mês de março realizou seis sessões extraordinárias, em abril, três sessões extraordinárias; em maio, três sessões extraordinárias; em junho, duas sessões extraordinárias; em agosto, quatro sessões extraordinárias em setembro, duas sessões extraordinárias.

O mês de outubro de acordo com a Constituição, fica reservado ao Senado Federal para a elaboração orçamentária, que deve emendar, discutir e votar, na Comissão e no Plenário, e devolver à Câmara o Projeto de Orçamento, Receita e Despesa, tudo em 30 dias.

Para atender a tão exiguo tempo e cumprir as exigências regimentais, o Senado precisou duplicar o seu trabalho, realizando no referido mês 34 sessões especiais para a elaboração do Orçamento da União de 1968.

Neste mês de novembro, até esta data, foram realizadas oito sessões extraordinárias.

Estes dados demonstram a seriedade com que o Senador se ainduziu e o quanto foram infundadas e injustas as notícias divulgadas de base das mais inexactas e desproporcionadas informações já levadas ao conhecimento da imprensa.

Para tranquilidade dos Senhores Senadores, informo também ser totalmente sem procedência a notícia de que o Senado teria 1.600 funcionários. O Quadro da Secretaria do Senado Federal é constituído de 1.042 cargos, em cujo total se incluem os que devem extinguir-se quando se varem. No momento, porém, o Senado não tem esse número de funcionários, já que nem todos os cargos estão providos e muitos se acham

com concurso público aberto ou em processamento. Desse modo, o Senado dispõe, no dia de hoje, de 993 funcionários.

As medidas de economia, aplicadas pela Presidência, tiveram resultados tão profundos, como eu disse, que em virtude do rigoroso procedimento adotado na aplicação das verbas, o Senado irá devolver saldos ao Tesouro, que devem ser do máximo interesse dos Senhores Senadores conhecer.

O Orçamento do Senado Federal para o corrente exercício, iniciado em 1º de janeiro e a encerrar-se em 31 de dezembro, é do total de Cr\$ 31.924.355.000 (trinta e um bilhões, novecentos e quatorze milhões e trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros).

Desse total há de deduzir-se as verbas que constam de seu Orçamento, mas que não lhe pertencem, e que são integralmente entregues às entidades a que se destinam e que são as seguintes:

A União Interparlamentar, Cr\$ 110.000.000 (cento e quarenta milhões de cruzeiros); à Associação Pró-Governo Mundial, Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros); ao Parlamento Latinoamericano, Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros).

A esse total de crescer-se Cr\$ 1.625.000.000 (um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinados ao pagamento de inativos, despesa que anteriormente era efetuada pelo Tesouro Nacional e que por força de novas disposições legais passou a responsabilidade do Senado.

Assim, deduzindo-se estas importâncias, que totalizam Cr\$ 1.935.000.000, (um bilhão e novecentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros) de verbas com destinação total, sobre as quais não pode haver nenhum plano de economia, o Orçamento do Senado Federal é, na realidade, neste ano de 1967, de Cr\$ 29.977.355.000 (vinte e nove bilhões, novecentos e setenta e sete milhões e trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros).

Agora, a informação que acredito será do agrado dos Senhores Senadores: como resultado das medidas de economia já referidas, a despesa efetuada no corrente ano, já computadas todas as que devem ocorrer até 31 de dezembro, atingirão um total de Cr\$ 18.000.000.000 (dezoito bilhões de cruzeiros) mais ou menos e o saldo, na execução orçamentária, a ser devolvido pelo Senado ao Tesouro Nacional é de mais de Cr\$ 11.200.000.000 (onze bilhões e duzentos milhões de cruzeiros).

Este saldo, que corresponde a 38% do total do Orçamento, pois a administração em 1967 conseguiu atender a todos os assuntos do Senado com apenas 62% das verbas orçamentárias, foi produzido nos itens que a seguir vou enumerar.

A ordem dos itens não é a da sua importância ou significação, e sim unicamente aquela que consta do Orçamento.

Das verbas de subsídios, representações, diversos e ajuda de custo devidas aos Senhores Senadores, o saldo a ser devolvido ao Tesouro é de Cr\$ 1.835.000.000 (um bilhão, oitocentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), o que responde, pela própria expressão de seu quantitativo, às notícias que tanto atingiram o Senado no corrente ano, quanto ao pagamento de subsídios e ajuda de custo.

Das verbas de pessoal, vencimentos, gratificações, diversos e diárias, o saldo a ser devolvido ao Tesouro é de Cr\$ 2.470.000.000 (dois bilhões e quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros).

Das verbas de material de consumo o saldo a devolver é de Cr\$ 785.000.000 (setecentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros).

A verba de serviços de terceiros tem um saldo a ser devolvido de Cr\$ 362.000.000 (trezentos e sessenta e dois milhões de cruzeiros).

A verba de representação do Senado para congressos, missões, conferências diversas, estudos, pesquisas, inquéritos inclusive comissões especiais no território e no exterior, tem um saldo a ser devolvido ao Tesouro de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros).

Responde ela por sim mesma a muitas das incriminações que sofremos neste ano, pois o total de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros) representa a economia do Senado nos itens de viagem dos Senhores Senadores.

Chamo a atenção para a venda de duplicação dos trabalhos do Senado a juízo da Comissão Diretora. Esta, que era de Cr\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de cruzeiros) no Orçamento, e que tem aplicação exclusivamente a juízo da Comissão Diretora, é devolvida em seu saldo de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), ou seja, dela se gastou apenas 8%.

Desculpem-me de assinalar o fato. Seja-me permitido fazê-lo ao menos no instante em que deixo a Presidência da Casa, para revelar a austeridade com que a administrei.

A verba de outros encargos é devolvida na importância de Cr\$ 437.000.000 (quatrocentos e trinta e sete milhões de cruzeiros).

Atendida a despesa de inativos na importância de Cr\$ 1.605.000.000 (um bilhão, seiscentos e cinco milhões de cruzeiros), ainda assim, na verba de pensionistas, salário família e previdência, restituiu um saldo ao Tesouro de Cr\$ 545.000.000 (quinhentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros) e finalmente, nas verbas de obras, equipamentos, instalações diversas e material permanente ocorreu um saldo de Cr\$ 4.054.000.000 (quatro bilhões, cinquenta e quatro milhões de cruzeiros) a serem devolvidos ao Tesouro.

São essas importâncias que totalizam, como disse, mais de Cr\$ 11.200.000.000 (onze bilhões e duzentos milhões de cruzeiros) de economia, apenas no corrente exercício, a serem devolvidos ao Tesouro Nacional.

Mas não se preocupem os Senhores Senadores com tão vultosa devolução, pois além dessa quantia que é devolvida, transiro à próxima administração saldos no total de mais de Cr\$ 12.500.000.000 (doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), de exercício anterior, que se acham depositados na conta nº 10 do Senado Federal no Banco do Brasil, e que são de aplicação pela Comissão Diretora.

Além disso, também transiro à futura Comissão Diretora o Orçamento para o próximo ano, elaborado de acordo com as novas necessidades do Senado Federal e que eleva as dotações orçamentárias de Cr\$ 31.000.000.000 (trinta e um bilhões de cruzeiros) para Cr\$ 42.955.000.000 (quarenta e dois bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões de cruzeiros).

Prossigo esta prestação de contas informando que recebi, de saldo orçamentário, em 1961, o total de Cr\$ 83.359.126,60, (oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e seis cruzeiros e sessenta centavos). Era uma quantia significativa, se tivermos em vista o valor monetário na época e o total do Orçamento então em vigor.

Dai por diante, com rigorosas aplicações orçamentárias e à custa de economias de cada ano, foi possível adaptar o Senado às suas necessidades essenciais. Foram construídos, mobiliados e equipados inúmeros Gabinetes, no Edifício Principal e no Anexo.

Desse modo, com aproveitamento total de todos os espaços livres, atendeu-se a essa indispensável providen-

cia, instalando-se em gabinetes próprios, além dos membros da Mesa que já os possuíam, também os Líderes, os Vice-Líderes, os Presidentes de Comissões Permanentes e Especiais, o Serviço Médico, os Senhores Senadores individualmente, a Bancada de Imprensa do Senado, o Serviço de Radiodifusão, com todas as suas modernas instalações, o Presidente do MDB, já que o Presidente da ARENA dispõe de Gabinete por sua condição de Líder do Governo, os grupos interparlamentares, o Diretor Geral e a Vice-Diretora Geral Administrativa, as Assessorias Legislativas dos Estados, o Serviço de Seleção do Pessoal e Assistência Social, os Gabinetes das Assessorias do Poder Executivo e muitos outros.

No mesmo período foram ainda criadas e instaladas duas importantes Diretorias, que prestam assinalados serviços ao Senado, a saber, a Diretoria do Patrimônio e a Diretoria de Informação Legislativa.

Ainda, sempre através de boas execuções orçamentárias e de dura economia, foi construído o edifício da Gráfica, com 3.571 m², com serviço de proteção automática contra incêndio, com um espelho de água de 1.284 m² para o mesmo fim e para arrefecimento do ar condicionado e grupos geradores, além de sua função decorativa, e mais um edifício anexo, com 2.146 m², para a usina geradora, e para a rotativa. Esses dois edifícios custaram ao Senado, o primeiro Cr\$ 381.167.500 (trezentos e oitenta e um milhões, cento e sessenta e este mil e quinhentos cruzeiros) e o segundo Cr\$ 172.000.000 (cento e setenta e dois milhões de cruzeiros).

A interligação da Usina e dos edifícios da Gráfica com o Senado Federal, de três grupos frigoríficos completos, para condicionamento de ar, serviços de terraplenagem e instalação de dispositivo e proteção contra incêndio, em ambos os prédios custaram ao Senado, no prédio principal Cr\$ 192.000.000 (cento e noventa e dois milhões de cruzeiros) e no prédio anexo Cr\$ 121.000.000, (cento e vinte e um milhões de cruzeiros). Nesses edifícios foram instaladas 154 (cento e cinquenta e quatro) máquinas gráficas de todas as naturezas, entre as quais se acham rotativa, linotipos, impressora se tudo quanto é exigido numa indústria gráfica moderna.

Elas custaram Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), mas hoje é inavaliável o seu preço. Acham-se totalmente pagas e prestam um apreciável volume de serviços, de que resulta imensa diminuição na contratação de serviços com terceiros, que anteriormente tanto oneravam o Senado.

Nesse preço também se inclui o custo dos equipamentos e máquinas da oficina mecânica do Serviço Gráfico, do equipamento e máquinas do serviço de expedição, do equipamento e máquinas do escritório e redação do equipamento e máquinas do serviço de micro-filmagem, de um ônibus Mercedes Benz para transportar operários, de uma camioneta Chevrolet para entregas, de um caminhão Mercedes Benz, de 20 toneladas, com o qual suprimimos as despesas de fretes e de uma empilhadeira Clark, que reduz substancialmente despesas de operários em serviços de carregamento e empilhamento. O mais notável são as condições de segurança, de conforto, de conforto e de racionalização de serviços que até esta data não pertenciam a ocorrência de um único acidente de trabalho. Ali também foi instalada a Usina Geradora, constituída de seis grupos geradores, com um total de 2.600 kva, que custaram ao Senado Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), mas que não podem hoje ser adquiridos pelo dobro dessa importância.

É grande o estoque de material comprado, pago e existente na Gráfica, de todas as naturezas, inclusive chumbo e produtos químicos, sendo que

só de papel deixo um estoque disponível de mais de 200 toneladas importadas do exterior. Tudo isso foi comprado a bom preço e realizado em boa época, com plena previsão quanto a alterações cambiais que poderiam ocorrer e acabaram ocorrendo e quanto ao comportamento da moeda brasileira, dos custos e da elevação dos preços, tudo através de um plano quinquenal elaborado em 1962 para conclusão em 1967 e totalmente cumprido.

Ainda no mesmo período, foi construída a garagem do Senado Federal, com todo o aparelhamento, máquinas e equipamentos, inclusive a sua urbanização.

Na Gráfica foi instalado, equipado e se acha em pleno funcionamento, um ótimo serviço de encadernação e construído, equipado e urbanizado, temos o prédio da Mercaria do Senado Federal, que muita economia tem representado para a nossa casa.

Tudo o serviço de mecanografia nos Gabinetes, nas Diretorias, na Contabilidade, foi ampliado, substituído, renovado e modernizado.

Foi instalado, montado e está em pleno funcionamento o serviço de documentação sonora dos trabalhos do Senado e do Congresso Nacional, de modo a dispor o Senado atualmente, em seu Arquivo de documentos importantes, a gravação de todos os fatos de expressão histórica ou documental que no Congresso se passaram, e que foi o primeiro serviço organizado em 1961, de modo que quando ocorreram os fatos da renúncia do Presidente em 25 de agosto já estava ele em franco trabalho, daí termos no Arquivo sonoro tudo quanto se passou naquele e nos episódios subsequentes, as crises dos anos posteriores, e todas as reuniões do Senado e do Congresso em que ocorreram fatos significativos até esta data.

Para aliviar o Arquivo, que já ocupava vários andares do Edifício Anexo, foi criado o serviço de micro-filmagem.

Todas as instalações necessárias à edição do Diário do Congresso Nacional e a distribuí-lo estão concluídas e a partir de janeiro não mais dependeremos da Imprensa Nacional para esse assunto.

Estava previsto o início da publicação do Diário neste mês de novembro, toda com a rotativa.

Mas somente no dia 15 é que se pôde concluir a instalação do último elemento, que era a dobradeira, conectada com a rotativa.

Não obstante todos esses investimentos e realizações, transiro à próxima administração a referida conta de Cr\$ 12.500.000.000 (doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) de saldos de execução anterior do Orçamento e devolvo mais de Cr\$ 11.200.000.000 (onze bilhões e duzentos milhões de cruzeiros) ao Tesouro de saldos da presente execução orçamentária.

Não deixo nenhuma despesa de 1967 para 1968. Todas as contas estão liquidadas e os poucos credores que não compareceram para receber estão sendo chamados, inclusive companhias de navegação aérea, para a liquidação dos débitos antes de 31 de dezembro.

As próprias verbas destinadas à instalação do PABX, cujas concorrências públicas terminaram esta semana, ficam empenhadas e não são restituídas ao Tesouro.

Essas verbas representam a importância total de Cr\$ 1.510.000.000 (um bilhão, quinhentos e dez milhões de cruzeiros). Para ser minucioso, informo que até mesmo os uniformes dos nossos funcionários para o ano de 1968 foram contratados em 1967, executados e pagos neste exercício.

Creio, assim, que não foi demais do a quem economizou 38% do Orçamento, ao ponto de restituir mais de Cr\$ 11.200.000.000 (onze bilhões, du-

zentos milhões de cruzeiros) ao Tesouro, fazer uma despesa de Cr\$ 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros) de cartões de Natal, comprados a uma entidade que congrega artistas sem braços, que os pinta com a boca e com os pés e que vivem desse trabalho por todos os títulos comovente, digno de apoio e de estímulo, pois constituem eles um alto exemplo para aqueles que, não sendo portadores de defeitos físicos, devem dar melhor uso às suas duas mãos e aos seus talentos.

Pego-lhes, pois, Senhores Senadores, aprovação ao fato de haver realizado tão impressionante economia, neste como nos anos anteriores, o que evidentemente foi possível através de parcimônia no uso das verbas e na retribuição monetária aos Senadores e aos funcionários.

E pego também desculpas de não ter sabido, ou conseguido, manter a imprensa melhor informada, evitando que ocorressem as distorções e as afirmações que não correspondiam aos fatos em relação ao Senado e a esta administração.

Não creio que haja a justa divulgação desta fala, mas os Senhores hão de sentir-se satisfeitos com ela, com o Senado a que pertencem e com a Comissão Diretora que elegeram por tantos anos sucessivos.

Os funcionários sentirão que cumpriram os seus deveres embora a remuneração estrita, mas terão o íntimo orgulho de se verem, como se vêem neste instante, apontados como servidores exemplares e do mais alto espírito público.

Este o trabalho administrativo.

O trabalho político deve ser apontado principalmente no campo da defesa da instituição, e foi realizado com sacrifícios pessoais, determinação pessoal, acertos e erros pessoais meus.

Creio que acertei em 1961, quando assumi a responsabilidade do ato que pratiquei no dia 25 de agosto diante da renúncia do Presidente, reunindo o Congresso e adotando uma decisão que não tinha precedente histórico. Sabe-se hoje, inclusive pelo depoimento dos principais personagens do episódio, que se ia naquele instante instalar um governo ditatorial e realizar-se o fechamento do Congresso.

A minha posição posterior, que me levou ao extremo de precisar afirmar da Presidência do Congresso que só dávamos apoio ao governo para os atos que fossem para a democracia — se não, não, — parece-me ter sido acertada, do mesmo modo que a atitude adotada em 1964 declarando vaga a Presidência da República, empessando o Presidente da Câmara e, em seguida, cumprindo a eleição indireta do Presidente Castello Branco.

Também me parece acertado o ato que pratiquei quando me opus a pressões de alguns militares, que caminhavam para a destruição do Poder Civil na época. Parece-me que ainda acertei quando vim para Brasília para apoiar o então Presidente da Câmara, que se achava tão desvalido naquele instante, no seu gesto de defender a integridade da representação que compunha a Casa por ele presidida, e que afinal compunha o Congresso Nacional por mim então presidido.

Parece-me ainda que foi acertada a minha atitude de, tendo sido posto em recesso o Congresso Nacional, que não podia reunir-se, haver diplomado o Presidente Costa e Silva no Edifício Monroe, no Rio, onde a entrada era livre.

Todos estes atos e outros, que não preciso enumerar, tiveram a sua razão na sua hora e muitos permaneceram com a sua razão ainda nesta hora. Todos eles foram essenciais ao desdobramento dos fatos políticos e à preservação de direitos sociais, individuais e históricos.

Recebi a Presidência do Senado em 1961 e a devolvo como um fiel dispensário. Quando me elegeram pela última vez, presidia eu o Congresso Nacional. No instante em que devolvo a Presidência deixo no Supremo Tribunal Federal o meu pedido para que diga se legitimamente retiraram do Senado a sua prerrogativa de presidir o Congresso, ou se o fizeram ilegítimamente.

Bati às portas da Justiça, pois assim ninguém dirá que entreguei sem luta o que não me pertencia, ou que acomodei os interesses de meu futuro político à custa das prerrogativas do Senado ou do Congresso Nacional.

A Justiça dirá se foi legítimo o ato e se entender que foi, o Senado não poderá considerar-se usurpado. Se disser que foi ilegítimo, o Senado estará restaurado, como também o Congresso, mesmo contra a sua própria vontade, pois há instantes em que a nossa vontade vale menos do que as vontades iminentes de uma Nação em busca de um destino.

Enfim, é mais o que deixo, do que o que recebi, pois é imenso o aumento do patrimônio do Senado Federal, e excepcional a sua situação financeira.

Esperei este ano com ansiedade, pois que eu vinha esperando em todos os anos. Não fossem os fatos de 64 e eu não teria aceito a minha reeleição em 65. Não fosse o receso de 66 e os fatos da Constituição de 67 e eu teria pedido dispensa neste ano.

Afinal, sete anos depois, chega um momento que se prenuncia tranquilo. Um novo governo venceu o primeiro ano e não há agitações à vista, pelo contrário, parece-me existir uma aceitação geral. Tudo me levou a esta convicção. O resultado da votação do Regimento Comum no Congresso e a esmagadora maioria que estabeleceu as novas normas, revelam quanto estão tranquilos os espíritos e me trazem a sensação de que afinal chegou o momento em que posso, sem faltar aos meus deveres de homem público, de democrata e patriota transferir a cutrem as responsabilidades que por um tempo bíblico estiveram sobre mim.

Faço-o com a mais profunda alegria, de quem tem o dever totalmente cumprido e de quem se vê substituído por uma das melhores figuras desta Casa.

O que é importante é que saibam em que condições lhes deixo a administração, a situação financeira do Senado; os saldos de suas contas no Banco do Brasil, que só ao Senado pertencem; o saldo que devolvo ao Tesouro e o Orçamento que deixo para 1968, amplamente capaz de atender às necessidades e aos imprevistos de uma execução orçamentária.

Neste ano ocorreu o falecimento do Secretário Geral da Presidência, Doutor Isaac Brown. Invoco a sua memória, para diante dela agradecer aos funcionários da Casa pelos serviços que prestaram, que foram excelentes e dignos do paradigma de minha evocação.

Agradeço à imprensa, por tudo quanto fez em prol do Senado; desculpo-me junto dela por não ter, além de exercido a Presidência, exercido também relações públicas como seria desejável e lamento que tantas vezes ela tenha insistido em afirmações inexatas, não obstante os sucessivos esclarecimentos.

Agradeço aos meus companheiros de Mesa, Senadores Nogueira da Gama, Gilberto Marinho, Dinarte Mariz, Victorino Freire, Edmundo Levi, Catete Pinheiro, Guido Mondim, Raul Giuberti, Sebastião Archer, e Atílio Fontana pela solidariedade que me deram durante todo o tempo, a qualquer tempo e não obstante as circunstâncias do tempo, e pelo trabalho de profunda colaboração à administração da Casa, cada um dos setores da sua competência.

Ao Senador Daniel Krüger, Líder do Governo, e ao Senador Aurélio Vianna, Líder da Oposição, agradeço o apoio que deles recebi até o dia de hoje e que não me falta ainda no dia de hoje.

Ao Senador Filinto Müller, Líder da ARENA, agradeço o mesmo apoio. Dêle recebi em 1961 a Presidência e em 1967 os mais veementes apelos para prosseguir na administração, o que bem define quanto é profunda a nossa amizade recíproca, a nossa compreensão quanto aos nossos destinos diante da Nação e o nosso desapego pelos cargos, dele e meu.

Por fim, agradeço aos Senhores Senadores a consideração, solidariedade e amizade com que me distinguiram em todos estes anos, pelas aleições com que me mantiveram na Presidência e na excusa de não aceitar, uma vez mais, a coordenação de meu nome para esta alta investidura.

Em fevereiro, saudarei os eleitos de 1968. Em seguida, requererei um período de descanso, para o qual estou me preparando, com estas explicações e este gesto de modo a que ele se dê somente no próximo ano, e pois sem nenhum prejuízo para o Senado, e que possa também resultar em benefício para a minha saúde. Depois, será a oportunidade de meu regresso ao Plenário e às Tribunas do Senado e do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas).

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado acaba de ouvir, surpreendido e sensibilizado, comovido, até, as palavras de S. Exa.

Elas indicam a intenção de V. Exa. de não prosseguir na direção dos trabalhos desta Casa no próximo ano. Refletem uma prestação de contas, sob o aspecto administrativo e sob o aspecto político, prestação de contas que para nós, Senadores, a quem V. Exa. se dirigiu, seria desnecessária.

Sob o aspecto administrativo, Sr. Presidente, todos nós temos conhecimento do trabalho efetivo, constante e diuturno de V. Exa., realizando tudo aquilo que, materialmente, pessoalmente une-se ao Senado para o seu funcionamento.

Os que conhecem, de perto, a obra de V. Exa., a obra administrativa, os que conhecem, como nós que aqui vivemos, juntos nesta temporária tóda, já longa, realmente, sabem que nenhum administrador poderia ter uma atuação mais produtiva, mais eficiente, mais digna e, sobretudo, ninguém poderia ter maior probidade de que V. Exa.

Ai está o seu trabalho aí estão as suas realizações, afirmando aquilo que todos nós já conhecemos e que o povo de fora precisa ver, para desmentir aqueles que negam, mesmo vendo a realidade que aí está.

A ação política de V. Exa., Sr. Presidente, tornou-se histórica neste país, V. Exa. deixou a marca de sua passagem como patriota, como homem de sensibilidade, de convicção democrática inalterável e nunca contraditória. Coerente em todos os tempos, V. Exa. tornou-se, em horas difíceis das instituições, horas que toda a nação conhece, um girante na defesa dessas instituições, na defesa da ordem, na defesa do poder civil, na defesa da dignidade cívica do povo brasileiro. A sua ação, posta que se realizando dentro de um âmbito estrito como o Congresso Nacional,

como Brasília, cidade-criança de sete anos, sem comunicações fáceis e, sobretudo, sem uma imprensa fiel, inteira tudo o que aqui se passava, correta que difundisse para a nação a sua ação tornou-se, Sr. Presidente, uma página histórica para aqueles que ainda zelam pela dignidade da vida pública do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estou certo de que os motivos que levaram V. Exa. a essa deliberação de nos deixar, na próxima sessão legislativa, não tem origem em razões outras que não as nascentes de sua própria vontade.

O Senado Federal, neste instante, se tivesse ciência de que haveria influência de poderes estranhos; o Senado Federal se tivesse porventura conhecimento de que motivos ouvidos a não serem os inerentes à sua vontade pessoal; o Senado Federal, se tivesse conhecimento de que, partindo de forças materiais poderosas ou forças passíveis, mas poderosas ainda, pelas posições exercidas, sentisse que haveria sobre esta Casa uma pressão, vindo de onde viesse, Sr. Presidente, levantar-se-ia como um só homem para repelir a intervenção de poderes estranhos, levantaria como um só homem para prestar a V. Exa. a solidariedade e exigir sua permanência na direção dos trabalhos legislativos.

Nós, que testemunhamos a ação política e administrativa de V. Exa. em todo um longo período de sessões do Senado e na Presidência do Congresso Nacional, nós, que conhecemos tudo isso, teríamos e temos a obrigação necessária para dizer: salve-se o homem, mantenha-se o homem em sua posição porque foi o defensor da ordem, da tradição, da probidade, da legalidade e da dignidade da vida pública do Brasil.

Sr. Presidente, qualquer que seja a deliberação de V. Exa., resistindo, como tem resistido, ao apelo dos seus melhores amigos cidadãos há pouco tempo, por V. Exa., resistindo, como tem resistido, aos apelos de seus próprios adversários para que se mantenha no poder que ora exerce, fique na certeza de que não tem ressancão, as acusações, as ofensas, as intenções daquelas que desejam ver, não o desprestígio de V. Exa. mas das próprias instituições nacionais; fique certo de que o seu nome — aqui e fora do Senado — ficará sempre perpetuado porque a história haverá de registrar, com segurança e justiça o que foi Auro de Moura Andrade, a direção do Senado Federal e na Presidência do Congresso Brasileiro.

Sr. Presidente, vou concluir as minhas palavras, pedindo desculpas a V. Exa. e aos meus eminentes companheiros, aos meus eminentes colegas por ter usado a palavra, e a utilizar abaixo de emoção profunda para falar em nome dos meus companheiros do MDB, e, acredito, em nome de todo o Senado, porque não há diferença nesse setor da dignidade cívica, entre homens do MDB e da ARENA.

Nós aqui temos vivido numa comunhão de interesses, irmanados, fraternizando-nos quando se trata de interesse público em defesa das instituições nacionais.

V. Exa. jamais será esquecido. Esperamos, quanto ao Brasil de amanhã, à mocidade que aí está se empenhando para grandes vãos, esperamos que os exemplos deixados nesta Casa por Auro Moura Andrade sejam seguidos, para que possamos sempre, repelir, numa sucessão, numa enumeração de grandes vultos, os exemplos dignificantes de V. Exa.

Sr. Presidente, renovo o meu pedido de desculpas, mas os meus sentimentos pessoais não me permitiram silenciar, neste instante.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem — Palmas).

O SR. FILINTO MÜLLER:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu havia pedido a palavra como Líder 1970 após a fala de V. Exa., para, exatamente, contrariar-me a com V. Exa., com o Senado e com a nação pela exposição clara, precisa, orientada que V. Exa. acaba de fazer. Antecipou-me na tribuna o nosso eminente colega Senador Argemiro de Figueiredo. E foi bom que isso sucedesse porque, embora V. Exa., na Presidência, tenha sido sempre o magistrado a quem não se pode acusar de ter agido com vinculações políticas, V. Exa., fora dessa Presidência, é um membro do meu Partido. E foi bom que, em primeiro lugar, fizesse para fazer justiça a V. Exa., um representante eminente do outro partido, do Partido que faz a Oposição nesta Casa e no país, sobretudo tratando-se de um colega da altitude moral e intelectual do eminente Senador Argemiro de Figueiredo.

Vinha dizer a V. Exa., Sr. Presidente, exatamente aquilo que S. Exa. disse. Vinha dizer a V. Exa. que nós, que ouvimos com atenção a sua exposição, sentimos-nos orgulhosos de ter na Presidência do Senado um homem da sua altitude, da sua dignidade, do seu valor.

A administração de V. Exa. no Senado marcou-se por uma extraordinária eficiência, por uma dedicação sem limites a esta Casa do Parlamento. E V. Exa., quando decidiu, pela sua vontade, não mais concorrer à reeleição, pode ter a certeza de que deixará a Presidência do Senado honrado, dignificado, elevado e sairá dessa Presidência levando os aplausos de todos os Senadores e da nação brasileira.

Sr. Presidente, deixo congratulá-lo com V. Exa. pela iniciativa que V. Exa. teve, hoje, ao complementar o seu Relatório com a exposição que acabou de ler. Fez bem V. Exa. em prestar contas aos seus pares e à Nação dos seus atos, nestes seis anos de direção do Senado.

V. Exa. sabe muito bem que todos os homens públicos são vítimas, quase sempre, de injustiças e muitas delas decorrem, exatamente do desconhecimento dos fatos que eles praticam.

V. Exa. sabe muito bem, como todos nós, que o Parlamento não só no Brasil, mas, geralmente, em quase todos os países democráticos, é alvo de constantes injustiças. O julgamento dos homens não se faz na época em que eles atuam — é feita futuramente. O de V. Exa. será feito no futuro, mas nós podemos desde já verificar que, aqui no Senado, ele já está sendo feito com os aplausos que todos fazem à atuação de V. Exa.

Sr. Presidente, repito, fez bem V. Exa. em trazer essa exposição. E, acatando, certamente o que se diz da mulher de César: que não basta que seja honesta; precisa parecer honesta. Nós todos sabemos que a atuação de V. Exa. só merece louvores. Ainda ontem, em declarações ao vespertino "O Globo" — um dos maiores jornais que honram a imprensa brasileira — fazia-se a afirmação de que V. Exa. nunca praticou, no exercício da Presidência do Senado, qualquer ato passível de acriminação como orientado por interesse próprio. Mas V. Exa. precisava, apesar de sabermos dessa limpeza de atuação, fazer a exposição que fez, porque não basta ser, precisa parecer, também.

A exposição de V. Exa., ao contrário do que afirma V. Exa., creio terá a maior divulgação, porque confio na honestidade da imprensa brasileira — e servirá, não simplesmente como prestação de contas de um administrador, mas de exemplo a todos que

ocupam postos elevados na administração do nosso país.

O seu trabalho, V. Exa., o diário em duas partes: a administrativa, com a sua atuação à frente da administração do Senado; e a política, com a sua atuação partidária.

Na administração, não há quem possa levantar a menor dúvida sobre o que V. Exa. realizou. O que V. Exa. fez, ou não fez em palavras, foram números, e números são irrefutáveis.

Na atuação política, poderia haver divergências em certos aspectos da atuação de V. Exa. Mas uma coisa precisa ficar, desde logo, assentada para o julgamento futuro: V. Exa., em todos os momentos em que agiu na parte política o fez com a profunda convicção de que estava agindo certo. E V. Exa. teve a oportunidade de, em algumas passagens bem difíceis da vida nacional, demonstrar não somente seu alto sentido de espírito público, como sua inextinguível e inexcedível brevidade pessoal. Porque, para salvar o Brasil, V. Exa. muitas vezes arriscou sua própria vida, e isto, para honra do Parlamento brasileiro, foi acompanhado por outros colegas do Senado e da Câmara dos Deputados.

Se alguma divergência pode haver em relação a essa parte política, nenhuma — repito — pode haver no julgamento de ter V. Exa. agido com convicção absoluta, com sinceridade, com a certeza de seu subconsciente de que agia no interesse da Nação e no interesse do Senado da República.

Sr. Presidente, não consultei minha bancada. Apanhado de surpresa pela exposição que V. Exa. acaba de fazer, não tive tempo de consultar os colegas de Partido. Simente tive a honra de receber aqui, do eminente Líder, Senador Daniel Krieger, a incumbência de falar também em seu nome, para manifestar a V. Exa. os aplausos que estou trazendo. Mas, sem lavar consultado os companheiros de Partido estou certo, pelo conhecimento que tenho deles, de interpretar seus sentimentos ao congratulá-lo com V. Exa. pela atitude que acaba de tomar; ao dizer que V. Exa. tem em cada um de nós um admirador e um amigo; ao dizer também a V. Exa. que ao deixar a Presidência do Senado, ao descer desta escada para vir para a planície conosco, vem V. Exa. com a consciência tranquila de quem soube cumprir seus deveres e elevar o nome do Senado da República.

Sr. Presidente, é bom reafirmar, neste passo, que não pode haver dúvida sobre a atitude do Senado em relação à escolha do seu Presidente e da sua Mesa Diretora.

Nunca acatamos, aqui, imposições de qualquer natureza; nunca aceitamos, aqui, pressão de qualquer espécie. E para honra dos dirigentes do país, do Marechal Costa e Silva e do saudoso Marechal Castello Branco, devo declarar que de ambos ouvi, como ouvi também o nobre Senador Daniel Krieger, a declaração formal e categórica de que o problema da Mesa do Senado era do Senado e merecia, da parte do Presidente da República, o maior respeito e o maior acatamento.

Essa declaração me fez há bem pouco tempo, o Presidente Costa e Silva, quando levei a S. Exa. a informação, em caráter confidencial, de que V. Exa. não pretendia continuar a presidir o Senado. Nessa oportunidade, dirigi um apelo a V. Exa. para que mantivesse em silêncio essa decisão, a fim de que, com o decorrer do tempo, examinássemos a possibilidade de surgirem circunstâncias que possibilitassem a continuação de V. Exa. na Presidência do Senado. E, há bem pouco tempo, quando V. Exa. me procurou no seu gabinete e me chamou a atenção para a circunstância

de estar o nome de V. Exa. apontado por toda a imprensa como o do futuro Presidente, tem a menor contestação nos Bancadas, V. Exa. me declarou, então, que achava ser oportuno o momento para dizer, de público, a sua decisão de não mais concorrer à sua reeleição.

Nos a ocasião, então, uma vez, pedi a V. Exa. que mantivesse silêncio, porque eu desejava, antes de tomar-se pública esta decisão, ouvir o Senador Daniel Krieger, ouvir outros colegas que exerciam liderança nesta Casa e levar o fato ao conhecimento do Sr. Presidente da República.

Foi n'a a ocasião que o Presidente Costa e Silva repeliu-me a sua declaração de que não exerceria qualquer influência pessoal ou política, no sentido de que a escolha recaísse nesse ou naquele, e acrescentou — vou declarar aqui, de público, porque considero um gesto de nobreza de S. Exa. — não desejo que o Senador Moura Andrade, já que decidiu a Presidência do Senado, saia com o menor arranhado, porque ele merece todo o meu apreço, toda a minha consideração.

Sr. Presidente, perdoe-me V. Exa. e os nobres Senadores o desalinha-mento desta oração. Como disse, não esperava falar neste momento, pois entendo que o discurso e a exposição que V. Exa. merecem um estudo metódico, uma análise mais profunda a fim de que fiquem registradas nos trabalhos do Senado, as apreciações aqui manifestadas em torno desse documento, como elemento para o historiador do futuro.

V. Exa. está começando a ser julgado agora, mas o será, efetivamente, mais tarde quando forem pesados todos os esforços que fez para bem administrar o Senado, como bem o administrou, para elevar o nome do Senado, como o elevou, para amparar o funcionalismo, como amparou.

Sr. Presidente, pedindo desculpas por esses desalinha-mentos, palavras, quero manifestar a V. Exa. e estou certo de que integrado o sentimento de todos os Senadores — o nome mais alto aqui, a nossa consideração, o nosso respeito, agradecendo a V. Exa. não está encerrando suas atividades no Senado. Deixa um setor para ocupar outro ocupará aquela que for da sua preferência e neste outro setor continuará a ser o mesmo homem de elevado espírito público, servindo ao Senado e servindo à Nação. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Agradeço ao nobre Senador Filinto Müller e, em particular, ao nobre Senador Argemiro de Figueiredo pelas palavras a mim dirigidas.

Vamos prosseguir nos nossos trabalhos.

Está inscrito, a seguir o Sr. Senador Ruy Carneiro, a quem cou a palavra.

O SR. RUY CARNEIRO:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar o discurso para o qual me inscrevi, quero congratulá-lo com V. Exa., com o Senado e com a Nação, pelo pronunciamento patriótico que V. Exa. acaba de fazer, surpreendendo e emocionando este Plenário.

A prestação de contas, na parte inicial do seu Relatório, vem destruir por completo as acusações que os inimigos do Congresso, impatriótica e ferozmente, procuram envenenar esta Câmara Alta do País com o povo brasileiro.

A divulgação dessa detalhada e completa exposição a respeito da conduta da Comissão Diretora do Senado, sob o seu sábio, equilibrado e firme comando — estou certo — surpreenderá todo o Brasil e vem constituir um desafio para as apreensões reinantes com relação à estabilidade do regime. O que essa gente maldizente pretende é mergulhar esta Na-

ção numa ditadura. Não o conseguirá, porém.

A coragem e admirável exposição de V. Exa. irá concorrer fortemente para desfazer o mal estar que reina em torno da conduta dos congressistas, em particular do Senado da República.

As duas orações que acabamos de ouvir dos nossos eminentes colegas, os Senadores Argemiro de Figueiredo, meu companheiro de representação da Paraíba, e Filinto Müller, primeiro Líder da ARENA, expressam fielmente, embora o ambiente de emoção, o animo dominante no espírito do cidadão deste Plenário com relação à personalidade de V. Exa. Os seis anos de sua presidência nos destinos do Senado ficaram como um traço luminoso e imperecível para a história política do Brasil. (*Muito bem!*).

(*Lendo*) Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Na História da Paraíba, há, no decorrer do próximo mês, precisamente a 18 de dezembro, um acontecimento notável, que não me permite deixá-lo passar sem comentários, embora rápidos. É que o meu Estado para não dizer todo o Nordeste, comemora com intenso júbilo cívico o transcurso do centário do nascimento de uma das figuras mais destacadas das letras, da poesia, do jornalismo, da advocacia e do mundo jurídico da nossa região.

Trata-se, Senhor Presidente, do insigne paraibano José Rodrigues de Carvalho, jurista, poeta, jornalista e político, atividades que exerceu sempre iluminado pelas fugurações do seu talento privilegiado.

Nasceu José Rodrigues de Carvalho no sítio Taná da pequena Vila de Alagoinha hoje Município, então pertencente à Guarabira. Foram seus pais Manoel Rodrigues de Carvalho e Cândida Maria de Carvalho — sem dúvida a sua ancestralidade se illa aos dois ramos — Rodrigues e Carvalho — origem genealógica dos bravos guerreiros pandeiros, que conquistaram e desbravaram, com inextinguíveis sacrifícios, os sertões paraibanos, procedentes da Casa da Torre da Bahia e do São Paulo. Daí seu admirável espírito combativo, mesmo quando, sua resplandecente inteligência política, alcançou, quando agia em defesa pessoal ou no plano profissional, o assegurar direitos individuais ou coletivos postergados pela força dos poderosos.

José Rodrigues de Carvalho nasceu de pais modestos agricultores que viviam do cultivo da terra. Aos 10 anos de idade, por motivo de dificuldades financeiras paterna, foi enviado aos cuidados de um tio, o Senhor Manoel Honorato da Silva, conceituado e próspero comerciante, residente na cidade de Mamanguape, que o fez auxiliar do seu ajuizamento de estivas. Orientando-o para o trabalho o seu tio também copiado por Manoel Barão, o fez, demonstrando bondade e clarividência sem o privar da frequência da escola. Dentro de alguns anos, o menino cativo se fez guarda-livros e, lançado pela sua inata vocação as letras, se insinuava na convivência dos intelectuais da terra, em que se destacava o grande Castro Pinto, jovem chefe de idealismo, com quem fundou, em 1893, "A Comarca", hebdomadário, que centralizava as inteligências mais fecundas da região. Vinha, logo depois, para a Capital do Estado a fim de fazer seus estudos no Liceu Paraibano, e aí conheceu sem demora colaborador da imprensa da época se infiltrando entre os notáveis periodistas paraibanos, Argemiro de Souza e Eliseu César, acreditando no "Estado da Paraíba" e, em 1892, fundou uma Sociedade literária com o nome de "Cardosa Vieira".

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Sr. Senador tendo de me retirar do plenário para comparecer a uma reunião de caráter urgente, quero, lamentando não poder ouvir o brilhante discurso de V. Exa., até o fim, associar-me às homenagens que presta neste momento à memória do grande paraibano que foi José Rodrigues de Carvalho. Eu o conheci de perto. Ele, era, além de homem exemplar, um grande chefe de família, um grande jornalista, um eminente jurista nordestino e um grande poeta, de sensibilidade singular. Assim, V. Exa., tem, nas minhas palavras, a solidariedade às homenagens que V. Exa. presta, em nome de todos nós paraibanos, à memória de um dos maiores filhos da terra de Epitácio Pessoa.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente colega e amigo Senador Argemiro de Figueiredo, que conheceu de perto quando jovem advogado, José Rodrigues de Carvalho, que já era então homem experimentado nas lides forenses. Conheceu de perto o valor excepcional daquele grande jurista, daquele notável poeta, conheceu aquele a quem neste momento rendemos nossas homenagens, ao comemorarmos o centenário do seu nascimento.

(Lendo) — Concluídos seus preparatórios, se transferiu para Fortaleza, donde regressou doze anos mais tarde, formado em direito, nesta altura na capital cearense com respeitável bagagem literária. Seu nome vitorioso no mundo das musas e em produções dignas do seu estro maravilhoso, encimava quatro livros de versos: "Coração", "Pristas", "Poema de Maio" e "Cancioneiros do Norte". E também autor de muitos versos e poesias do mais elevado conteúdo sentimental e humano.

Rodrigues de Carvalho, como o chamavam na Província, se consagrava a um poeta lírico sentimental. Sem nenhuma filiação a qualquer escola, cantou suas emoções e teve o amor como sua maior fonte de inspiração.

Das suas obras de poeta a mais divulgada, sem dúvida, é o "Cancioneiro do Norte", publicada em 1903, e que Mário Linhares, apoiado na opinião de Trilão de Azeite, colocou ao lado dos "Sertões", de Euclides da Cunha como uma convocação ao sentimento brasileiro pelo interesse da poesia popular.

Como homem público amadurecido nas lutas cívicas e aparelhado para os altos investiduras, em pouco tempo, foi, na Paraíba, Procurador-Geral do Estado, Deputado Estadual e Secretário-Geral do Estado. Naquela ocasião dirigia os destinos da nossa terra o notável e genial estadista João Pereira de Castro Pinto seu companheiro de amizade em Mamanguape, e que fez questão de reunir em torno do seu governo, os homens de talento e cultura da Paraíba, convocando-os mesmo quando se encontravam fora do Estado, formando, assim, um governo de inteligências privilegiadas. Foi nessa fase marcante da história política da Paraíba, que o admirável Rodrigues de Carvalho como figura das mais destacadas naquela fase de luz paraibana, ocupou o posto de Secretário-Geral do Estado da maior projeção, depois do governador. Em todas essas elevadas posições, prestou relevantes serviços, deixando uma trajetória brilhante da sua inigualável personalidade.

Na qualidade de advogado foi onde houve maior constância e brilho invulgar, tornando-se um expoente, não só nos auditórios do Estado como em Recife e no Rio de Janeiro, atuando não como um caudilho de província aconchado e tímido mas, com o desmembramento e a convicção do homem de talento invulgar e de sólida cultura jurídica.

No exercício da sua profissão de advogado escreveu várias monografias pareceres e teses que enriqueceram o nosso patrimônio jurídico, tanto no direito civil, como no comercial e criminal.

Foi colaborador assíduo da "A Revista" de Bento de Farias e do "Direito", conceituados repositórios jurídicos, ambos editados na antiga capital da República. Nesse principal ramo da sua atividade de cultor do direito, deixou Rodrigues de Carvalho, entre outros trabalhos: "Recursos Extraordinários", "Comentários ao Código do Processo Criminal do Estado", "Da Liberdade de Imprensa", "Tentativa", "Cheque Visado" e "Lacunas da Lei de Falência".

Com seu espírito voltado ao passado foi também historiador pelo pensamento inato da sua formação. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e presidente do Instituto Histórico de Pernambuco. Pertenceu também à Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro.

Cérebro de capacidade poliforma, Rodrigues de Carvalho perflustrou, igualmente, os campos da léxico grafia e, em janeiro de 1923, elaborou subsídios para o dicionário da língua nacional, com elementos indígenas, os de formação popular e estrangeirismo, modismo português, adaptados à linguagem estrangeira e vice-versa. Ainda começou a divulgar, na imprensa, um glossário sobre tupi-guarani e suas ramificações. Era um apaixonado dos assuntos da nossa língua e de suas origens mais remotas.

Visto como jornalista, ora doutrinador, ora crítico, ora polemista, indomito, flamejante e forte, mas sempre leal. Sobre ele assim se expressou autorizado comentarista: "outras facetas salientes de Rodrigues de Carvalho foram os artigos de jornal, de debates políticos, onde explodia veementemente o caboclo de Mamanguape, sentimental e lírico, quando queria agradar, furioso e irônico, quando vergastava os adversários políticos".

Senhor Presidente, Senhores Senadores, José Rodrigues de Carvalho foi um gigante do pensamento e da ação. Sua vida e sua obra não podem ser, ao menos resumidas, num esforço biográfico do tipo do que pretendemos realizar neste instante. Elas se encontram de corpo inteiro nos luminosos trabalhos de vários dos seus biógrafos, que estudaram suas atividades, literárias, política e jurídica, sob as mais complexas modalidades.

Dentre as apreciações históricas feitas em torno da obra e da vida de Rodrigues de Carvalho, desejo destacar como as mais ricas e preciosas em pesquisas, as contidas nos discursos do historiador e escritor paraibano Horácio de Almeida e do saudoso romancista Padre Manoel Octaviano, pronunciados por ocasião da posse deste na Academia Paraibana de Letras, na Cadeira que tinha como patrono Rodrigues de Carvalho.

Rodrigues de Carvalho, Sr. Presidente, monumento de inteligência e de cultura, foi um homem simples, reflexo do seu povo. Soube amar a vida com a graça jovial do seu temperamento, até ao fim, quando fora surpreendido pela morte em 20 de janeiro de 1936, em Recife, sendo sepultado no cemitério da Boa-Sentença, em João Pessoa.

A imprensa da terra e de todo o país teve-lhe os mais sentidos necrológicos, diante da perda e do luto das letras brasileiras. Na Academia de Letras do Rio de Janeiro Adalmar Tavares, seu amigo e admirador, o grande maravilhoso poeta pernambucano faz o seu elogio fúnebre, assim finalizando: "Não passará o poeta que as multidões recebem e consagram."

Pueta do povo, trovador da poesia do Norte do Brasil, onde vem de morrer, amado e compreendido".

Na Assembléia Legislativa da Paraíba, há poucos dias o ilustre Deputado José Fernandes de Lima ex-governador de Estado e atual líder da bancada do M.D.B., em discurso que iniciou as comemorações do centenário de Rodrigues de Carvalho, apresentou um requerimento, solicitando ao executivo estadual fossem publicadas as suas obras completas, considerando, porém, as dificuldades financeiras da Paraíba, resolveu enviar a mesa um requerimento, solicitando ao Ministro Tarso Dutra da Educação fazer através do Instituto do Livro a publicação daquelas obras completas.

Eis, Senhor Presidente, Senhores Senadores, a justa homenagem que presto, no Ano do seu centenário de nascimento, à memória de José Rodrigues de Carvalho, genial nordestino que foi uma das maiores celebrações culturais da nossa pátria. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Filinto Müller, como líder da ARENA.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do crador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há algum tempo atrás V. Exa., Sr. Senador Cattete Pinheiro, pronunciou discurso, da tribuna do Senado, em que teceu elevadas críticas à atuação da "Petrobrás" no Amazonas.

Tive oportunidade de ler o discurso de V. Exa. e devo confessar que essas críticas correspondem, "mutatis mutandis", às que são feitas também no meu Estado, onde a "Petrobrás" se retirou depois de deixar algumas esperanças no início dos seus trabalhos mas interrompeu-os com a declaração de não haver petróleo economicamente aproveitável na região.

As críticas feitas por V. Exa., em relação ao Amazonas, correspondem às que fazem os meus coestaduanos em relação à atitude da "Petrobrás".

Assim, foi com o maior interesse que ouvi o Ministro Costa Cavalcanti a informação de que desejava transmitir ao Senado, por meu intermédio, esclarecimentos sobre as razões pelas quais a "Petrobrás" suspendeu seus trabalhos na região amazônica e preferiu executar um trabalho mais intenso na exploração da plataforma submarina brasileira.

O ofício que S. Exa. me enviou, e que vou ler para que conste dos Anais do Senado, é, realmente, muito interessante e profundamente técnico.

Não me sinto em condições de tecer comentários sobre o mesmo, tal a sua natureza técnica, mas devo acentuar que S. Exa. desejava especialmente que o nobre Senador Cattete Pinheiro fossem prestados os esclarecimentos constantes desse ofício.

Dessa forma, passo a ler o ofício, para que conste dos Anais do Senado, abstendo-me de sobre ele tecer comentários, dada a sua precisão, a sua clareza a importância do problema que nele é examinado, e certo de que as informações servirão não somente para os amazonenses, que lamentam a referida da Petrobrás, como também para os meus coestaduanos de Mato Grosso, que não compreendem haja petróleo na Bolívia ali bem perto, e não haja petróleo na Região mato-grossense do Pantanal.

Leio o ofício de S. Exa., para que conste dos Anais do Senado. E o seguinte:

Em 25 de novembro de 1967,

Senhor Senador

Tenho a honra de enviar a V. Exa. algumas informações que podem ser úteis ao eminente líder para responder ao discurso pronunciado pelo nobre Senador Cattete Pinheiro,

sobre a orientação da Petrobrás no tocante à pesquisa de petróleo na Amazônia.

2. Uma análise serena e imparcial do discurso pronunciado pelo Senhor Senador Cattete Pinheiro, em que formulou críticas à Petrobrás pela política adotada com relação às pesquisas petrolíferas na Amazônia, demonstra que no mesmo estão omissos certos pontos básicos sobre os aspectos geológico e econômicos e que justificam a orientação tomada pela Empresa, a partir de 1966. Dentre esses pontos convém lembrar e esclarecer o seguinte:

2.1 — Não há relação nenhuma entre a produção de petróleo da Venezuela e da Bacia Amazônica, bem como não há relação alguma entre a Bacia Amazônica e os campos petrolíferos do Peru, situados esse próximos da fronteira do Brasil, como V. Exa. poderá depreender dos itens que se seguem:

a) A Bacia Sedimentar do Amazonas é de idade muitíssimo anterior (cerca de 300.000.000 anos) às bacias petrolíferas do Peru e Venezuela (cuja idade é menor de 100.000.000 anos).

b) As camadas petrolíferas do Peru e Venezuela não existem na bacia Amazônica.

c) O embasamento rochoso cristalino pré-Cambriano (mas de 2.000.000.000 de anos) separa e sempre separou no passado geológico as bacias sedimentares mencionadas.

2.2 — As bacias sedimentares de idade cretácea e terciária são responsáveis pela produção de aproximadamente 90% do petróleo mundial, como se poderá constatar pelos fatos seguintes:

a) As bacias da Venezuela (Cretáceas — Terciárias) produzem mais de três milhões de barris por dia.

b) As únicas bacias sedimentares brasileiras que produzem petróleo são as bacias cretáceas situadas junto da costa atlântica.

c) Tais bacias prolongam-se na direção leste da plataforma continental, em situação provavelmente mais favorável que as suas partes "sobre o continente". Desse modo a exploração das bacias sedimentares na plataforma continental significa, em certa extensão e em termos práticos, a continuação da pesquisa de bacias sedimentares já reconhecidamente petrolíferas.

d) As bacias sedimentares cretáceas — terciárias situadas junto da costa ocidental da África e seu prolongamento na plataforma continental africana já se demonstraram comercialmente produtores de petróleo. Sua capacidade de produção atual já ultrapassa a casa dos 500.000 barris-dia. Em terra, só a Shell-SP aumentou sua produção de 47.000 b-dia em 1961 para 300.000 b-dia em 1965 (Franki e Cordry, 1967).

e) É a maior importância lembrar que há muitíssimo mais relação entre as reservas petrolíferas da costa oeste da África e costa leste do Brasil (apesar da separação geográfica atual do oceano Atlântico), do que entre a bacia do Amazonas e da Venezuela. Explica-se: é que a bacia do Amazonas estava sempre separada das bacias venezuelanas, no passado geológico, pelo embasamento cristalino pré-Cambriano e pelo tempo (200.000.000 de anos separam as idades das duas bacias).

f) Por outro lado prova-se com todas as evidências científicas que no passado geológico e África já foi unida à América do Sul, sendo que as bacias cretáceas costeiras do Brasil e Costa da África faziam parte de uma mesma bacia antes da separação desses continentes. Tal separação se deu após a formação do petróleo. Assim sendo, sobre o ponto de vista geológico, não há separação nem em espaço nem em tempo entre as bacias da plataforma continental brasileira e da costa ocidental da África.

g) E, pois, de se esperar muito maiores possibilidades de óleo em nossas bacias costeiras, por correlação com as da África, do que da bacia Amazônica, em relação com as bacias da Venezuela ou Peru. Atualmente explora-se óleo nas plataformas continentais ("off-shore") praticamente ao redor de todos os continentes do mundo. É natural que o Brasil procure também explorar suas bacias costeiras.

2.3 — As estimativas preliminares das reservas potenciais mínimas da plataforma continental brasileira permitem avaliar essas reservas em cerca de doze bilhões de barris, sendo essa uma estimativa considerada conservadora.

2.4 — Voltando aos esclarecimentos sobre alguns tópicos do referido discurso, cumpre-nos ainda informar que a par das condições favoráveis que justificam a intensificação da exploração na plataforma continental há, realmente, condições desfavoráveis que abriguem a Petrobrás a reduzir suas atividades exploratórias na Amazônia. Tais razões estão explicitas no discurso do Sr. Cattete Pinheiro, 2ª página, itens (a), (b) e (c), ou seja:

a) Instruções ígneas e tectônica suave.

b) Área geologicamente mapeável só nas bordas da bacia.

c) Bacia recoberta de rochas terciárias, sem possibilidades de acumulação de petróleo.

3. Aparentemente tais razões, de per si, não justificariam o "abandono" da Amazônia pela Petrobrás, mas para chegar a tal conclusão (reduzir a exploração na Amazônia) a Petrobrás dispendeu mais de treze anos de pesquisas, orientadas dentro das melhores técnicas exploratórias e de duração. De resultados obtidos foram exaustivamente estudados e interpretados, sempre de modo otimista só permitindo abandonar qualquer área com algumas possibilidades, após dispendir vultuosas quantias no sentido de se comprovar a não economicidade da área. Tal ocorreu em Nova Olinda, Autás-Mirim, etc.

4. O mesmo fato tem ocorrido com outras bacias sedimentares paleozóicas do Brasil e o Petrobrás tem tomado a mesma decisão; assim é que foram muito reduzidas as atividades exploratórias das bacias do Paraná e do Maranhão. E' de salientar aqui que apenas fatores geológicos econômicos (riscos vultuosos) ligados aos primeiros levaram a Petrobrás a reduzir a exploração na Amazônia. Bem sabemos o impacto emocional e a decepção causada em todas a população daquela imensa região; já tão prejudicada pelos fundamentos geográficos, principalmente o seu afastamento dos grandes centros mais industrializados do sul do País. Principalmente, após os anos de grande animação e otimismo, causados pelas primeiras descobertas de petróleo na Bacia Amazônica.

5. Sabemos, também, do imenso benefício social que a Petrobrás proporcionava às populações mais necessitadas, cooperando através de suas equipes técnicas que não poupavam esforços de fornecer assistência médica e mesmo alimentos, não só ao pessoal contratado localmente, mas a seus familiares e demais habitantes da área.

6. Isso porém um dia teria de acontecer, caso a Petrobrás não encontrasse óleo e ficasse provada a quase impossibilidade de encontrar óleo ou mesmo de provar a sua existência em quantidade comercial, naquela região.

7. Em seu discurso, o ilustre Senador comenta (pág. 3), que a "direção da Petrobrás decidiu riscar dois terços do território brasileiro" no que concerne à exploração de petróleo.

8. Não é essa a intenção da Petrobrás, evidentemente. De futuro, a Empresa Estatal do Petróleo poderá vir a intensificar a exploração nas

bacias paleozóicas, pois não foi provada, de modo definitivo, a inexistência de petróleo em condições economicamente exploráveis nas bacias paleozóicas do Brasil.

9. O que a Nação não pode (através da Petrobrás) é continuar dependendo imensas somas de recursos em áreas de possibilidades comprovadamente restritas e duvidosas, em detrimento da intensificação dos esforços em áreas onde toda a técnica e estatística indicam haver boas possibilidades de obtermos o óleo suficiente para as nossas necessidades imediatas e sempre crescentes.

10. Peço ao eminente líder o obséquio de dar ciência ao digno Senador Cattete Pinheiro dos pontos abordados nesta carta, que justificam a atitude da Petrobrás com respeito à redução de suas atividades na Amazônia.

Ao ensejo envia a V. Exa. a segurança de seu mais elevado apreço.

a.) José Costa Cavalcanti, Ministro. Deixo de comentar este ofício do Ministro Costa Cavalcanti, porque é eminente técnico e de clareza cristalina, mas ao deixar a tribuna, quero louvar, muito especialmente, o gesto do eminente Ministro que, tendo um dos setores de sua Administração sido focalizado numa crítica, aqui no Senado, apressou-se, espontaneamente, em trazer-nos os esclarecimentos necessários, para que o Senado e a Nação fiquem perfeitamente inteirados do trabalho, importante e patriótico, que realiza, atualmente, a Petrobrás. (Muito bem!).

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na Súmula Informativa do Senado Federal, do Serviço de Imprensa e Radiodifusão desta Casa, li, hoje, notícia, atribuída a "O Globo" e transcrita nesta súmula que me indignou, depois de meter surpreendendo grandemente:

"Aurélio Vianna: "Se há desentendimento, deve ser entre o Governo e a ARENA, pois a Oposição não tem feito mais do que aceitar o que o Executivo quer."

Sr. Presidente, revesti-me de profunda indignação e revolta. Para que eu prestasse declarações deste tipo, primeiro teria de renunciar à posição de Líder do MDB nesta Casa. Todo o Senado é testemunha, todo o Congresso Nacional também, da maneira, como se vem portando a bancada do MDB nesta Casa. Todos sabem que é conivência nosso — como de todos os democratas deste País e do mundo inteiro — que não pode haver democracia sem oposição, particularmente posição construtiva.

Temos marcado sempre a nossa posição partidária apoiando os atos acertados dos nossos adversários, atos que muitas vezes consubstanciavam a nossa própria doutrina, principalmente do nosso próprio programa, e, ao mesmo tempo, repelindo todos aqueles atos e posições que, a nosso ver, prejudicam o desenvolvimento do nosso País.

Se a notícia é de "O Globo", desejo que esse jornal faça a retificação necessária e, também, Sr. Presidente, que noticiários desse tipo, que têm implicações sobre posições éticas no campo político sejam mais cuidadosamente observados, para que a transcrição feita no nosso órgão informativo represente, tanto quanto possível, a verdade dos fatos.

Sr. Presidente, com este pequeno pronunciamento, fica marcado nos Anais do Senado Federal o nosso pen-

samenho, marcada a nossa atitude e firmada mais uma vez a nossa posição, que deve ser entendida e compreendida neste País.

Per summa capitula: nunca, jamais, em tempo algum, declaramos que a Oposição neste País, não tem feito mais do que aceitar o que o Executivo quer.

O Sr. Guido Mondin — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Guido Mondin — Senador Aurélio Vianna, eu dou toda razão a V. Exa nas observações que faz. Mas eu gostaria de ressaltar a responsabilidade desta imprensa informativa que estamos recebendo, porque reduzem o noticiário geral colhido na Imprensa. Então há a preocupação de nos trazer informativo, inclusive, para que nos previnamos contra notícias dessa natureza, vinda do R.O de Janeiro. De sorte que, conhecendo o esforço que há, nesta súmula informativa, eu desejaria não se dirigisse essa observação a quem elabora o trabalho que está sendo de extrema utilidade para nós. Releve-se que, amanhã cedo, já temos em conjunto o noticiário dos jornais do País, para que não seja até um desestímulo ao trabalho que está sendo feito. Culpados sim, são aqueles que divulgam as notícias, nos grandes jornais, e usam da sistemática contra o Congresso e seus Membros. O Senador Petrônio Portela hoje, também, foi vítima de uma notícia pela qual se atribui a S. Exa, declarações que, positivamente, não fez.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Meu nobre Senador eu não queria entrar no mérito para discutir esta questão. Mas, chamado, aceito a proposta como colocada por V. Exa.

Creio que todos nós, Senadores Federais, recebemos o noticiário da Imprensa deste País, sobre as nossas atividades e declarações através da "LUX".

Desejo colaborar e não criticar, porque, o controlador deste boletim informativo, além de ser um dos brilhantes jornalistas deste País, um dos maiores repórteres dessa terra é meu amigo particular, como de todos nós. Não houve má fé.

Mas, nobre Senador, foi bom, num certo sentido, que isto tivesse acontecido, para que tenhamos mais cuidado.

O boletim é informativo. Quanto às declarações que fizemos à Imprensa, o boletim deve até mesmo anunciá-las, porque toma conhecimento dessas declarações.

Sobre assuntos interessantes, sínteses do pensamento da Imprensa e de homens públicos que não pertencem ao Parlamento Nacional? Certo, é bom que exista, porque não é possível que nós como que encampemos, transcrevendo notícias deste porte, no nosso órgão informativo, quando seria até mesmo fácil perguntar-se: Será que o Sr. fez essa declaração? A sensibilidade política do jornalista deve levá-lo a compreender que um homem público de responsabilidade lidando uma corrente política, jamais faria uma declaração desse teor. Para fazê-lo precisaria de ter abdicado, antes, de princípios éticos, de princípios morais, abdicando até mesmo da ideologia que forma a sua personalidade política.

O Sr. Petrônio Portela — V. Exa me permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer!

O Sr. Petrônio Portela — Citado, ainda há pouco, pelo Senador Guido Mondin, quero, na oportunidade, confirmar o que S. Exa disse a respeito de noticiário em que foi envolvido. Consistia em que eu teria anunciado um discurso clamando pela renovação total da Mesa do Senado. Evidentemente, sabe o Líder, que não seria, em verdade, — se tal pensamento me acudisse — este o meio adequa-

do e sim junto às lideranças. Entretanto, nunca planejei, a ninguém anunciar este propósito. Admiro-me muito de ver meu nome envolvido como se pretendesse traçar este assunto, da tribuna do Senado, ao arripio das convenções que, por certo, haverá na oportunidade sobre o problema da Mesa do Senado. Quero, assim, confirmar o que foi dito pelo Senador Guido Mondin, e desmentir, de forma categórica, o anunciado discurso, que não estou pretendendo fazer.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E, assim, Sr. Presidente, último o nosso pronunciamento, um tanto ou quanto desencantado. As vezes, penso que estou terminando os meus dias de vida pública neste País.

Na minha terra, há uma diferença fundamental entre desencantado e desiludido. É uma luta desigual. Confesso que, às vezes, sinto-me vencido, não convencido porque não é possível que um homem público, neste País, se mantenha de pé quando as suas palavras são torcidas, quando aquelas que ele não pronuncia são reveladas como de sua responsabilidade, como de sua inteira autoria.

O Sr. Guido Mondin — Não temos direito ao desencanto, nunca.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não sabemos nem mesmo como nos defender e, na verdade, se não há democracia sem Imprensa livre não há Imprensa livre sem Parlamento.

Mesmo assim, desta tribuna, até o fim da minha vida pública, defenderei a liberdade da Imprensa, o seu direito de veicular notícias protestando toda vez — tenha ou não repercussão o meu protesto — que saiam publicadas palavras que eu nunca pronunciei ou que sejam deturpados meus pensamentos.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa um aparte? (Assentimento do orador) — Compreendo a razão que leva V. Exa, em momento muito oportuno, a levantar seu protesto contra a notícia que todos nós temos na súmula distribuída aos Srs. Senadores. Todos nós, aqui e acolá somos vítimas de declarações atribuídas a nós sem que as tenhamos feito, a qualquer repórter, ou a qualquer jornal. Quando li a notícia dada como declaração de V. Exa, conhecendo a sua orientação nesta Casa e na sua vida política verifiquei logo que se tratava de notícia que não correspondia à verdade.

Desejava — ao mesmo tempo que dou dobradas razões ao protesto de V. Exa esclarecer que os responsáveis pela feitura da súmula não são culpados da sua divulgação. Segundo estou informado eles se limitam, rigorosamente, a divulgar ou a salientar o que os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo dizem, a nosso respeito, sem que esta transcrição importe, especificamente, na reafirmação ou no endosso daquela assertiva. No caso, por exemplo, em que se atribui a V. Exa uma declaração que se pode classificar de sem fundamento, a súmula foi benéfica a V. Exa como teria sido benéfica a mim, ou a qualquer outro, porque, inclusive, chamou a atenção para uma declaração. Quer apenas salientar esse aspecto, para que não parecesse que a responsabilidade da divulgação cabe aqueles que organizam a súmula, porque, segundo estou informado, eles se limitam, rigorosamente, a divulgar ou transcrever o que a Imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo dizem a respeito. E no caso, há a circunstância de que, segundo estou também informado, até agora não chegaram os jornais do Rio e de São Paulo e se não fosse a súmula, distribuída estritamente entre os Senadores, V. Exa já não teria conhecimento do fato e não estaria, em boa hora, restabelecendo a verdade sobre o assunto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Sr. Presidente, sinto que alguns colegas estão no pressuposto de que eu estou fazendo um ataque àqueles jornalis-

tas que organizam essa súmula. Eu já declarei, no princípio desta conversa, que não atribuo má fé aos organizadores da súmula, mas — repito — que não gostaria de ler nesta súmula "o jornal tal" notícias do jornal tal"; declaração do Senador Wilson Gonçalves: o seu partido, a ARENA, é um partido de traidores". Não gostaria de ver isso: "o Senador Guido Mondin declarou que o seu povo é um povo de capachos".

Há uma porção de declarações muito boas espalhadas pelos jornais que representam a verdade. Quando as coisas chegam às raias do absurdo, não se deve proclamá-las, de maneira alguma, porque esse é um órgão informativo, organizado pelo Senado, que deve traduzir um noticiário peneirado, joierado, que represente a súmula do pensamento do indivíduo. Aquêlê pensamento que diga da sua personalidade. Não ataquei e não ataco, porque hoje mesmo eu estive em contato com o responsável pelo Boletim Informativo e posso também — confirmar, chegou-me agora às mãos, o "O GLOBO" já está aqui — mas repito o que acabei de dizer: diariamente leio os jornais principais do Rio de Janeiro e de São Paulo e recebo os recortes que a *Luz* nos manda e não tenho muita preocupação de responder a esses ataques, porque, primeiro, a resposta não seria geralmente publicada, seria perder tempo.

Sr. Presidente, em síntese, não proferi ataques. Pedi a "O GLOBO" que retificasse a sua notícia. E' parcialmente verdadeira, mas verdadeiramente não é. Se eu digo que os negócios da ARENA e suas relações com o Governo são entre o Governo e a ARENA, que não devo me intrometer na política da ARENA com o Governo, eu disse aquilo que deve ser publicado e que eu acho que é o meu pensamento. Mas, se ele acrescenta: "... pois a Oposição não tem feito mais do que aceitar o que o Executivo quer", esse pensamento não é meu. Seria a desmoralização para mim. E não é interessante que essa notícia se espalhe, cada vez mais, sem um repêro formal e claro.

Sr. Presidente, está feito o nosso desmentido formal, claro, objetivo sem tergiversação e fá-lo-êi tantas vezes haja necessidade, para decôr o meu próprio mandato.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Victorino Freire — Não acho que se deva responder a tudo quanto se diz. Mas há certos fatos que devemos responder. Críticas grosseiras e sem fundamento, não. Acontecem distorções. Uma ocasião eu me encontrava fora, por causa de pessoa da família gravemente enferma e soube das declarações que teriam sido prestadas por mim, embora eu estivesse fora do Brasil. Agora mesmo, quando estive no Monroe no Rio fui procurado por um jornalista que me perguntou:

— "V. Ex^a publicadas num jornal "Senador, V. Ex^a não leu as críticas do Maranhão? V. Ex^a não vai responder?" — "Não!" — "Por quê?" — indagou o jornalista. — "Porque não pingo diamantes em tromba de porco! Tenho muito mais que fazer!"

O SR. AURÉLIO VIANNA — Obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou aqui com a notícia de "O Globo":

"O Líder da Oposição no Senado, Sr. Aurélio Vianna, disse que as apreensões daqueles dois políticos, partidos como foram de elementos da ARENA, são um assunto doméstico da agremiação do Governo, cabendo, portanto, ao Presidente da República vir a público para tranquilizar a Nação, dizendo que não procedem aqueles recelos".

Atribuídos a um desses dois Deputados, líderes da ARENA do Ceará, palavras segundo as quais estávamos perto de assistir a um outro golpe de estado que concluiria pelo fechamento do Congresso. Então, eu, provocado pelo jornal, fiz declarações que aqui estão. Continua o "O Globo":

"Se há desentendimento — disse o Sr. Aurélio Vianna — deve ser entre o Governo e a ARENA, pois a Oposição não tem feito mais do que aceitar, sem meios para contrapor-se ao que o Executivo quer, e por igual, se há radicalismo militar querendo o fechamento do Congresso, ninguém melhor do que os representantes da ARENA para dizê-lo".

Convenhamos que nem mesmo a notícia de "O GLOBO" foi completa. Vamos discutir a questão. Nenhum jornalista tem medo de mim, porque não sou bicho-papão e nem eu tenho medo de jornalista. Nunca cortejei a imprensa e nunca fui cortejado pela imprensa. Confio na lealdade dos jornalistas quando transmitem notícias dos nossos trabalhos e reconheço que fui dos mais beneficiados, durante toda a minha vida pública, pelo noticiário da imprensa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não poderia deixar passar em branco um noticiário deste teor, fazendo a comparação entre o noticiário e a entrevista que aqui se encontra.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena
Oscar Paes
Flavio Brito
Edmundo Levi
Arthur Virgílio.
Cattete Pinheiro
Clodomir Milet
Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Marcello de Alencar
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Filinto Muller
Bezerra Neto
Antônio Carlos
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 1.138, de 1967

Nos termos do art. 326, nº 10, do Regimento Interno, requeremos a retirada do Requerimento número 1.135, de 1967, em que solicitamos ur-

gência para o Projeto de Lei da Câmara nº 140-67, que dá nova redação aos artigos 48 e 83 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Senado Federal, 29 de novembro de 1967 — Argemiro Figueiredo — Filinto Muller — Aurélio Vianna

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em consequência da deliberação do Plenário é retirado o requerimento anteriormente apresentado.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento, de autoria do Sr. Senador Filinto Muller.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 1.139, de 1967

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5-6, do Regimento Interno, para a Mensagem nº 560-67 do Sr. Presidente da República submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Tenente Genival José Campedelli para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Roraima.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1967 — Filinto Muller — Aurélio Vianna

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento que acaba de ser lido será votado ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa projeto de lei, de autoria do Sr. Senador Atílio Fontana, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 83, de 1967

(DO SENADOR ATÍLIO FONTANA)
Considera de utilidade pública a Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' considerada de utilidade pública a Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal (SCAF), com sede no Município de Concordeia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A SCAF, — Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal, recém-fundada no Município catarinense de Concordeia, tem como escopo o amparo aos menos afortunados, mediante prestação do auxílio a pobres e inválidos; fornecimento de roupas, alimentos, material escolar, bolsas de estudos a menores desamparados, encaminhando-os, sempre que possível a internamentos; assistência médica e hospitalar e doentes e parturientes; assistência espiritual e religiosa, respeitadas as crenças de cada um; manutenção de cursos de alfabetização, bem como o ensino de ofícios e artesanato.

O elenco de suas atividades, de caráter eminentemente social, torna a entidade merecedora de amparo do Poder Público, o que constituirá verdadeiro incentivo aos abnegados sócios.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967 — Atílio Fontana

A Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto lido vai às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa, projetos de resolução, que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 101, de 1967

Aposenta, por invalidez, André Apelinho Filho, Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado de acordo com os artigos 130, item I e 131, item I, inciso "o", da Constituição Federal, combinados com o art. nº 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional que faz jus o Servente, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, André Apelinho Filho.

Justificação

Com o presente Projeto de Resolução visa a Comissão Diretora a conceder aposentadoria a servidor que se encontra incapacitado para exercer suas funções.

Foi o aludido funcionário submetido a exame pela Junta Médica do Senado, que concluiu por sua invalidez.

Assim justificado, submetemos a assunto à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967 — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Victorino Freire — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 102, de 1967

Aposenta, por invalidez, o Oficial Legislativo, PL-5, Ruy Ribeiro Cardoso, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com os artigos 130, item I, 101 item I, letra "b", da Constituição Federal, combinados com os artigos 340, item III e 341, item III da Resolução nº 6, de 1960, e Resolução nº 15, de 1963, o Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Ruy Ribeiro Cardoso.

Justificação

Com o presente Projeto de Resolução visa a Comissão Diretora a conceder aposentadoria a servidor que se encontra incapacitado para exercer suas funções.

Foi o aludido funcionário submetido a exame pela Junta Médica do Senado, que concluiu por sua invalidez.

Assim justificado, submetemos o Projeto à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Gilberto Marinho — Dinarte Mariz — Victorino Freire — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Os projetos de resolução que foram lidos, de autoria da Comissão Diretora, não dependem de parecer. Assim, serão incluídos oportunamente, em Ordem do Dia. (Pausa).

Encerrada a hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.140, de 1967

Nos termos do art. 212, letra "q", do Regimento Interno, requiero alteração da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do último item da Mensagem nº 560-67, seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967 — Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em consequência proceder-se-á à votação do requerimento lido ao fim do Expediente.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar sentados. (Pausa) Aprovado.

Em consequência da aprovação da preferência, esta sessão passará a ser secreta, para discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 560, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Tenente-Coronel José Campedel, para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Rondônia.

Solcito aos Srs. Funcionários da Mesa que tomem as providências de direito, uma vez que se trata de matéria a ser apreciada em sessão secreta.

(A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e 30 minutos e volta a ser pública às 17 e 45 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Na sessão extraordinária de ontem foi lido requerimento de urgência de autoria dos Srs. Senadores Filinto Müller e Aurélio Vanna, como líderes de partido; para o projeto de lei da Câmara nº 136 de 1967.

O requerimento deixou de ser apreciado por falta de quorum e, em consequência, foi incluído na Ordem do Dia desta sessão, com preferência sobre as demais matérias, na forma regimental.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Foi aprovado o requerimento.

Em consequência, passa-se à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1967, que prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

A matéria depende de pareceres das Comissões de Projeto do Executivo e de Finanças.

Tem a palavra o Sr. Senador Petronio Portela, para emitir parecer em nome da Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PETRÔNIO PORTELA:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, o projeto de lei nº 706-B, de 1967, na Câmara dos Deputados, é oriundo de mensagem do Poder Executivo, que prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

S. Ex.º o Sr. Presidente Costa e Silva, através do Sr. Ministro Tasso Lútra, fez longa exposição que, entre outras coisas, acentua: (Lê)

Engloba esse documento o conjunto de medidas, inclusive o plano de educação de base e a instituição de órgão que deverá executá-lo visando a dar cumprimento a uma das diretrizes prioritárias fixadas por Vossa Excelência no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no discurso de 16 de março do corrente ano, com que iniciou seu Governo.

O projeto em causa se relaciona com mais cinco outras proposições que, no Dia Universal da Alfabetização, mobilizando os sistemas nacionais de rádio e televisão, associando a contribuição cívica das Forças Armadas e da organização sindical e provendo, ainda, sobre a consecução dos indispensáveis recursos financeiros, procuram desencadear a grande campanha nacional de alfabetização funcional.

É a primeira vez que, no País, o Governo transpõe a barreira da indecisão e vence a timidez de iniciativas isoladas, para enfrentar, com toda a energia, e em sistema planejado, o crucial problema do analfabetismo indígena, que vem constituindo, não apenas um obstáculo à ascensão social e econômica do homem brasileiro, mas ainda um fator de sentido negativo em nosso processo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto submetido à consideração da outra Casa do Congresso Nacional foi objeto de substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça. Posteriormente, examinado o assunto pela Comissão de Educação e Cultura daquela Casa, um novo substitutivo foi aprovado, que prevaleceu na Câmara dos Deputados, e é exatamente essa proposição que vai ser submetida à consideração desta Casa.

O Substitutivo é do seguinte teor:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades prioritárias, em sua fase inicial de operações, atingirão seus objetivos em dois períodos consecutivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que está acompanhando, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

Art. 5º A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será o órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

Art. 6º A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual se-

rão apresentados seus estatutos e o decreto do Poder Executivo que os aprovar.

Art. 7º O patrimônio da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será constituído:

a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;

b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;

c) rendas eventuais.

Art. 8º O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação.

Art. 9º O pessoal da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será, pelo presidente desta, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11. Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano a que se refere o art. 3º.

Art. 12. Extinguindo-se, por qualquer motivo, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Como ficou acentuado, Sr. Presidente, o projeto se fez acompanhar do Plano de Alfabetização Funcional e alfabetização de Adultos, que compreende doze itens, nos quais se formulam duas prioridades: nº 1 e 2.

A prioridade de nº 1 diz respeito às condições sócio-econômicas dos Municípios, dando-se preferência aos que oferecerem melhores condições de utilização dos efeitos obtidos pelos educandos e maiores possibilidades quanto ao desenvolvimento nacional.

A prioridade nº 2 diz respeito a faixas etárias que congregam idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas ao desenvolvimento do país.

Essas prioridades referem-se aos vários cursos previstos no plano que o Governo apresenta também à consideração do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados examinou detidamente o assunto, pois não apenas apresentou várias emendas aditivas, como, através das suas duas Comissões técnicas, apresentou substitutivos, sendo um deles aprovado por aquela Casa do Congresso Nacional.

Diante do que acabo de transmitir à consideração desta Casa e tendo em vista a importância fundamental do Plano de Educação e Alfabetização dos Adultos o qual me cabe opinar favoravelmente à aprovação do projeto na Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O parecer do nobre Relator da Comissão de Projetos do Executivo é favorável.

Solcito ao Sr. Senador Antônio Carlos, Relator designado, emitir parecer da Comissão de Finanças.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, deve a Comissão de Finanças examinar o Projeto de Lei da Câmara nú-

mero 136 de 67, 706-B na Casa de origem, que prevê sobre alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, tendo em vista o aspecto financeiro da proposição.

Assim, deve examinar o Art. 6º, que estabelece condições de funcionamento para a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, o artigo 7º, que dispõe sobre o patrimônio da mesma Fundação, e o art. 12, que dá destino a esse patrimônio, no caso de extinção daquela entidade.

O Art. 6º está assim redigido:

"Art. 6º A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — gozará de autonomia administrativa e financeira, e adquirirá personalidade jurídica, a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seus estatutos e o decreto do Poder Executivo que os aprovar".

Adota o projeto modalidade atual para o tipo de atividade que se pretende alcançar com a presente proposição.

Para que haja flexibilidade e eficiência, é justo que a alfabetização de adolescentes e adultos, de acordo com o plano apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura, seja feito através de uma Fundação.

O projeto consigna, ainda, no que toca ao funcionamento dessa entidade, regra de prudência, pois, no seu Art. 9º, dispõe:

"Art. 9º O pessoal da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será, pelo presidente desta, solicitado ao Serviço Público Federal".

Dêsse modo, o projeto não permitirá a contratação ou a admissão de funcionários. Os funcionários que irão colaborar na MOBRAL e participar das suas tarefas serão requisitados ao Serviço Público Federal.

Quanto ao art. 7º, Sr. Presidente, reza:

"Art. 7º O patrimônio da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será constituído:

a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;

b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;

c) rendas eventuais".

Não há, assim, aumento de despesa. O Ministério da Educação irá atender a esta Fundação precisamente com dotações orçamentárias inscritas no respectivo anexo. Por outro lado, a norma abre campo para que participem, financeiramente, da notável da importantíssima tarefa de alfabetização, entidades de direito público e privado nacionais, internacionais, multinacionais e de particulares, através de dotações e contribuições.

Finalmente, Sr. Presidente, o Artigo 12 determina que: (Lê)

"Art. 12. Extinguindo-se, por qualquer motivo, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — seus bens serão incorporados ao patrimônio da União".

Regra de defesa, de proteção e de abrigo dos interesses do Tesouro Nacional que, através das dotações do Ministério da Educação irá contribuir para a cobertura das despesas da entidade.

Ante o exposto, Sr. Presidente, tendo em vista parecer da Comissão de Projetos do Executivo, exarado pelo Sr. Senador Petronio Portela, que examinou o mérito da proposição a Comissão de Finanças opinou favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 136-67.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O parecer da Comissão de Finanças, pela palavra do nobre Relator Senador Antônio Carlos, é favorável.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR

(Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a discussão deste projeto de lei, cujas altas finalidades merecem o nosso apoio, em que pesem algumas ressalvas, que não declinarei para não prejudicar o apoio que registro ao projeto, nos ensina trazer ao conhecimento da Casa, quando tratamos do problema da educação, que deve inspirar as preocupações de todos os homens com responsabilidade no País, o fato de que, hoje, tive notícia de que o Curso de Engenharia Operacional, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, na Guanabara, foi fechado. E o pretexto invocado pelo Sr. Reitor foi que o convênio estabelecido entre o MEC e a Reitoria não foi cumprido; o Ministério não cumpriu o convênio, sob a alegação de falta de verbas.

Veja V. Ex.^a como é importante, na discussão do Projeto em pauta, trazer ao conhecimento do Senado a grave crise que se instaurou na Universidade do Brasil, na Faculdade de Engenharia.

Isto porque, como é natural e tem que ser entendido, para que não se diga que a mocidade estudiosa brasileira só se preocupa de participação política e greves mal inspiradas, os alunos desse curso, que são 300, entraram em greve e pretendem estender essa greve a toda a Universidade, enquanto o Governo não se adaptar e não se convencer que o programa da educação não pode ser cercado em função de falta de verbas.

Vale aqui salientar que o Plano de Contenção de Despesas atribuído ao Ministério da Educação economias maiores do que de outros Ministérios com programas de menor importância para o País.

É oportuno, na discussão desse processo e dessa lei, trazer o fato ao conhecimento da Casa e lançar nosso protesto contra a política educacional do Governo que não se acomoda com as manifestações expandidas, não raro, por seus Ministros que têm preocupações constantes nesse setor.

Fica, aqui, meu apelo ao Governo no sentido de que envie todo o esforço e, mais do que isso, se necessitar inflacione o País, mas não feche Universidades, não impeça os cursos que podem aparelhar e dar as condições de nosso progresso, pelo levantamento adequado de recursos humanos capazes de participar do desenvolvimento do País. Não é possível aceitar, sob nenhum pretexto, que se cortem as verbas, que se fechem as universidades, porque a nossa Pátria, basicamente, depende desse setor para seu desenvolvimento. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Se mais nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. — (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto. (Pausa).

C. Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — Está aprovado. Irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 136, DE 1967

Prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes no Ministério

da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada e adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades prioritárias, em sua fase inicial de operações, atingirão seus objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — de duração indeterminada, com sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e fóro para Brasília.

Art. 5º A fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será o órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

Art. 6º A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — gozará de autonomia administrativa e financeira, e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seus estatutos e o decreto do Poder Executivo que os aprovar.

Art. 7º O patrimônio da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será constituído:

a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;

b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;

c) rendas eventuais.

Art. 8º O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação;

Art. 9º O pessoal da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — será, pelo presidente desta, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11. Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada e adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano a que se refere o art. 3º.

Art. 12. Extinguindo-se, por qualquer motivo, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 1:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1966, de autoria do Senhor Senador Bezerra Neto, que regula o direito de pagamento ao endossatário do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 e dá outras providências, tendo Pareceres contrários, sob números 643, 845 e 846, de 1967. Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia e de Finanças.

A discussão foi encerrada na sessão anterior e, adiada a votação por falta de quorum.

Em votação o projeto. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado. Será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 1966

Regula o direito de pagamento ao endossatário do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O endossante do certificado de depósito bancário, que não seja o respectivo depositante, é responsável pelo seu pagamento, podendo o endossatário opor pela penhora do certificado ou outro meio de ação executiva de cobrança.

Art. 2º Para os fins previstos no art. 1º, o endossatário deverá interpor protesto judicial se dentro das quarenta e oito (48) horas seguintes ao vencimento do depósito o banco depositário recusar o pagamento.

Art. 3º É assegurado o direito regressivo, se houver mais de um endosso, sem prejuízo das prerrogativas do endossatário previstas nos artigos anteriores.

Art. 4º É admitido o aval expresso ao endossante, no certificado de depósito bancário, sendo equiparado ao depositante e principal devedor.

Art. 5º O endosso e o aval devem ser comunicados ao banco emissor no certificado dentro de vinte e quatro (24) horas de sua oposição, sob pena de ser considerado inexistente.

Art. 6º Para os fins de cobrança e da mora em implemento, não é necessária a interposição de protesto contra o primeiro endossante e seu avalista.

Art. 7º O crédito de que trata o artigo primeiro compreende o capital, juros e a parcela correspondente a correção monetária, na forma prevista no § 1º, do art. 30, da Lei número 4.728, de 14.7.65.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 124, de 1967 (nº 609-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que prorroga por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967 que dispõe sobre

a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob o nº 802, de 1967, da Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em discussão o projeto com a emenda.

O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, pela leitura que ouvi, se bem compreendi, a emenda apresentada não tem pertinência com o projeto.

O projeto trata da prorrogação por 180 dias, do prazo estabelecido no art. 11, da Lei nº 5.276, que dispõe sobre a profissão de nutricionista. Representa um pedido da Associação das Nutricionistas da Universidade de São Paulo.

A emenda se ouvi bem, trata da profissão de psicólogo. Queriam também em mãos, para não cometer erro, protestando a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Nobre Senador Aurélio Vianna, releve V. Ex.^a interrompê-lo.

Na realidade V. Ex.^a traz a esta Presidência colaboração como sempre muito útil.

O SR. AURELIO VIANNA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência considera que houve um lamentável equívoco ao ser recebida a emenda a que se reporta V. Ex.^a.

Entende esta Presidência, agora, atenta para o problema que é abarcar o que se apresenta a um projeto que trata da profissão de nutricionista emenda referindo a profissão de psicólogo. De maneira que esta Presidência, na forma do Regimento, vai considerar impertinente a emenda apresentada. E o Art. 47 do Regimento Interno que dá essa atribuição à Presidência.

Tem assim V. Ex.^a atendida a preferência muito justa que está fazendo neste momento.

O SR. AURELIO VIANNA — Não a mim, Sr. Presidente; a V. Ex.^a devem ser destinados todos os nossos aplausos pela maneira clara e catilheira com que recebe as questões que suscitamos.

Não tenho mais nada a dizer porque estou planejando de acordo com o projeto. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Mesa só tem que agradecer a colaboração de V. Ex.^a.

Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado o projeto.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 124, DE 1967

Nº 603-B-67, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.273, de 24 de abril de 1957, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.273, de 24 de abril de 1957 para que os diplomados em curso de Nutricionista e Dietética requeiram o registro profissional de seu diploma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 3:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 130 de 1967 (nº 703-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estabelece as sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS — o disposto no art. 16 da Lei número 3.890-A de 23 de abril de 1961, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 903 e 904, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Está aprovado.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 130, DE 1967

(Nº 703-B-67, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Estende, às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS —, o disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 23 de abril de 1961, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Estende-se às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS —, o disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 23 de abril de 1961.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições de leis especiais referentes à constituição e funcionamento das sociedades aludidas no artigo anterior e que impliquem em limitação aos poderes de suas assembleias-gerais quanto à reforma dos respectivos estatutos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 4:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1963 (nº 3.275-B-65, na Casa de origem), que disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 925 e 927, de 1967 das Comissões de Legislação Social e de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Está aprovado. O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 288, DE 1963

(Nº 3.275-B-65, na Casa de origem)
Disciplina a profissão de Relações Públicas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Definição

Art. 1º A designação de "Profissional de Relações Públicas" passa a ser privativa:

a) dos bacharéis formados nos respectivos cursos de nível superior;

b) dos que houverem concluído curso similar no estrangeiro em estabelecimento legalmente reconhecido, após a revalidação do respectivo diploma no Brasil;

c) dos que exerçam a profissão, de acordo com o art. 6º do Capítulo IV da presente Lei.

CAPÍTULO II

Das Atividades Profissionais

Art. 2º Consideram-se atividades específicas de Relações Públicas as que dizem respeito:

a) a informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação;

b) a coordenação e planejamento de pesquisas de opinião pública, para fins institucionais;

c) a planejação e supervisão da utilização dos meios audiovisuais, para fins institucionais;

d) a planejação e execução de campanhas de opinião pública;

e) ao ensino das técnicas de Relações Públicas, de acordo com as normas a serem estabelecidas na regulamentação da presente Lei.

CAPÍTULO III

Do Registro da Profissão e de sua Fiscalização

Art. 3º O registro do profissional de Relações Públicas fica instituído com a presente Lei, e tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação, para aqueles que já se encontram no exercício da profissão.

Parágrafo único. O registro referido neste artigo será feito pelo Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante comprovante ou comprovantes portados pelos profissionais nas hipóteses das letras a a c do artigo 1º.

Art. 4º A fiscalização do exercício profissional será feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º A fiscalização do disposto no art. 2º, alínea e ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 6º Fica assegurado o registro, de que trata o art. 3º da presente Lei, de pessoas que já venham exercendo funções de Relações Públicas como atividade principal e em caráter permanente, pelo prazo mínimo de 21 meses, conforme declaração do empregador e comprovação de recebimento salarial proveniente dessa atividade, em entidades públicas ou privadas que comprovem a existência do setor especializado e ainda que sejam sócios titulares da ABRP — Associação Brasileira de Relações Públicas, por idéntico período.

Art. 7º A presente Lei será regulamentada pelo Executivo dentro de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) Item 5:

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 24 de 1967, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro que estabelece normas para requisição dos direitos políticos e regula a concessão de anistia, tendo Parecer contrário, sob nº 907 de 1967 da Comissão de Constituição e Justiça, com votos em separado dos Srs. Senadores: Joséphat Marinho Antônio Carlos e votos vencidos dos Srs. Senadores Arthur Virgílio e Bezerra Neto.

A este projeto, há emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24 DE 1967

Concede anistia

Art. 1º São anistiadas, e reinvestidas na plenitude de suas prerrogativas de cidadania, todas as pessoas que, a partir de abril de 1964 tiveram seus direitos políticos suspensos por ato do Comando Supremo da Revolução ou do Governo Federal, ou, em consequência do movimento revolucionário foram submetidas a processo e julgamento, ou a penalidades disciplinares.

Parágrafo único. São declarados insubsistentes, e em perpétuo silêncio, os processos e sentenças assim como as penalidades disciplinares, resultantes de iniciativa ou provocação do Comando Supremo da Revolução, do Governo Federal dos governos estaduais, ou de seus delegados civis e militares, sob a invocação de atividades políticas e administrativas, ou conexas.

Art. 2º O retorno ao serviço por efeito desta lei, não assegura percepção de vencimentos, proventos ou salários atrasados.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 29 de novembro de 1967. — Joséphat Marinho. — Aurélio Vianna. — Adão Steinbruch. — Marcello de Alencar. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto, volta à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 6:

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 36 de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que fixa o ho-

rário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal tendo Pareceres, sob ns. 890, 891, 892 e 893, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Indústria e Comércio favorável, com emenda que oferece de nº 1 — CIC; do Distrito Federal, pela aprovação; de Finanças, favorável ao projeto, à emenda nº 1 — CIC, apresentando emendas sob ns. 2 CF, 3 CF, 4 CF e 5 CF.

Há, sobre a mesa, emendas ao projeto que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 36, DE 1967

Emenda ao art. 3º

Art. 3º A Prefeitura do Distrito Federal poderá permitir o funcionamento das Casas Comerciais referidas, em horário especial, que não ultrapasse as 23 horas mediante o pagamento de taxa de licença estabelecida no Código Tributário do Distrito Federal.

Emenda ao art. 4º

Art. 4º As infrações ao disposto nesta Lei serão previstas com multa correspondente a cinquenta por cento do salário mínimo mensal do Distrito Federal.

Parágrafo único. A multa fixada neste artigo será cobrada em dobro, no caso de reincidência. — Senador Cattete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto volta às Comissões competentes, para que as mesmas se pronunciem sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 7:

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1967 (nº 34-A-67, na Casa de origem), que aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México em 9 de maio de 1967, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 861 e 863 de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional e de Relações Exteriores.

A matéria foi adiada, na sessão anterior, em virtude da falta de número para sua apreciação.

Em discussão. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1967

(Nº 34-A-67, na Casa de origem)

Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado pelo Brasil, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 8:

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1967 (nº 310-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização de Energia Atômica para fins pacíficos entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1965, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 864 a 866, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional de Relações Exteriores.

A matéria foi adiada, na sessão anterior, em virtude da falta de número para votação.

Em discussão. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa)

Foi aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1967

(Nº 310-B-67, na Casa de origem)

Aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização de Energia Atômica para Fins Pacíficos, entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo de Cooperação para Utilização de Energia Atômica para Fins Pacíficos, entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 9:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 851, de 1967, pelo qual o Senador Lino de Mattos solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as condições e restrições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 888 e 889 de 1967, das Comissões: de Economia e de Finanças.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Serão solicitadas as informações requeridas.

E o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 1967

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º Procede noticiário da imprensa, segundo o qual o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira, através desse Ministério, foi condicionado a não-interferência da SUNAB no mercado da carne?

2º Estas restrições se estenderiam, também, ao comércio exportador, condicionando o empréstimo à exportação da carne?

3º Quais as condições de juros e de amortização do empréstimo?

4º O Ministério da Fazenda já estabeleceu critério para a aplicação do referido empréstimo? Qual?

5º O convênio assinado foi ou será publicado no Diário Oficial da União, ou em outro órgão de divulgação dos atos do Governo?

6º No caso negativo, o Ministério da Fazenda poderá fornecer cópia integral do convênio ao Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esta sessão volta a ser secreta, para apreciação do parecer da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à apuração de irregularidades no Banco do Brasil S.A.

Os Srs. Funcionários terão a gentileza de tomar as providências necessárias para que tal ocorra.

(A sessão é transformada em secreta às 17,55 horas e volta a ser pública às 18 horas e 15 minutos).

(Cattete Pinheiro) — A sessão ordinária de amanhã será realizada às 11 horas.

Antes de encerrar a sessão convoco os Srs. Senadores para sessão extraordinária, às 18 horas e 40 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO Nº 1.133, DE 1967

Votação do requerimento nº 1.133, de 1967, no qual o Senhor Senador José Cândido Ferraz requer seja considerado como licença para tratamento de saúde o período de 6 a 24 do corrente mês.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63 DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1967 (nº 2.872-A-65 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCr\$ 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Dr. Dilermando Xavier Pôrto, tendo PARECER sob nº 897, de 1967, da Comissão de Finanças pela rejeição do Projeto.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1967

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1967 (nº 19-B-67) que aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965 tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob os ns. 922 e 923, de 1967 das Comissões: de Relações Exteriores e de Agricultura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98 DE 1967

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 98, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99 DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 99, de 1967 de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido João Conrado Lafetá, Auxiliar Legislativo, PL-10 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100, DE 1967

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta José Euvaldo Peixoto Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1967

Discussão em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967 (de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho), que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, tendo PARECERES sob ns. 894, 895 e 896, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura, pela aprovação; de Finanças, pela aprovação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70 DE 1967

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967 (de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que retifica, sem ônus a Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita para o exercício de 1967, tendo PARECERES, sob ns. 899 e 900 de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela juridicidade; de Finanças, favorável.

REQUERIMENTO Nº 1.081, DE 1967

Discussão em turno único, do requerimento nº 1.081, de 1967, do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo Vice-Diretor Geral Legislativo, por ocasião da saletividade do Dia da Bandeira, levada a efeito no dia 19 do corrente mês, sob a responsabilidade desta Casa tendo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, consulto a V. Exª se está incluído na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo que autoriza o Estado de Goiás a adquirir material agrícola, para revenda com financiamento.

O projeto estava em condições. Ontem o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça designou-me Relator e o nobre Senador José Feliciano, que teve que retirar-se por algum tempo do recinto, pediu-me que acompanhasse a matéria.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Posso informar a V. Exª que o projeto tem requerimento de urgência especial e que será votado ao fim do expediente da sessão extraordinária que será reali-

zada dentro de poucos instantes, assegurando a tramitação da matéria de acordo com o desejo de V. Exª.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos).

ATA DA 224ª SESSÃO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOYRA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 18 horas e 40 minutos, presentes os Srs. Senadores:

- Adalberto Sena
- José Guimond
- Oscar Passos
- Flávio Brito
- Edmundo Leví
- Arthur Virgílio
- Milton Trindade
- Cattete Pinheiro
- Moura Palha
- Clodomir Milet
- Sebastião Archer
- Victorino Freire
- Petrônio Portelo
- José Cândido
- Sigefredo Pacheco
- Menezes Pimentel
- Paulo Sarasate
- Wilson Gonçalves
- Duarte Filho
- Dinarte Mariz
- Ruy Carneiro
- Argemiro de Figueiredo
- Domício Gondim
- Pessoa de Queiroz
- José Ermirio
- Teotônio Vilela
- Rui Palmeira
- Leandro Maciel
- Júlio Leite
- José Leite
- Aloysio de Carvalho
- Antônio Balbino
- Josaphat Marinho
- Carlos Lindemberg
- Eurico Rezende
- Raul Giuberti
- Paulo Torres
- Aarão Steinbruch
- Vasconcelos Torres
- Marcello de Alencar
- Auréllo Vianna
- Gilberto Marinho
- Milton Campos
- Benedicto Valladares
- Nogueira da Gama
- Carvalho Pinto
- Lino de Mattos

Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 62 srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
OFÍCIO DO MINISTRO
DA FAZENDA

Nº GMF-Br. nº 5, de 23 do mês em curso — encaminhando, por cópia o parecer emitido pela Assessoria desse Ministério, pela rejeição do Projeto de Lei nº 338, de 1967, que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos devedores do Banco do Brasil S.A. e do Banco da Amazônia, no Estado do Pará, ora em exame nesta Casa com o nº 132 de 1967.

AVISO DO MINISTRO DA
INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

NS. AP/260/67 e AP/261/67, informando que através dos Avisos AP/235, de 1967, de 7 do corrente e AP/231/67, de 1º deste, foram encaminhados os esclarecimentos prestados aos Requerimentos de Informações números 861, de 1967, do Sr. Senador Adão Steinbruch e nº 794, de 1967, do Sr. Senador Raul Guberti, respectivamente.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposição à sanção

Nº 4.725-67 — Com referência à aprovação das emendas números 1, 2 e 3, e rejeição das de números 4 e 5, do Senado ao Projeto de Lei da Câmara números 2.408-F/57 e número 142/G4, no Senado, que institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. Projeto, enviado à sanção em 27 de novembro de 1967.

Nº 4.732-67 — Com referência à aprovação das emendas números 1, 2, 3, 5, 7 e 8 e rejeição das demais, ao Projeto de Lei da Câmara número 37-E-67 e nº 116-67, no Senado, que ratifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967. Projeto enviado à sanção em 29-11-67.

Nº 4.733-67 — Com referência à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 79-67 e nº 866-B, de 1967, que fixa data para a realização das Convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais, e dá outras providências. Projeto, enviado à sanção em 29-11-67.

INSTITUTO DE PESQUISAS E
ESTUDOS DA REALIDADE
BRASILEIRA

Brasília, 24 do novembro de 1967.
Senhor Presidente

Ao encerrar-se a presente sessão legislativa do Congresso Nacional, cumpre o IPERB o dever de transmitir a V. Ex. os mais vivos agradecimentos pelo apoio que o eminente Presidente do Senado Federal emprestou ao Instituto, o que lhe possibilitou levar a efeito os trabalhos de estudos e pesquisas parciais.

Nos graças ao insubstituível apoio recebido de V. Ex. que o Instituto pode realizar com plena calma o primeiro curso de estudos sobre a "População Progressiva" e a realidade brasileira.

Nessa memorável realização, as nossas reuniões tiveram média de frequência superior a sessenta pessoas. O número de inscritos com frequência integral a todas as sessões, chegou a elevada cifra de 323. Estes fizeram jus ao estatuto de frequência que o IPERB expôs de vários anos já se beneficiariam dos certificados na contagem de pontos, em concursos públicos a que se submetem.

Planejamos, agora, para o ano próximo, a realização de mais dois ciclos de debates. Um deles versará sobre o 50º aniversário da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados. O tema dos debates será, evidentemente, a legislação social brasileira. O outro deverá ter por temática os problemas relativos à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, assunto que cada vez mais empolga a opinião pública brasileira.

Na parte referente à assessoria parlamentar, os trabalhos do IPERB foram também coroados de êxito. Recebeu o Instituto, até esta data, nada menos de 143 solicitações dos senhores Senadores e Deputados, versando os mais diversos assuntos da administração, da economia e da política brasileira.

Graças ao idealismo dos nossos assessores, que demonstraram excepcional espírito de colaboração, foi possível, apesar da limitação dos recursos do Instituto dar solução a oitenta e seis das proposições que nos foram encaminhadas pelos Senhores Parlamentares.

E as restantes solicitações referentes à elaboração de estudos relativos a projetos, pareceres, discursos, pedidos de informação, etc., deverão estar atendidas nos próximos dias.

Ano fazemos este ligeiro relatório das nossas atividades a Vossa Excelência, que, mais do que ninguém, compreendeu tão prontamente as elevadas finalidades do Instituto, emprestando-lhe apoio valioso e entusiástico, queremos reiterar nosso profundo agradecimento à decisiva cooperação a essa iniciativa dos Senhores Senadores e Deputados, dedicada ao aprimoramento da função legislativa e à afirmação de prestígio da instituição parlamentar.

Renovamos a Vossa Excelência o nosso mais alto apreço e nos subscrevemos atenciosamente — Instituto de Pesquisas e Estudos da Realidade Brasileira — Deputado Franco Montoro, Presidente.

OFÍCIO:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à re-

visão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 143, de 1967

(Nº 741-B, de 1937, na origem)

Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1969, o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco pelo art. 8º do Decreto-lei nº 2.681, de 3 de outubro de 1955, e pela Lei nº 2.890, de 1º de outubro de 1956.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo abrange todos os impostos federais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 144, de 1967

(Nº 743-C, de 1937, na origem)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serviços de bloco, para os fins desta Lei, são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, inclusive os de limpeza e conservação de tanques, os de batimento de ferrugem, os de pinturas e os de reparos de pequena monta.

Art. 2º Os serviços de bloco podem ser efetuados pelos próprios armadores, utilizando seus empregados ou trabalhadores avulsos, ou mediante contrato de empreitada.

§ 1º Quando o serviço for executado por trabalhadores avulsos, caberá ao armador: a) contratar os trabalhadores; b) pagar a remuneração diretamente aos trabalhadores contratados; c) descontar, da remuneração dos trabalhadores, contribuições de previdência de acordo com a legislação em vigor, bem como efetuar outros descontos previstos em lei.

§ 2º Quando o serviço for executado mediante contrato de empreitada, caberá ao empreiteiro o pagamento da remuneração dos trabalhadores bem como efetuar o recolhimento das contribuições de previdência à instituição credora, e os descontos legais, ressalvado o disposto no art. 4º, parágrafo único.

§ 3º Os empreiteiros poderão realizar os serviços utilizando empregados seus ou trabalhadores avulsos.

Art. 3º Os trabalhadores avulsos serão solicitados aos sindicatos das categorias profissionais pelos armadores ou pelos empreiteiros, e terão o prazo de trinta dias para a indicação dos sindicalizados, contado da data que tomarem conhecimento do pedido.

§ 1º Quando o sindicato não fizer, por qualquer motivo, a solicitação indicada de trabalhadores avulsos, estes poderão ser livremente escolhidos pelos armadores ou pelos empreiteiros.

§ 2º O armador e o empreiteiro que contratarem trabalhadores avulsos em desacordo com o preceituado neste artigo incorrerão em multa.

§ 3º A multa será fixada em quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total da remuneração paga aos trabalhadores avulsos contratados em desacordo com o preceituado neste artigo

§ 4º A multa será imposta pelo Delegado do Trabalho Marítimo, de cuja decisão caberá recurso para o Conselho Superior do Trabalho Marítimo.

Art. 4º Contrato de empreitada para serviços de bloco só pode ser firmado por pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas para prestação de serviço, mediante registro na Delegacia do Trabalho Marítimo.

Parágrafo único. O Armador que contratar a empreitada com pessoas não habilitadas legalmente para prestação dos serviços de bloco ficará responsável, solidariamente com tal pessoa, pelo pagamento da remuneração aos trabalhadores que executarem o serviço, bem como pelo recolhimento das contribuições de previdência às instituições credoras, ficando, ainda, sujeito à multa prevista no artigo anterior.

Art. 5º A remuneração dos trabalhadores utilizados nos serviços de bloco será fixada pela Delegacia do Trabalho Marítimo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 145, de 1967

(Nº 114-B, de 1967, na origem)

Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 107 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 107. As readaptações dos funcionários do Serviço Público Civil da União ficam incluídas na competência do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DASP, até que a legislação, a que se refere o art. 21 e parágrafo único, disponha sobre o assunto."

Art. 2º Acrescenta-se ao art. 116 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, o seguinte:

"XI — Propõe ao Chefe do Poder Executivo as readaptações de funcionários."

§ 1º O Presidente da República nomeará uma Comissão de Readaptação composta de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) funcionários da administração direta e 2 (dois) da administração indireta, com mais de 10 (dez) anos de serviço público, residentes em Brasília, que funcionará sob a presidência do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DASP, cujo substituto eventual será nomeado no mesmo decreto.

§ 2º Esta Comissão, cujo mandato será de 3 (três) anos, podendo haver recondução, tem por finalidade examinar e julgar os processos de readaptação existentes, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Os processos aprovados pela Comissão de Readaptação serão submetidos ao Presidente da República, por intermédio do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DASP, podendo os refe-

ridos decretos ser individuais ou coletivos."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão do Serviço Público Civil.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 1967

(Nº 246-B, DE 1967, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre abono de faltas não justificadas e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos de pessoal da União, inclusive da administração indireta, cancelarão *ex officio* as penalidades de advertência, repreensão e suspensão, desde que não excedente de 30 (trinta) dias; aplicadas aos servidores civis, abonando-lhes, também, as faltas não justificadas, limitadas ao mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O cancelamento das penalidades e o abono das faltas de que trata este artigo não darão direito ao ressarcimento de vantagens pecuniárias ou vencimentos ou salários.

Art. 2º Consideram-se, também, como falta não justificada, para os efeitos desta Lei, as licenças não consideradas de efetivo exercício, desde que não ultrapassem o limite previsto no artigo anterior.

Art. 3º A soma das faltas, das licenças não consideradas de efetivo exercício e das penalidades não poderá exceder o total de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Quando o número de dias de suspensão ou de faltas e licenças for superior a 30 (trinta) dias, o cancelamento ou o abono incidirá sobre esse número, mantendo-se o período excedente.

Art. 4º É facultado ao servidor indicar, ao competente órgão de pessoal, em requerimento apresentado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei, os 30 (trinta) dias de suspensão ou de faltas e licenças referidas no art. 2º, cujo cancelamento ou abono preferir.

Parágrafo único. Não havendo indicação do servidor, no prazo fixado neste artigo, o órgão de pessoal competente cancelará os dias de suspensão e os de faltas ou licenças mais próximos desta Lei.

Art. 5º As certidões de tempo de serviço mencionarão as suspensões e faltas ou licenças referidas no art. 2º, com expressa declaração do respectivo cancelamento ou abono, bem como de seu fundamento legal.

Art. 6º Somente serão canceladas penalidades e abonadas faltas até a data da vigência desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão do Serviço Público Civil.

PARECERES

Parecer nº 942-A, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1967, (nº 698-B-67, na Câmara), que concede reforma a militares asilados e da outras providências. Relator: Sr. José Leite.

O projeto sobre o qual somos chamados a opinar decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto conceder reforma a militares asilados na forma dos decretos-leis números 2.774, de 20 de julho de 1938 e 3.547, de 31 de dezembro de 1938.

Estabelece a proposição que os beneficiários da mesma serão reformados na graduação que possuíam à época da concessão do asilo se, em inspeção de saúde, forem julgados inválidos para o serviço ativo das Forças Armadas.

Considera, ainda, o projeto, definitivos os atos referentes aos militares asilados, reformados com fundamento na Lei nº 2.370, de 7 de dezembro de 1954.

Na Exposição de Motivos que informa a matéria, o Sr. Ministro da Marinha acentua que:

"Entretanto, embora comprovadamente militares, consoante o que estabelecem os decretos números 2.774 e 3.547, de 1938, não têm os asilados sua situação inscrita entre as várias formas de inatividade, quer na recente Lei nº 4.902, de 1965, quer na anterior Lei nº 2.370, de 1954, tanto assim que ultimamente o Tribunal de Contas tem negado registro àquelas concessões de reforma".

Finalmente salienta que a proposição, virá atender a um reduzido número de servidores, já no ocaso da vida, acarretando, dessarte, pequeno acréscimo de despesa.

Ressalta, do exposto, que o projeto sob exame visa a atender, através de providências legislativas adequadas, a situação de velhos militares que, por um lapso de nossa legislação, não foram abrangidos pelas Leis 4.902, de 1965 e 2.370, de 1954.

A proposição, além de seus objetivos humanitários, não implicará em grandes despesas para o Erário, face ao diminuído número de asilados que, através dela, serão reformados.

Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente — *José Leite*, Relator — *Adolpho Franco* — *Leandro Matiel* — *Celso Ramos* — *Clodomir Millet* — *Júlio Leite* — *José Ernirio* — *Cardvalho Pinto* — *Bezerra Neto* — *Pessoa de Queiroz*.

Parecer nº 943, de 1967

Da Comissão de Economia sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 60, de 1967 (número 23-B-67, na Câmara), que aprova o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

Relator: Senador Júlio Leite.

De acordo com o disposto no artigo 47, inciso I, da Constituição do Brasil, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal (Mensagem número 488, de 1967), acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

2. Em sua Exposição de Motivos sobre a matéria, o Senhor Ministro das Relações Exteriores deixou perfeitamente expostas e claras as razões históricas que tornaram imperiosa a reforma da Carta da OEA ressaltando o importante papel desempenhado pelo Brasil nesse sentido, "com vistas a imprimir maior dinamismo e eficácia a todo o Sistema Interamericano".

3. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara, dos Deputados, após examinar devidamente a matéria, apresentou, nos termos regimentais, o competente projeto de decreto legislativo, aprovando o texto do Protocolo de Reforma em questão.

4. Realmente, a Carta da OEA impunha-se fossem introduzidas algumas modificações. Desde a sua assinatura, em Bogotá, em 1948, o mencionado documento caracterizou-se pelo pouco relevo dado ao setor econômico e social. Tal fato, através dos tempos, tem sido motivo de preocupação para todos os países membros. Convinçados, unanimemente, após quase vinte anos de observação prática, da necessidade de ser conferida maior ênfase e destaque a tais aspectos desenvolvimentistas, e que se dedicaram a reforma da Carta da OEA, consubstanciando as ações julgadas necessárias no texto ora sob o nosso exame.

5. O texto do "Protocolo de Buenos Aires" que, realmente, concerne somente o âmbito das Relações Exteriores, imprime maior dinamismo e eficácia a todo o sistema interamericano, introduz inovações de alto valor, entre as quais as constantes do novo Capítulo, intitulado "Normas Econômicas", especial atenção dada a ligação entre o comércio exterior e o desenvolvimento econômico, através da abolição ou redução das barreiras, a estabilização dos preços dos produtos básicos etc. Entre outros aspectos, igualmente relevantes, cumpre salientar o da consagração do princípio da não reciprocidade na redução ou abolição de barreiras alfandegárias e, ainda, o relativo as normas referentes a integração dos países em desenvolvimento do Continente, com a adoção de vários objetivos tendentes a implantação de um mercado comum, com vistas ao maior desenvolvimento econômico de todos os povos interessados.

6. Diante do exposto e tendo em vista não haver, no âmbito do exame desta Comissão, que possa ser oposto ao texto do "Protocolo de Buenos Aires", a Comissão de Economia opina pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1967. — *Cardvalho Pinto*, Presidente. — *Júlio Leite*, Relator. — *Leandro Maciel* — *Paulo Torres*. — *Carlos Lindenberg*.

Parecer nº 944, de 1967

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 60, de 1967 (número 23-B-67 na Câmara), que aprova o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

Relator: Senador Fernando Costa

Na forma do artigo 47, inciso I, da Constituição do Brasil o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, com a Mensagem número 488, de 1967, o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

2. O Senhor Ministro das Relações Exteriores, em Exposição de Motivos sobre a matéria, esclarece que o referido Protocolo encerra modificações aprovadas pelos Representantes dos Estados membros da OEA "com vistas a imprimir maior dinamismo e eficácia a todo o Sistema Interamericano". Assegura que a reforma da Carta da O.E.A. já, de longa data,

vem sendo objeto de estudos e debates por parte de todos os interessados, cabendo, finalmente, "a III Conferência Interamericana Extraordinária aprovar formalmente as reformas à Carta da OEA com base no texto aprovado no Paraná sobre as Normas político-institucionais e no documento emanado da IV Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social sobre normas econômico-sociais".

3. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, nos termos regimentais, após aprovar a matéria, apresentou o competente projeto de decreto legislativo, ora sob a nossa apreciação.

4. Examinando, devidamente, o texto do Protocolo de Reforma em questão, verifica-se que o mesmo, indiscutivelmente, proporcionará grande desenvolvimento econômico-social e cultural aos povos do Continente, imprimindo maior dinamismo a O.E.A., com as modificações introduzidas em sua estrutura funcional.

5. No âmbito de exame desta Comissão, nada há que possa ser oposto ao texto do Protocolo de Reforma, que se encontra na mais devida ordem.

6. Diante do exposto, a Comissão de Relações Exteriores opina pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1967. — *Benedito Valadares*, Presidente. — *Fernando Correa*, Relator. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Clodomir Millet*. — *Aloysio de Cartilhão*. — *Wilson Gonçalves*. — *Ruy Palmeira*. — *Menezes Pimentel*. — *Flinto Müller*. — *Celso Ramos*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catiote Pinheiro*) — Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 835-67, do Senhor Senador Aurélio Vianna, enviada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Nº 842-67, do Senhor Senador Flávio Brito, enviada pelo Ministério da Aeronáutica;

Nº 891-67, do Senhor Senador Desire Guarani, enviada pelo Ministério da Fazenda.

Nº 921, de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catiote Pinheiro*) — Encaminham à Mesa Requerimentos de Informações os seguintes Senhores Senadores:

— José Ernirio de Moraes, ao Ministério da Fazenda;

— Vasconcelos Torres, ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil;

Vasconcelos Torres, ao Poder Executivo, através do Conselho Nacional de Petróleo;

Vasconcelos Torres, ao Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DAPC;

— Vasconcelos Torres, ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

— Vasconcelos Torres, ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil;

— Vasconcelos Torres, ao Ministério da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia;

Vasconcelos Torres, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (dois Requerimentos);

Vasconcelos Torres, ao Ministério do Interior (dois Requerimentos).
Raul Giuberti, ao Ministério da Agricultura;

Após despachados pela Presidência, serão publicados.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.141, de 1967

Requeiro, na forma regimental inscrição na ata dos trabalhos do Senado Federal de um voto de solidariedade à Nação Portuguesa, que se encontra enlutada em face dos dramáticos temporais que desabaram sobre a cidade de Lisboa.

Requeiro, outrossim, que o Senhor Embaixador de Portugal acreditado no Brasil, seja cientificado desta deliberação.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.142, de 1967

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5 "b" do Regimento Interno, para o Projeto de autorização do Senado, Ofício S-13 de 1967, do Sr. Governador do Estado de Goiás, solicitando autorização do Senado para firmar contrato com a FIAT S.p.A. de Turim, Itália, para aquisição de tratores de esteiras equipados por Derzo (Of. 209-67-20-1-67).

Sala das Sessões em 29 de novembro de 1967. — José Feliciano. Lino de Matos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento lido será votado ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.143, de 1967

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5 "b" do Regimento Interno, para a Emenda Substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1966, que autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA).

Sala das Sessões em 29 de novembro de 1967. — Gilberto Marinho. — Eurico Rezende. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento será votado ao final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. Senador Bezerra Neto enviou à Mesa dis-

curso para ser publicado nos termos do art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um fato alentador neste país, nestes esquisitos dias de pasmaceira quase generalizada e é o da persistência de certos setores agropecuários em fomentar pelo seu trabalho e demonstrações públicas o desenvolvimento do critério nacional. No decorrer destes dois últimos anos presenciemos através do Brasil a realização de exposições e feiras agropecuárias e industriais, sendo que em todas elas se realça exclusivamente o trabalho presente do produtor. E notamos uma constante: os responsáveis por esse setor do desenvolvimento, numa unanimidade que impõe reflexões aos detentores do poder público, não escondiam e não escondem seus repúdio às novas normas tributárias que complicaram as atividades de cada um e por outro lado deixaram de corresponder às finalidades expressamente previstas.

Estes empreendedores do nosso desenvolvimento, no interior do país, inclusive e principalmente no setor político, merecem as nossas homenagens e o nosso respeito. Entre eles devemos incluir os rurícolas do Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, que farão realizar de 8 a 12 de dezembro vindouro, a III Exposição Agropecuária e Industrial de Corumbá.

Os promovedores do certame fizeram um convite especial ao Sr. Presidente da República, o eminente Marechal Costa e Silva, para que Sua Excelência comparecesse pessoalmente. O Chefe da Nação conforme fez ver ao eminente Senador Filinto Müller, não poderá pessoalmente comparecer à III Exposição Agropecuária e Industrial. É uma pena, pois o Chefe do Governo tomaria conhecimento direto das reivindicações imediatas e atendíveis daquela região, injustificadamente sacrificada nos seus comprovados impulsos de progresso.

Entre as pouquíssimas reivindicações da região corumbaense, que tem merecido atenção no Senado e na imprensa do país, é o restabelecimento dos trabalhos do trecho final da rodovia BR-262, entre Corumbá e Campo Grande. Essa rodovia recebeu o título de prioritária no novo Governo, mas se essa prioridade está se objetivando deve ser tão-somente no trecho em que atende Minas Gerais, onde foi batizada de Estrada dos Cereais.

No trecho matogrossense referido há até verba orçamentária vinculada depositada por força da Lei nº 5.653, de 29 de junho de 1966. Nos termos do artigo segundo desta lei o crédito especial aprovado tem vigência para os exercícios de 1966 e 1967 e foi após registro no Tribunal de Contas, automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional, para aquela específica atribuição.

Faltaram menos de cem quilômetros para a implantação do trecho, quando os trabalhos foram paralisados por ordem do Ministro Juarez Távora. Paralisação completamente absurda, contra a técnica e os interesses nacionais, numa região de fronteira, onde, ao mesmo tempo uma pecuária nascente pedia saída rodoviária à produção. Pelto este trecho, Sr. Presidente, estamos aptos, no Brasil, a nos ligar dentro de um ano à via internacional — a Estrada Boiariana Marginal da Selva — que foi iniciada e é acompanhada na sua consecução pelo Presidente da República do Peru. Em encontro recente com o Governador Abreu Sodré, o Presi-

dente arquiteto Belande Terry destacou a urgência da ligação matogrossense à mesma estrada. Pelo noticiário dos jornais, no encontro internacional mantido o Governador de São Paulo reconheceu a importância do plano e sua urgência. Mas após regressar ao Brasil outros assuntos passaram a merecer, prioritariamente, a atenção do Governador bandeirante.

Temos agora outra esperança. O ilustre Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, é convidado de honra à III Exposição Agropecuária e Industrial de Corumbá.

Para o povo da região será auspiciosa a presença do ilustre Ministro. S. Exª não abonará com omissão o clamoroso atentado contra a economia nacional, particularmente contra a região corumbaense, que foi a paralisação dos trabalhos daquele trecho da BR-262.

Nossos votos são para que a classe dirigente se desperte ao entusiasmo desassistido em que se descobre a classe produtora do interior do Brasil. Já que não se vê no horizonte medidas para que saiamos do artificialismo e da pasmaceira política, que, pelo menos não se negue tudo aos que têm em acreditar no trabalho e na produção da terra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Inicialmente solicito a V. Exª, Sr. Presidente, que considere como se fosse lido o documento que vou encaminhar à Mesa.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, recentemente fui a Manaus levado pelo profundo interesse de verificar os motivos que determinaram a prisão de um parente meu. Não é, entretanto, a prisão em si que me traz à tribuna.

Chegando à Capital amazonense procurei colher as mais amplas informações a respeito de noticiário esparsos que tem chegado ao Sul do País, falando em movimento de guerrilhas no meu Estado. E verifiquei, Sr. Presidente, que chegou a Manaus, vindo não se sabe de onde, um venezuelano, aventureiro internacional, procurado pela polícia de seu país como responsável pela colocação de uma bomba num avião que se despedaçou nos ares e vitimou o Ministro de Estado e mais cinquenta pessoas.

Em Manaus conseguiu aliciar alguns rapazes para uma movimentação, que não está bem explicada, porque há suspeitas de que este aliciamento foi feito à base de convite para contrabando e há também, afirmativas de que foi para movimento subversivo.

O fato, Sr. Presidente é que o venezuelano, com dois desses jovens, seguiu rumo ao Território do Rio Branco numa lancha fretada e, em meio a viagem, desentendeu-se com o Comandante matou-o friamente e só não assassinou os dois outros tripulantes porque estes lançaram-se ao rio e ele errou os tiros que desfechou.

A fuga dos dois rapazes resultou na prisão do venezuelano porque os sobreviventes dirigiram-se a Manaus, fizeram a denúncia à Polícia e esta prontamente deteve o estrangeiro.

Com a chegada do venezuelano em Manaus o Comando dos Elementos de Fronteira fez o levantamento da ficha desse aventureiro e logo chamou a si a elucidação do caso, abrindo um IPM.

Dias após essa prisão, ocorreram outras detenções — de um engenheiro, de um funcionário federal e desses meu parente.

Ora, Sr. Presidente, nada tenho a dizer contra o fato em si, contra a atuação das autoridades militares, que estão apenas cumprindo um dever. Devo mesmo exaltar o tratamento humano decente que está sendo dado aos presos. Mas ocupei a tribuna para ressaltar aspecto que considero da maior importância: o fato de o venezuelano dispor de dinheiro e de armas. Segundo informações que pude colher, esse engenheiro estava levando vida farta em Manaus e teria sido o intermediário para a entrega dos recursos ao aventureiro.

Ocorrem-me então algumas indagações: quem teria financiado o venezuelano? Quem o teria convocado para essa empreitada no Brasil? A quem poderia interessar que o mundo tenha a impressão de que vive nosso país sob clima de conflagração, de agitação de subversão?

A prisão desses moços, ludibriados, enganados, não deverá esgotar o assunto. O fundamental o que representa o cerne do problema é dar-se resposta a essas indagações. De onde vem o financiamento? De Cuba? Então devem as autoridades militares investigar a fim de pleitear junto aos órgãos de segurança da América, as medidas aplicáveis para uma nação que interveio indevidamente na vida interna de outra. Vem da Rússia? Então, que a investigação vá até a descoberta total, para que o Governo se certifique inclusive da necessidade de romper nossas relações diplomáticas com essa nação, se ela puder ser responsabilizada pela subversão da ordem interna no Brasil.

Mas vou além nas minhas indagações Sr. Presidente. Considerando que pode haver interesse de um desses dois países na agitação, na guerrilha, na desordem, embora se trate da região a mais inadequada, do ponto de vista militar, para movimentos dessa espécie; considerando que possa haver esse interesse, levo as minhas indagações mais longe ainda. Poderá haver outros, e daí considerar fundamental essa investigação ampla do Governo a respeito das origens, das fontes que estão lançando esses recursos no Brasil porque, no jogo da política internacional, as nações que não se previnem são espoliadas, as nações que não se previnem perdem, muitas vezes, até a sua soberania.

Há um interesse pela criação da Força Interamericana de Polícia, há indubitavelmente esse interesse. Seria uma tropa aguerrida e bem armada, destinada à intervenção nas outras nações para a solução de problemas internos, interesse felizmente já repudiado pelo nosso Governo. Mas, quem sabe, Sr. Presidente se não estarão visando a dar a impressão de que há guerrilha na maior nação da América Latina, que estamos em estado de subversão? Quem sabe se esse financiamento não poderia vir também da CIA? Quem poderá dizer que não? Quem poderá dar uma nação que não se previnem perdem, tória já conhecida desse organismo em todo o mundo, tão conhecida como a história dos outros organismos de espionagem e contraespionagem da Rússia ou das outras grandes potências?

Dá, Sr. Presidente, o alerta que faço e o desejo de que estou possuindo de que o Governo aprofunde a sua investigação, procure ir até a fonte espúria que armou o braço desse venezuelano para ele assassinar fria, estúpida e brutalmente um modesto conterrâneo meu e envolver, prejudicando-o-lhes a vida e o futuro, privando-os da liberdade, três moços

cujos idades variam de vinte e dois a vinte e quatro anos.

Senhor Presidente, estamos encerrando mais um período legislativo. Será esta a última oportunidade em que estaremos reunidos neste ano, e eu desejo fraternalmente abraçar a cada um dos colegas, companheiros da jornada áspera deste ano; abraçar a cada um dos funcionários desta Casa, agradecendo-lhes a cooperação; abraçar a cada um dos jornalistas que nos auxiliam na divulgação dos nossos trabalhos; e augurar a eles e a todas as suas famílias boas festas e um ano novo cheio de venturas e de felicidades.

Após fazer esta saudação, Sr. Presidente, sincera, que arranco do coração para depositar no coração de cada um aos quais eu me dirijo, quero ressaltar o entusiasmo com que escutei o relatório do Sr. Senador Moura Andrade.

Fur, e o Senado é testemunha, um dos senadores, que várias vezes discordei do Senador Moura Andrade. Chegamos mesmo, em determinada época, a travar polêmica a respeito de assunto por mim aqui ventilado. Não chego ao ponto absolutamente de considerá-lo infalível, porque a infalibilidade não é dom humano. Sua longa administração no Senado deve registrar, certamente, algumas falhas. Mas, colocando numa balança esses defeitos porventura existentes, as falhas que podem ser apontadas e as virtudes da administração, estas farão pender, abruptamente e de modo favorável, para a atuação do Senador Moura Andrade.

O documento que S. Ex.^a leu incalçavelmente honra esta Casa. E chega numa hora em que há um conluio para descrédito e desmoralização do Poder Legislativo. São cifras são números, são algarismos que não podem ser desmentidos, citados por um homem que soube zelar pela coisa pública e soube dar aplicação decente aos dinheiros que lhe foram confiados. Um aspecto que faço questão de ressaltar foi a atuação de S. Ex.^a sempre e sempre, mesmo quando com S. Ex.^a tive de discordar, na defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, da dignidade desta e da outra Casa, do seu prestígio, da sua afirmação como órgão representativo da democracia. Nenhum dos pronunciamentos que S. Ex.^a fez, ao longo de sua gestão na direção do Senado e do Congresso, deixou de ter essa tônica, que foi uma constante, uma permanente, uma afirmação inequívoca da sua alta formação de homem público e de sua alta formação de democrata.

Encerra-se, pois, Sr. Presidente, esta sessão legislativa com esse documento que é, inequivocamente, um documento que honra esta Casa.

O que desejo é que afirmações assim de vocação política, de formação democrática sirvam para o esforço, que sei que é de todo o povo brasileiro, para que a nação retorne, definitivamente, à sua tendência e às suas origens liberais, no ano vindouro.

Sente-se, Sr. Presidente, que esta nação já cansou da desunião e do ódio; sente-se que há um anseio de paz de tranquilidade e de harmonia para que um trabalho melhor possa produzir ainda mais; sente-se que já ninguém mais admite essa nação dividida, em brasileiros com direitos e brasileiros sem direitos; sente-se que o clima de desespero e de desarmonia não aproveitará a ninguém e, muito menos, ao futuro do país.

Temos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, grandes homens públicos, que não faltaram jamais à sua vocação e à sua tendência política. Há poucos dias eu ouvia relato a respeito da

atuação de um dos nossos eminentes colegas em um dos mais difíceis Ministérios — a Pasta da Justiça — relato que confirma tudo o que se tem dito de elogio, de exaltação ao Senador Milton Campos.

E nessa vocação de homem democrático, e exercendo uma pasta política numa hora de dificuldades, dá exemplos que devem servir para nós outros, mais novos e menos experientes; exemplos que devem servir para a nossa mocidade como um chamamento de esperança.

Dentro dessa dedicação de homens públicos assim, esta Nação certamente se afirmará e jamais permitirá que aqui se implante uma ditadura; jamais permitirá que daqui se banam as liberdades do povo; jamais admitirá que nos rebaixem à indignidade dessas repúblicas que vivem aí mudando de ditadura, de período a período.

São estes, Sr. Presidente, os votos que faço.

As perspectivas para 1968 não são muito otimistas. Mas, se se criarem condições de tranquilidade e de paz, se cessar a desarmonia, se cada um ocupar o lugar que lhe compete na vida nacional e exercer as suas atribuições com os olhos voltados para a Nação as crises serão debeladas. E esta grande e imensa Pátria, de imensas possibilidades, caminhará segura para a conquista dos seus grandes destinos. (Muito bem! Palmas.)

Documento a que se refere o Senhor Senador Arthur Virgílio em seu discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Membros do Senado.

Clemens do Carmo Chaves, brasileiro, casado, estudante regularmente matriculado na 3ª Série do Curso de Matemática, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Amazonas, vem na forma do que lhe assegura a Lei, perante Vossas Excelências, a fim de apresentar a presente Representação contra o professor Nelson Ribeiro Porto, brasileiro, casado, professor e engenheiro, residente nesta cidade de Manaus, pelos motivos que passa a expor e ao final requerer:

1. Embasa-se a presente Representação, em legislação vigente, e visa, como abaixo expõe, a que seja cumprida a lei e as normas estabelecidas com referência ao Ensino Superior, a fim de que o ensino no Brasil seja realmente moralizado, conforme desejo manifesto nas normas jurídicas atinentes a espécie.

2. Ora, Eméritos Membros, a Portaria número 4, do Conselho Federal de Educação, de 4 de abril de 1963, em seu artigo 6º prescreve que:

"Para ser autorizada, deverá o estabelecimento contar com elementos docentes de idoneidade moral e técnica devidamente comprovada, todos eles em condições de poderem exercer assiduamente suas funções.

§ 1º A idoneidade moral será atestada por três autoridades públicas.

§ 2º Provar-se-á a idoneidade técnica pelo diploma correspondente a curso superior onde o candidato haja estudado a disciplina que vai lecionar, sendo indispensável ainda, para o caso de candidato a professor, a apresentação de títulos ou obras que demonstrem satisfatória especialização na referida disciplina."

E, o referido Professor Nelson Ribeiro Porto, leciona na Faculdade de Filosofia da Universidade do Amazonas, além de Álgebra Clássica também, Álgebra Moderna, Disciplina

esta, para a qual não tem a necessária especialização, e inclusive, não consta a mesma do Currículo escolar, em todo o seu curso de Engenharia, conforme Vossas Excelências poderão comprovar, com a devida apuração da presente Denúncia.

3. Não bastasse os dispositivos acima transcritos, vem ainda em socorro a presente Representação, a Portaria número 6, do Conselho Federal de Educação, de 22 de abril de 1963, que regula e estabelece normas, para a indicação do Regentes nas Escolas de Ensino Superior, que em seu artigo 3º, estabelece o seguinte:

"A Capacidade técnica será demonstrada pela posse de diploma expedido por curso superior, onde se ministria o ensino da disciplina a ser lecionada pelo candidato, devendo a apresentação desse diploma, que é imprescindível, ser completada por provas de se ter candidato especialização em algum modo na referida disciplina."

Vê-se, portanto, que é irregular a permanência do Senhor Professor Nelson Ribeiro Porto, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Amazonas já que o mesmo não possui habilitação necessária para lecionar Álgebra Moderna na forma das normas jurídicas acima transcritas, o que vem ocasionando inclusive, vexames aos alunos do mencionado Curso de Matemática, daí ser necessária uma providência desse Egregio Conselho, que em sua alta sabedoria, por fim a essa irregularidade.

4. Não bastasse a distância acima formulada, esta o mencionado Professor, exercendo cumulativamente, várias cátedras, não somente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, bem como na Faculdade de Engenharia, a saber: Leciona o Professor Nelson Ribeiro Porto, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as disciplinas Álgebra Clássica e Álgebra Moderna; Em Faculdade de Engenharia, leciona as matérias Desenho Básico e Desenho Técnico, tudo da mesma Universidade do Amazonas ou seja, da mesma Fundação Universidade do Amazonas, num franco desrespeito, ainda, ao artigo 73, § 3º, da Lei número 4.881-A, de 1965, que veda a acumulação de duas cátedras, na mesma unidade universitária, e aos demais arestos respeitáveis e respeitados dos mais acaudados pretórios nacionais, conforme se vê:

"Há impedimento legal (artigo 73, § 3º, da Lei número 4.881-A, de 1965), para acumulação de duas cátedras na mesma unidade universitária."

5. Ocorre ainda, Ilustres Membros, que o referido Professor Nelson Ribeiro Porto, não possui somente as quatro (4) cadeiras ou cátedras, na Universidade do Amazonas, exerce Ele, ainda, as funções efetivas de Engenheiro do Departamento de Obras, da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura Municipal de Manaus, o que representa nove acumulações perfeitamente vedadas pela Constituição Federal.

Faço ao Exposto, espera o Representante da presente, que Vossas Excelências tenham esta, na devida consideração, para efeito de que seja lavada na devida consideração, para efeito de ser aparada em todas as suas circunstâncias e para que seja realmente moralizado o Ensino Superior no Amazonas, na forma das normas jurídicas vigentes, com o que Vossas Excelências estarão fazendo a necessária e oportuna, Justiça.

Termos em que,

Pede deferimento.

Manaus, as) Clemens do Carmo Chaves, Boulevard Amazonas, 206 — Manaus — Amazonas

O SR. PRESIDENTE:

(Cariote Pinheiro) — Com a palavra o nobre Senador Marcello de ALENCAR.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, a Casa sabe, todos sabem que minha presença aqui decorre do afastamento temporário do Senador Mário Martins, meu companheiro, meu correligionário político e meu Amigo de ideias.

Quando aqui cheguei, Senhor Presidente, tive a consciência tranquila de meus deveres e, como era de esperar, fui possuído das emoções naturais que a noção dessa responsabilidade produz nos homens bem-intencionados. Essa emoção, consegui contê-la com relativa facilidade, o que não consigo fazer no momento em que me despeço do Senado.

O período de afastamento do nobre Senador Mário Martins conculca no dia 3 de janeiro. O recesso está marcado para o dia 30. Portanto, esta é a última vez que ocupo a tribuna desta Casa.

O Sr. Flinto Muller — Permite-me Vossa Excelência um aparte.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Flinto Muller — No momento em que Vossa Excelência, como anuncia, se despeço do Senado, quero dar um testemunho e prestar-lhe uma homenagem: tive oportunidade de acompanhar a atuação de Vossa Excelência aqui, atento, vigilante, combativo, agressivo, cumprindo o seu mandato com grande altitude, com grande dignidade. Dirijo de Vossa Excelência politicamente; dirijo de muitos discursos que Vossa Excelência fez, de muitas declarações que pronunciou na tribuna, mas não posso deixar de render-lhe homenagem, porque, na combatividade de Vossa Excelência, sempre encontrei grande espírito público, patriotismo e desejo de acertar. Vossa Excelência sai mas deixa, no Senado nobre Senador, um grande círculo de simpatia e de respeito, pela atitude correta e digna que sempre manteve. Era o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Fernando Corrêa — Dá-me licença Vossa Excelência para um aparte.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Fernando Corrêa — Confesso que não o conhecia, nobre Senador, mas, nestes poucos meses, nestes quase três meses de convívio com Vossa Excelência, no Senado da República, tornei-me seu admirador e amigo, pela lealdade dos seus pronunciamentos, com os quais muitas vezes em não concordava, sem porém deixar de reconhecer em Vossa Excelência um homem autêntico, um homem sincero, um patriota.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito obrigado, também, a Vossa Excelência.

O que me deu o sentido mais emocional, foi a certeza de que passei por uma grande Casa e essa certeza mais se afirmou hoje, quando ouvi da cadeira mais alta, a mais alta desta Casa, o pronunciamento do nosso Presidente.

Fico à vontade para este registro porque sequer posso ser acusado de uma contaminação de estima, gerada num longo período. O que vi nesse pronunciamento, sem apreciações dos méritos pessoais do Presidente da Casa, foi a verificação de que, realmente, o Senado Federal existe como

instituição respeitável. O que assisti foi um homem vocacionado para a vida pública aceitar, como lhe cumpria, os ônus que a mesma vida gera, porque a função pública, o mandato popular não se constitui nem pode se constituir em fator gerador de benesses e honrarias há de ser, sim, e também, um receptáculo de angústias e de críticas.

O nosso Presidente entendeu bem que a imprensa e, também, uma instituição, e como tal tem seus defeitos e vacila entre a boa e a má ação, mas e, igualmente, uma parte das instituições democráticas. Enquanto recolhe as informações variadas que o jogo, que o antagonismo de interesse gera e informa, segundo os canais que trazem essas informações, produzindo às vezes graves injustiças, ela ainda traduz o alerta de que a Nação carece poder, e deve ser absorvido pelos autênticos homens públicos.

A resposta que o representante do Senado deu no seu objetivo relatório traduz menos uma resposta de sentido pessoal de quem não tem capacidade de absorver os ônus da vida pública, do que o desejo sentido e afirmado de que deveria preservar as instituições, comunicando à Nação como se comportam estas instituições.

Tenho par mim que as divergências existem no tocante a este relatório e, coloco-me em divergência com alguns pontos, no que tange a ação política do Presidente do Senado em certos episódios da nossa vida política.

No entanto, empresto também o meu apoio a todos aqueles que entendem que uma coisa ficou nítida e coerente em todas as suas ações: o desejo de preservar o Congresso, de preservar as instituições.

Vejam, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que a minha emoção haveria de crescer em função de uma véspera de despedida — via registrada e consignado tudo de quanto estava convencido: que esta é uma Casa para prestar serviços à Nação.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência me permite um aparte.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não!

O SR. EURICO REZENDE — No instante em que deixar o convívio desta Casa, quero colocar, no pronunciamento das suas despedidas, a minha emoção e a minha homenagem. Toda a Casa sabe que fui o Senador, por ofício, por dever, que mais dialogou com Vossa Excelência nesses quatro meses de substituição honrosa do Senador Mário Martins. A minha tarefa, aqui, foi constante porque constante foi a ofensiva de Vossa Excelência e Vossa Excelência procurava não negar o óbvio, que é a afirmação vigorosa de um Governo em benefício do País e eu procurando contrariar Vossa Excelência. E cada um de nós em paz com a nossa consciência e com a nossa causa no velho jogo democrático. Qualquer que seja o ângulo pelo qual possamos examinar a sua personalidade e o seu destino, temos elementos e razões para elogiar-lo, até mesmo no clima da divergência, do litígio e da discordância. Vossa Excelência começou por exercitar bem e muito bem o exercício de seus afetos particulares, fazendo desde logo amigos, creio que em termos de unanimidade, no Senado Federal é na oportunidade das sessões conjuntas exercitando também a sua feição sentimental sobre os Deputados. Como elemento do Movimento Democrático Brasileiro, embora não abrindo mão do sentido do dinamismo e da agressividade que tem sido uma constante dos representantes do povo da Guanabara, até mesmo por uma questão de necessi-

dade, de vez que ali, naquela cidadela da democracia, há um radicalismo político que só o emmente Senador Gilberto Marinho consegue vencer, pelo seu admirável poder circulatorio em todas as áreas. Nas Comissões Técnicas, nas Misturas do Congresso e exclusivas da Casa, Vossa Excelência teve também uma atuação afirmativa, robusta e revestida do melhor interesse público. Não pense Vossa Excelência que eu estou tendo agora uma sensação de descanso. Absolutamente. Estou tendo uma sensação de vazio, porque vou perder a oportunidade, através da sua ausência que esperamos transitória, de demonstrar os equívocos e os erros da honrada Oposição no julgamento do Governo, que defendo por dever e por prazer patriótico. De modo que, perilhando as manifestações que incidiram sobre o seu discurso, não de despedida, não de adeus, mas possivelmente de até breve, quero dizer *ad imo pectoris*, que vamos sentir a sua falta e senti-la muito e sinceramente. Com estas palavras, manifesto a Vossa Excelência a reafirmação da minha estima e, no instante em que nos encontramos na proximidade do Natal, endereçar a Vossa Excelência e a sua família a efusão dos nossos votos de felicidades.

O Sr. José Guimard — O nobre orador permite um aparte.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador Marcelo de Alencar, V. Ex.^a está recebendo, da parte de colegas do partido opositor, demonstrações as mais elogiosas sobre seu comportamento e a sua atividade neste período. Quero também juntar a voz do mais distante dos nossos estados, o Acre, a esse coro de elogios e de bem-querença à sua pessoa, apresentando para agradecer até a sinceridade com que V. Ex.^a, referindo-se ao nosso Estado, disse que desejava representá-lo o que para nós seria o abrilhamento maior da nossa representação. Quero dizer, nesta hora em que se despede, que V. Ex.^a se manteve a altura do mandato do seu *iusure* companheiro de representação, Senador Mário Martins, que Vossa Excelência pode levar para a tranquilidade da sua casa, da sua Guanabara, o testemunho de quantos estão se fazendo ouvir a respeito da sua maneira de exercer a honrosa representação que lhe foi outorgada. De minha parte, pessoalmente, quero dizer apenas que V. Ex.^a leva também, ao lado de uma grande admiração, a maior estima do seu modesto companheiro de trabalho.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Marcelo de Alencar, Vossa Excelência está recebendo verdadeira consagração no Senado, e consagração maior porque, até aqui, estamos assistindo às homenagens do partido que é adversário daquele a que V. Ex.^a está incorporado. Só isso bastaria para realçar os méritos pessoais de V. Ex.^a. Mas, não por ciúme e sim para que não silenciam os seus companheiros de trabalho e de organização partidária, quero também prestar a minha homenagem. V. Ex.^a substituiu, neste período de quatro meses, um dos mais brilhantes Senadores da República, um dos homens mais bravos, mais cultos e mais patriotas deste País, o Senador Mário Martins, conhecido de toda a Nação. V. Ex.^a já veio para cá com a responsabilidade de compor a Bandada da Guanabara, toda ela, sem discriminação, integrada por elementos cujas virtudes todos nós re-

conhecemos, exaltamos e admiramos, pelo patriotismo, pela dignidade, pela correção cívica, pela bravura pessoal, pelo valor moral que todos representam. V. Ex.^a há de compreender que quando recebemos, aqui, um suplente que vem ocupar, eventualmente, o lugar de um Senador modesto e às vezes de poucas luzes em determinados setores da cultura brasileira, é muito fácil a ele conquistar um nome, obter um relêvo singular, porque a cadeira vazia vai ser ilustrada por um elemento de cabedal de cultura maior. Mas quando, como ocorre no caso de V. Ex.^a, um suplente vem ocupar a cadeira de um Senador, de um titular da altitude do Senador Mário Martins, é bem difícil manter aquele brilho daquela correção, aquela importância do Senador ausente. Mas V. Ex.^a ocupou a cadeira do Senador Mário Martins e, se não lhe aumentou o brilho porque grande demais já era o brilho do Senador ausente — V. Ex.^a, se não o excedeu, colocou-se no mesmo plano de dignidade cívica, de correção, de inteligência, de cultura, de combatividade. V. Ex.^a, que não eu conhecia pessoalmente, representa bem o grande povo da Guanabara. E nesta homenagem simples, modesta, que de todo o coração lhe presta um nordestino tímido, que tem como única virtude a autocrítica, a capacidade de reconhecer as suas deficiências, V. Ex.^a leve, também, para a sua Guanabara, a admiração profunda que nutro pela personalidade de V. Ex.^a. V. Ex.^a deixa o seu nome já figurando no quadro dos grandes parlamentares que passaram pelo Senado Federal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito obrigado.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Estava esperando que terminassem as grandes manifestações dos nossos adversários políticos para transmitir-lhe, no momento mais oportuno, a homenagem dos seus amigos e correligionários, coletivamente. Cheguei atrasado na que foi prestada ao Senador Moura Andrade. Deveres outros me prenderam na Universidade de Brasília, quando resolvíamos em definitivo o caso dos 28 alunos expulsos. Agora desejo dizer, Senador Marcelo de Alencar, que V. Ex.^a foi recebido por nós com uma expectativa. Logo depois, verificamos que o Senador Mário Martins, que partira para representar o Senado na ONU, continuava no Senado da República, na pessoa de V. Ex.^a. E agora estamos certos de que, em partindo V. Ex.^a, aqui ficará bem presente, na pessoa do Senador Mário Martins. Confundem-se os dois na capacidade de luta, na defesa de princípios, na honestidade de princípios. Dizíamos numa conversa íntima: o Senador Marcelo de Alencar tem um corpo de adulto, u'a mente adulta e progressista e um coração de criança, sem maldade, sem malícia, aberto à compreensão e à fraternidade. Tenho certeza de que V. Ex.^a é, hoje mais do que ontem, grandemente estimado não só pela Bandada do nosso Partido nesta Casa como por todo o MDB. Pelos nossos adversários não preciso falar porque todos eles já falaram e continuam falando. V. Ex.^a é um radical confesso, um radical e um intransigente defensor das liberdades democráticas, da genuína forma de governo democrático um radical na defesa dos injustiçados. Fora daqui se-lo-á sempre. Continue nessa trilha, Sr. Senador Marcelo de Alencar. V. Ex.^a é um baluarte, aqui ou fora daqui, da democracia.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Gilberto Marinho — No instante em que V. Ex.^a interrompe um convívio tão grato para nós outros, desejo congratular-me com a Guanabara por ter podido contar com um representante da altitude moral e cívica que V. Ex.^a evidenciou nesta Casa. Para mim, o brilho excepcional de que aqui se revestiu sua atuação e o decorrente sucesso alcançado não trazem a mais remota nota de surpresa. Desde que nos aproximamos do Rio de Janeiro, habituei-me a admirar, como tantos outros, a sua extraordinária bravura cívica, o seu inextinguível zelo democrático, o seu desvotamento à causa nacionalista. E aqui neste plenário, mais ainda pude apreciar a sua fulgurante inteligência, os seus invulgares dotes oratórios que já o haviam consagrado na tribuna judiciária e que lhe permitiram, jovem ainda, credenciar-se aos aplausos, à admiração da mocidade de nosso Estado, avultando no aprêgo e na admiração do povo da Guanabara.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite um aparte o nobre Senador Marcello de Alencar?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Sei que não mais haveria necessidade desta intervenção, porque já não há mais o que dizer. Entretanto, faço questão de que este meu aparte fique registrado no seu discurso, para declarar que essa admiração geral, que está sendo aqui demonstrada, também é a minha, efusiva. V. Ex.^a, que já se afirmara como administrador e já fizera um nome, como brilhante advogado que é, vem agora, aqui, se afirmar como parlamentar atuante e também brilhante. Só desejo dizer que lamento que aqui não possam ficar os dois, V. Ex.^a e o nobre Senador Mário Martins.

O Sr. Adalberto Sena — Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Com todo prazer.

O Sr. Adalberto Sena — O Senador José Guimard, da bandada da ARENA, já manifestou a V. Ex.^a sua homenagem, associando-a de certo modo, a homenagem dos acreanos.

Iniciando meu aparte, quero também insistir nesta tecla, porque, na variada atuação com que o nobre colega aqui se distinguiu, divisti, também, particular interesse pelos problemas de nosso Estado. Quando V. Ex.^a pela primeira vez ocupou a tribuna do Senado, estava eventualmente a seu lado e lembro-me das palavras que pronunciou:

“... há uma semana, cheguei a esta Casa com a alta responsabilidade de substituir meu companheiro Mário Martins. E a minha preocupação, passou à indagação dos temas que eu deveria abordar da tribuna, que, por tão vastos, me deixavam na incerteza quanto ao critério prioritário a adotar.”

De fato — como alguns oradores acabam de ponderar — grande é a responsabilidade de substituir o Senador Mário Martins. Mas V. Ex.^a é um dos da sua escola, e, se não erro, em assim considerar, um dos seus discípulos. Posso igualmente asseverar que o discípulo esteve inteiramente à altura do mestre e, até, sob certos aspectos, engalanou a sua atuação com essas exuberâncias de um temperamento. Vamos dizer, mais exortado. Um dos pontos em que V. Ex.^a muito mereceu minha admiração — e essa admiração é tão grande quanto a nossa tristeza, nesta separação, tristeza que só não é maior porque coincide com a ocasião em que todos vamos separar-nos por algum tempo — foi a sua intransigência e o seu ardor na defesa na defesa da mocidade. V. Ex.^a defendeu os moços, não

só com a sua palavra e um tempo ponderada e candente, como também, mediana e presença no Senado da sua própria mocidade, dando mais uma demonstração de quanto o Brasil pode e espera dos moços. V. Ex.^a fez a nós o seu discurso "Oração aos Velhos". Neste há referências aos mais velhos que chegaram a ser mal interpretados pelo Senado: Eurico Rêgo. Mas o que V. Ex.^a fez, realmente, não foi subestimar os velhos, mas lembrar as velharias. Como todos nós do MDB, vi em V. Ex.^a um companheiro íntimo, presumo, atento e vibrante; um companheiro que, nos debates, sempre tinha uma palavra a enriquecer as nossas, e, quando preciso, acorria em nosso socorro. E que mais dizer do parlamentar brilhante e culto; do combatente assíduo na defesa da democracia, quanto pertinaz no zelo e na salvaguarda da nossa nacionalidade? Por tudo isso, nobre Senador, V. Ex.^a — eu nem queria dizer V. Ex.^a e sim você, Marcello — deixou em todas as nossas almas sulcos profundíssimos de admiração e de afeto.

O Sr. Antônio Carlos — (Assentimento do orador) Sr. Senador Marcello de Alencar, sem nunca, em nenhum momento, ter faltado aos altos deveres de fazer oposição, e dando aos seus pronunciamentos um constante brilho, V. Ex.^a, por sobre as divergências com aqueles que se situam no lado oposto, conquistou-lhes a admiração, o respeito e, não raro, o aplauso.

Quiro, neste momento, quando o Senado, numa só vez, presta esta tão significativa homenagem a V. Ex.^a, dizer que colho, da observação que acabo de fazer, uma lição: o aplauso, a admiração, o respeito, por sobre as divergências, V. Ex.^a os teve, porque, sempre em cada gesto, em cada palavra revelou um reto propósito, uma firme intenção. Revelou possuir um ideal e saber defendê-lo por ser um ideal e sem ferir, fazendo, assim, dos seus eventuais opositores amigos e admiradores, como peço que entre eles inscreva esse seu modesto colega.

O Sr. Ruy Carneiro — Permita-me (Assentimento do orador) Entilemancora ao lado dos colegas, não em um rancor homenagem a V. Ex.^a, quando o nobre colega vai terminar a fase de substituição do Sr. Senador Mário Quintas. Estava dispensado de fazer este pronunciamento, porque o líder da nossa bancada já falou por todos nós, e o ilustre representante da Patria, Senador Argemiro de Figueiredo, também já o fez. Mas, quero declarar a V. Ex.^a que, tendo vivido muito tempo na Guanabara, sei que o eleitorado desse Estado é exaltado na escolha dos seus representantes. V. Ex.^a é um jovem, e o seu destino o colocou no Senado na oportunidade em que o Senador Mário Martins foi para a ONU, numa representação importante. Assim, pôde V. Ex.^a mostrar ao eleitorado do seu Estado — um eleitorado exigente, como disse — que tem condições de, como um jovem, atuar aqui, pois é dono de absoluta maturidade política. Com os seus arroubos de patriotismo, por esse radicalismo de que o nosso líder acabou de falar, V. Ex.^a está, naturalmente, ratificando o conceito que o seu eleitorado faz a seu respeito. Quero dizer a V. Ex.^a que admirei a sua conduta, admirei a sua atuação no seio da nossa Bancada — o MDB — procurando servir aos seus ideais. Tenha em mim V. Ex.^a, no parabolo amigo, um admirador das qualidades excepcionais de que é portador e que, certamente estará interessado ao seu eleitorado do Estado da Guanabara, de modo a fazer com que ele fique ao seu lado, na carreira longa que V. Ex.^a fará, com o brilho do seu talento e da sua cultura.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sr. Presidente, veja V. Ex.^a como se somam as dificuldades deste meu pronunciamento último. Confesso aos Srs. Senadores, que meditei muito em se deveria ser o brasileiro comum que sou que, em horas de despedida se dá aos largos da emoção, para traduzir a sua estima, o seu apreço, o seu afeto por companheiros que vai deixar ou se deveria, nesta oportunidade, explicar como sou daqui entendendo o Senado.

Pensei em começar dizendo que, quando aqui cheguei, talvez, cinco ou seis Srs. Senadores eu conhecesse pessoalmente; Gilberto Marinho, Daniel Krieger, Leandro Maciel e um que me conheceu antes de que eu o conhecesse, Pesca de Queiroz, porque foi extremado amigo de meu pai.

Fiquei em dúvida se deveria após isto dizer a cada um dos representantes de Estados no Senado, começando pelo Acre e terminando no Rio Grande do Sul, como os vi, como os estimo, como os respeito.

Pensei bem em se deveria lembrar e referir os meus companheiros de Partido, que me apoiaram, suplementando as minhas inexperiências, se deveria retratar o entendimento que tenho, a respeito do comportamento de Aurélio Vianna, de Josaphat Marinho, de Argemiro de Figueiredo, do nosso Presidente que me ouve agora, de todos, enfim, meus companheiros de partido, de Ruy Carneiro etc. Não sabia ainda se deveria apenas fixar, na minha despedida, este extravasar de emoções ditadas pelo coração. Mas entendi, Sr. Presidente, que deveria aliar à emoção, vinda da energia de um coração que pulsa sempre, os ditames da razão e do pensamento.

O Senado só pode ser entendido, realmente, e por todo, por quem viva nele. Quando lá fora estava, muitas vezes escutei ouvir que o Senado era uma instituição fechada. Havia certos mistérios no comportamento dos Srs. Senadores. Vou quebrar esse mistério, para dizer aos senhores Senadores, e, portanto, dizer à Nação, que o Senado é assim, porque precisamente, foi criado para ser assim.

Esta Casa é que preserva a unidade federativa. Aqui, me senti, nestes três meses, como o quarto Senador de cada um dos Estados; aqui, sim, se juntam os Estados, em torno da Federação, dos princípios federativos e da causa nacional. Por isso, é fácil explicar, a quem vive aqui, que, no fundamental, esta é uma Casa unida. Nem os partidos, nem os programas podem deixar de conter essa cláusula comum que prega a unidade da nossa Nação. É por isso, entendam todos, que o Senado é assim. É por isso que, saindo daqui, vou propagar a importância fundamental do Senado, que justifica, por inteiro, o comportamento unido de uma Casa unida muito menos pelos interesses de cada qual do que pelo interesse nacional da preservação da unidade federativa. (Palmos)

Entendo que o Senado é isto. E entendo que o Senado é isto, tenho para mim que esta Casa é um acumulador de energias para a adoção de grandes atitudes, de grandes gestos, no momento das crises institucionais por que o País possa passar. Verifiquei, indagando dentro do processo hermenêutico que me ensinou o ilustre e nobre — o porque não dizer — hoje meu amigo Eurico Rêgo, o método de interpretação fisiológico de que, a cada um dos meus pronunciamentos, correspondia um estímulo. Quando não havia uma palavra de algum dos companheiros do Senado, independentemente de partido, havia, quase que na unanimidade deles, o traço fisiológico, o sorriso autorizando as minhas afirmações, porque, na verdade, com este êxito eu saio daqui: consegui traduzir a autêntica

convicção de que me sinto possuído, na defesa das causas nacionais.

De sorte que, Sr. Presidente, entendendo assim o Senado, assumo perante meus pares de hoje o compromisso, de dever e de honra, de que farei a luta em favor desta instituição, porque nela vejo a confinação, o amálgama de todos os interesses nacionais e vejo, no comportamento desta Casa e de seus membros, o comportamento adequado, que o momento nacional exige. Mas, não tenho nenhuma desconfiança do que ela será capaz, no momento em que possa a Democracia ser atingida.

Despeço-me, já agora alegre, por ver que fui compreendido e que pude compreender esta Casa, quer através dos componentes da ARENA e até da liderança do Governo, como e principalmente pelos membros do meu partido.

Deixo, portanto, essa minha mensagem e ao Governo também dou o meu recado: nossa ação de Oposição foi sempre no sentido, não de demolir, mas de construir um País que queremos dentro dos princípios de independência, de desenvolvimento autônomo, cumprindo, portanto, a missão das grandes nações que vem a possibilidade de gerar uma coisa nova que o Brasil realmente poderá fazer, para seus filhos e para os filhos de outras terras.

Nós, o Brasil, temos realmente a possibilidade de ser uma solução de paz para o mundo. Por isso prego, com insistência, a nossa posição de afirmação nacional para que passemos a produzir uma coisa nova para todo o mundo, que já se anuncia em caos.

Despeço-me, portanto, colocando diante dos meus pares os oferecimentos da minha solidariedade, da minha amizade e dos melhores sentimentos que posso dentro de mim.

Sr. Presidente, espero que outra oportunidade se me apresente para que dê a contribuição ao meu País, através da tribuna desta grande Casa.

Dou também retratar o meu grande afeto por todos os funcionários desta Casa que, com o seu sorriso e com o seu tranqüilo e afagado espírito de mão, estimularam-me a que eu prosseguisse nas minhas polêmicas afirmativas de homem que deseja um Brasil melhor. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) O nobre Senador Flávio Brito enviou à Mesa discurso que S. Ex.^a deveria ter pronunciado, para a devida publicação, nos termos do Art. 201, § 2º, do Regimento. O nobre Senador está ausente.

E o seguinte o discurso e telegrama enviados à Mesa:

Senhor Presidente e Senhores Senadores:

Depois de termos explanado, neste Augusto Plenário, sobre a Amazônia, realçando as suas diferentes e infindáveis oportunidades econômicas, numa convocação à nossa sensibilidade patriótica, cabe-nos, agora, tratar especificamente do Amazonas, que temos a honra de representar no Senado Federal para dizer de sua missão realmente histórica de se constituir, no menor prazo possível, não só no celeiro do Brasil sendo também do mundo, sob a égide permanente, inatável e inviolável da soberania nacional.

O Amazonas nunca faltou ao Brasil, porque o seu povo indomito, ativo e invencível, em seu mister cívico ainda que reduzido em número, jamais deixou de representar, na imensidão de seus vales, em todos os

seus quarentes, a própria integridade do Brasil.

Nós amazonenses somos os eternos depositários de riquezas que representam as nossas reservas fundamentais para a conquista do desenvolvimento econômico da Nação e do bem-estar social dos brasileiros. Ocupamos 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados, o equivalente a uma das maiores áreas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto essas Estados somam, em 1957, 25 milhões de habitantes, e nós somente 1 mil e 500 mil habitantes, ou seja, menos de 3% da população geográfica da aludida região sulina.

Este discurso visa por em relevo, com sinceridade, as lacunas econômicas, sociais e de animação nacional, que mais do que justificam, colocam a todos os brasileiros a pensar com evidente serenidade sobre os respectivos problemas, acentos aos superiores interesses da pátria, e que não mais se tocam os riscos da inércia, que a perigosa, nem mais merecem acolhimento paciente soluções precarizadas, que nunca alcançaram, na prática, os seus verdadeiros objetivos.

As preocupações, que tanto sensibilizam o povo brasileiro, so que toca aquela parte do Brasil, precisam ultrapassar a fase das emoções que caracterizam as mais validas intuições, para que a de plena realidade, em que essas intuições se configuram em atos de exercício de nossos deveres perante a Nação, numa prova de capacidade de realizar que não nos falta, quando em jogo estão os altos destinos do Brasil.

O Amazonas é rico em matérias primas das mais diferentes espécies destinadas à industrialização da madeira, fibras, borracha, caca, amêndoas e produtos animais. A pesca abundante e os recursos de gado vacum, com a experiência e a técnica, podem e se converter em fontes de realização em ramos separados e de progresso da Nação.

Os minérios, inclusive os preciosos, além de constituírem razões de segurança nacional, representam oportunidades econômicas de valor inestimável.

Admitamos que o Amazonas alcançou, desde 1930, com uma honra a qualquer do problema, o primeiro estágio de aproveitamento de suas riquezas naturais, por meio da extração pura e simples de suas matérias primas. Entretanto, insistimos, com sobras de ânimo, que o nosso Estado, sem perda de tempo, ingresse na fase de intensificação e racional industrialização, transformando e potencializando as suas riquezas, o que significará não só a criação de um poderoso mercado exportador senão também de trabalho, com níveis altos de remuneração, de que tanto carece o nosso povo.

O Amazonas, no último conflito mundial, quando as Nações democráticas lutavam contra as forças nazifascistas, foi transformado em campo de "Baralha da Borracha", com a mobilização de milhares de trabalhadores, sujeitos às angústias e adversidades da pugna empreendida, visando garantir, como de fato garantiu, o fornecimento de produto essencial para a salvação dos povos livres.

A guerra provou o Amazonas em seu vigor democrático. E a paz, agora, faz que o nosso Estado, com a compreensão e apoio de todos os brasileiros, inicie a sua jornada construtora de formação das suas estruturas agropecuárias, industrial e comerciais, em termos de realce que sejam compatíveis com a sua grandeza e validade econômica.

Os incentivos fiscais facilitam e patrocinam os investimentos econômicos,

sob os mais diferentes aspectos, na Amazônia, como tivemos ocasião de nos manifestar em recente discurso neste ilustre plenário.

No ensejo, iremos nos ocupar da Zona Franca de Manaus, por ser esta um complemento daqueles incentivos fiscais, como uma área livre do comércio de importação e exportação estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuario dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

A Zona Franca de Manaus se constitui, desse modo, num marco definitivo para o início da grande jornada do desenvolvimento econômico do Amazonas e da própria Amazônia.

A isenção dos impostos de importação e exportação dos produtos da Zona Franca de Manaus, bem como os ali industrializados para o efeito do respectivo tributo, representam estímulos fiscais do melhor efeito econômico e social.

A Zona Franca de Manaus representa um fator de destaque na nossa economia, que irá fazer que dois terços do território nacional passem a produzir e prosperar, economicamente, com maiores facilidades de intercâmbio com o país e o exterior, sem ônus fiscais, sem burocracia e sem as restrições naturais existentes em outros setores.

Há um contraste chocante, no Amazonas, entre as riquezas aludidas, em que a natureza exuberante se sobrepõe a tudo, e a pobreza do povo que suporta as adversidades da vida, com dignidade própria da fibra de amazonense. A luta que empreendemos pela ampliação das dimensões econômicas do Estado, por meio de produção tecnicamente elaborada e de mercados corretos e tradicionais, eliminando barreiras e ultrapassando obstáculos, visa, sem dúvida, assegurar à nossa gente um nível de vida a que tem direito como povo civilizado.

O nosso desenvolvimento econômico se impõe alcançar por meio de um melhor aproveitamento dos fatores de produção disponível e de uma necessária coordenação, atentas as normas que contemplam basicamente a todos, e que transformem, com medidas adequadas, a situação especial da região de pouca rentabilidade numa conjuntura de trabalho, realização e bem-estar social.

Estamos animados do propósito de unir os esforços dos mais experimentados com os mais decididos, dos mais fracos com os mais fortes, dos que mais sintam e compreendem o quanto significam os objetivos de brasilidade com os da própria segurança nacional.

A ninguém é dado desconhecer que o Amazonas representa, ao mesmo tempo, oportunidade de riqueza para o Brasil, no presente, se pensarmos com seriedade e agirmos com amor à pátria; entretanto, também, a ninguém é dado relegar a um segundo plano, essa perspectiva, que a falta de ocupação efetiva dessa parte destacada do País, em termos econômicos e sociais, poderá ainda, praga a Deus quem não, preocupações sérias para todos nós brasileiros.

A nossa insistência, nesta fase, em que o atual Governo do eminente Presidente Costa e Silva tudo tem feito, de maneira excepcional, pelo Amazonas, que se não perca de vista que nos cabe, a todos nós, sem exceção, uma iniciativa insistente de promover, ainda que com maiores sacrifícios, o desenvolvimento econômico do Amazonas e de regiões vizinhas.

A Zona Franca de Manaus compreenderá uma área contínua com

uma superfície mínima de 10 mil quilômetros quadrados ou possivelmente de uma faixa de 10 de largo por mil quilômetros de comprimento ao correr do grande rio, onde deverá ser implantado o maior parque industrial e o mais influente empório comercial da América Latina.

Lá poderão ser levantadas fábricas que transformem ou beneficiem a madeira, o minério, a fibra, a borracha, o óleo, a carne, o cereal, a castanha, o couro, tudo enfim, numa realidade impregnada de entusiasmo e vigor, sob o impulso jamais interrompido, eis que a fé e a perseverança foram o tônico decisivo de nossas lutas para a conquista das melhores vitórias em favor do Amazonas.

Iremos, pois, banir do Amazonas a miséria inadmíssível, o sofrimento até então tolerado e incredulidade produzida pela falta de fé em melhores destinos. Estamos cansados da estática, do marasmo, da própria apatia de progredir. Decidimos de vez o aproveitamento das mais positivas disposições humanas de realizar e prosperar.

Pomos em prática uma decisão consciente, uma sentença justa e corajosa, ditada pela intrepidez, pela ousadia, pela perseverança, não abrindo mão da firmeza que caracteriza solidez e consciência a par de coerência com os mais caros sentimentos do povo amazonense.

Na apreciação e solução dos problemas do Amazonas não transigimos, portanto, com o negativismo tão próprio dos incapazes e dos que só atendem interesses subalternos. Os problemas da nossa terra, em sua grandeza e em seu valor, representam um desafio à nossa decisão, firmeza e convicções patrióticas.

O povo amazonense reclama meios e condições de produção e de produtividade; de comercialização e de preços justos para o resultado do seu labor; de rentabilidade suficiente de acudir a todas as suas necessidades; enfim, de um lugar ao sol no cenário econômico e social do Brasil.

E para toda essa soma imensa de responsabilidade os amazonenses contam com os brasileiros de todas as regiões, para que a sua vitória se converta, por inteiro, na vitória do próprio Brasil.

Exmo. Sr. Senador Flávio Brito
— Senado Federal — Brasília
— DF.

Nº GE832 de 18-11-1967 — Exato momento acabo saber Instituto Café está licitando aquisição dez milhões sacos papel enderecei Senhor Presidente República telegrama teor seguinte BIPTIS Tomei conhecimento pelo noticiário imprensa sulina que Instituto brasileiro Café tencionava adquirir dez milhões repito dez milhões sacos papel para utilização em seus serviços pt Não eh primeira vez que o faz pois anteriormente jah adquirira vg segundo informações em nosso poder vg um milhão et quinhentos mil daqueles sacos pt Creio desnecessário estender-me em considerações para dizer o que essa reiterada providência significa não apenas para indústria de tecelagem de juta mas também para sua cultura nesta região pt Governo Federal acaba criar uma comissão tendo por único objetivo problema seu povoamento em que eh em larga medida o da fixação das populações que jah a habitam pt Essa preocupação com a ocupação da Amazônia se origina de que eh da posse que se origina o domínio et de que se era isso verdadeiro em 1750 quando Alexandre Gusmão lançou a doutrina do *uti possidetis* muito mais o eh hoje quando eh esta região de que Brasil ocupa maior parte um dos poucos espaços vastos

ainda existentes pt Por isso principalmente por isso parece espantoso que um órgão do Governo Federal enverede por política de substituição da sacaria de juta pela de papel que representa sem nenhuma dúvida o meio mais certo vg rápido et eficaz de promover seu despovoamento pt A juta vg nesta região vg et a nenhum brasileiro vg nem ao Instituto Brasileiro Café eh lícito ignorar a atividade econômica principal et que ocupa maior número de trabalhadores et que tendo propiciado a passagem do extrativismo para a agricultura vg melhor distribui a renda de lá se origina pt Na certeza de que vossa excelência não foi posto previamente ao par daquelas intenções amplamente divulgadas vg rogo-lhe dar as mesmas sua consideração pessoal vg evitando que se vibre contra Amazônia golpe que representaria extinção da sua cultura jutícola et da sua recente et promissora indústria de tecelagem de juta pt eh do patriotismo et do sentimento nacional de Vossa Excelência que esperamos o remédio pt Rogo Vossa Excelência Senhor Presidente receber as expressões renovadas do nosso maior respeito pt Levando fato conhecimento vossência sua qualidade parlamentar Amazonas acreditado estar agindo defesa superiores interesses nosso Estado reivindicando utilização sacaria juta por parte aquele Instituto atenciosamente Danilo Matos Areosa Governador Estado Amazonas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação do requerimento número 1.133, de 1967, no qual o Senhor Senador José Cândido Ferraz requer seja considerado como licença para tratamento de saúde o período de 6 a 24 do corrente mês.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Assim, é concedido o solicitado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1967 (nº 2.872-A-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCRs 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal Dr. Dilermando Xavier Porto, tendo Parecer, sob nº 997, de 1967, da Comissão de Finanças, pela rejeição do Projeto.

A Presidência verificou que a impugnação do projeto, pela Comissão de Finanças, baseou-se no fato de contrariar o disposto no art. 59 da Constituição. Trata-se, pois, de inconstitucionalidade.

Determina o Regimento Interno sempre que uma Comissão julgar inconstitucional dispositivo da proposição sujeita ao seu exame, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Em vista disso a Presidência retira o projeto da Ordem do Dia e determina que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se pronuncie sobre o seu aspecto constitucional.

O SR. PRESIDENTE

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1967 (nº 18-B-67), que aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965, tendo Pareceres Favoráveis, sob os ns. 922 e 923, de 1967, das Comissões — de Relações Exteriores e — de Agricultura.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à promulgação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58 — DE 1967

(Nº 19-B-67, na Casa de origem)

Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 98, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98 DE 1967

(de autoria da Comissão Diretora) Torna sem efeito a nomeação de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Fica sem efeito a nomeação — feita de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2, da Resolução nº 2, de 1959 — de Luciano de Paiva Diniz, candidato habilitado em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do projeto de Resolução nº 99, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, João Conrado Lafetá, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Em discussão o projeto.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrado.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Irá à Comissão Diretora para a redação final. É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99 DE 1967

(de autoria da Comissão Diretora) O Senado Federal, resolve:

Artigo único. É exonerado, a pedido, de acordo com o art. 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do Cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, João Conrado Lafetá de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100 DE 1967

(de autoria da Comissão Diretora) Aposenta José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal decreta:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o § 1º do artigo 177, da Constituição Federal, combinado com os artigos 345 e 346, item II, da Resolução nº 6, de 1960, e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Euvaldo Peixoto.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para declaração de voto. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não desejo deixar na simples rotina e mecânica de votação o ato de aposentadoria que vem de ser decretado pelo Senado.

A medida refere-se a José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates PL-3,

Trata-se de servidor que vem prestando a esta Casa, com eficiência e dedicação, bons serviços. E, na sua carreira, por certo, o servidor que hoje se despede do convívio dos seus colegas e da Casa, inspirou-se nas virtudes do seu velho e saudoso pai, Sr. Euvaldo Peixoto, que, nesta Casa também, atuou como funcionário exemplar, aqui deixando uma recordação de eficiência, de probidade e, sobretudo, de exemplar compreensão do sentimento do dever profissional.

Conheci, e intimamente, o pai do funcionário que ora se aposenta. Era eu Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado e, lá, Euvaldo Peixoto chefiava o Serviço Taquígrafico, ali comparecendo com a tradição funcional do Senado a recomendá-lo, e correspondendo, plenamente, àquela tradição e àquela expectativa. O filho prosseguiu, honrando a memória paterna.

No instante em que o Senado decreta a aposentadoria de José Euvaldo Peixoto, desejo, neste confronto de duas gerações, saudar dois homens vocacionados para o serviço taquígrafico: um, que não mais se encontra entre nós, de vez que foi colonizar os campos da vida eterna; e outro, que, embora afastado de nós pelo ato da aposentadoria, por certo merecerá, sempre e sempre, em todas as ocasiões e em quaisquer circunstâncias, o prêmio da nossa referência e a lembrança cativante dos seus colegas de corpo taquígrafico que, na verdade, encerrarão este acontecimento necessário com um misto de tristeza e de alegria. De tristeza, porque corresponde a uma reforma no condomínio de todas as amizades, e de alegria porque estão diante da certeza de que o colega cumpriu, e muito bem, a plenitude das suas tarefas e dos seus deveres. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Comissão Diretora, por mim representada, neste momento, associa-se às justas homenagens que acabam de ser apresentadas pelo nobre Senador Eurico Rezende ao funcionário José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3, antigo servidor do Senado Federal, que ora se aposenta.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967 (de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho), que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, tendo Pareceres, sob números 894, 895 e 896, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura, pela aprovação; de Finanças, pela aprovação.

Em discussão o Projeto, em seu primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi aprovado em seu primeiro turno, e voltará, oportunamente, à Ordem-do-Dia, para segundo turno.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1967

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Sociedade Brasileira de

Belas Letras e Ciências, com sede na Rua do Cattete, 115, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita para o exercício de 1967, tendo Pareceres, sob ns. 899 e 900, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela juridicidade; de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto, em seu primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi aprovado. Voltará oportunamente à Ordem do Dia, para seu segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É retificada, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte seguinte:

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

4.10.13 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

14.04.2.1598 — Assistência Social ao Menor a cargo de Instituições Privadas, conforme discriminação do Adendo "A".

ADENDO "A"

Onde se lê:

"SÃO PAULO"

Centro Espírita "Fraternidade Alan Kardec", para assistência a menores — NCr\$ 10.000,00

Leia-se:

"DISTRITO FEDERAL"

Centro Espírita "Fraternidade Alan Kardec", para assistência a menores — NCr\$ 10.000,00

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Discussão, em turno único, do requerimento nº 1.081, de 1967, do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Vice-Diretor-Geral Legislativo, por ocasião da solenidade do "Dia da Bandeira", levada a efeito no dia 19 do corrente mês, sob a responsabilidade desta Casa, tendo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o requerimento.

(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

O requerimento foi aprovado, e, assim, será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se neste momento, ao requerimento de urgência lido na hora do expediente da presente sessão e que, nos termos do artigo 326-5-b do Regimento, será submetido ao Plenário.

Em votação o requerimento.

(Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovado. Está assim concedida a urgência para imediata apreciação da matéria.

Ofício S-13, de 1967, do Sr. Governador do Estado de Goiás, solicitando a autorização do Senado para firmar contrato com a Fiat de Turim, S.A., para aquisição de tratores de esteira equipados, para o DERGO.

Solicito o parecer da Comissão de Finanças. Tem a palavra o Sr. Relator já designado, Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET:

(Para emitir parecer) — Sr. Presidente, pelo Ofício S-13-67 (nº 209-67, na Casa de origem), o Sr. Governador do Estado de Goiás solicita do Senado autorização para, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), adquirir da firma Fiat S. A., de Turim, Itália, trinta tratores de esteiras, marca Fiat, modelo AD-7, equipados com Angledozer hidráulico.

II — Justificando o pedido, alega o Chefe do Executivo goiano:

"a) necessidade de implantação de extensos e racionais sistemas rodoviários em todo o território estadual, especialmente na região situada ao norte do paralelo 13º, até hoje praticamente desassistida, não obstante a fertilidade de suas terras e a riqueza mineral do seu subsolo;

b) necessidade de conservação das rodovias estaduais;

c) entre as obras de construção destaca-se a implantação básica das seguintes rodovias: GO-67, com 260 quilômetros, ligando Peixe a Diamantina; R-138, com 130 quilômetros, ligando Tocantinópolis a Axixá; GO-73, com 30 quilômetros, ligando Araguaína a Filadélfia; GO-72, ligando Colinas de Goiás a Arapoema; e GO-17, ligando Colinas de Goiás a Arapoema; e GO-17, com 150 quilômetros, ligando São Felix à BR-153;

d) a responsabilidade do Estado pela conservação de rodovias na região norte atinge a nada menos de 3.000 quilômetros de estradas pioneiras, construídas na sua maior parte sem nenhum estudo ou projeto; e

e) o Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás encontra no seu equipamento um grande "deficit" desse tipo de máquina, registrando-se, como sua última aquisição, a importação, em 1960, de apenas 10 unidades.

III. O valor total da compra será de 198.441.000 liras italianas, correspondente, aproximadamente, a NCr\$ 861.116,76, a juros de 7% ao ano, devendo o pagamento ser feito nas seguintes condições:

1) 5% do preço total, mediante ordem de pagamento de caráter definitivo e irrevogável, sobre a "Banca Nazionale del Lavoro", de Turim, Itália, a favor da "Fiat", a ser efetuado logo após aprovação do con-

trato por parte das autoridades brasileiras competentes;

2) 5% do preço total, mediante crédito documentário, em liras italianas, à taxa oficial em vigor na data da operação, confirmado pelo Banco Italiano, sobre a "Banca Nazionale del Lavoro", de Turim, Itália, em favor da "Fiat", a ser utilizado contra apresentação dos documentos de embarque de cada lote de trator;

3) 90% do preço total do fornecimento, em dez prestações semestrais e iguais, cobrindo o prazo de cinco anos.

IV. O contrato assinado entre o DERGO e a Fiat satisfaz plenamente aos interesses do Estado de Goiás, pois estabelece condições que resguardam a qualidade dos tratores, a assistência técnica aos mesmos, a sua entrega nos prazos fixados, etc.

Além disso, a maneira de efetuar os pagamentos é igualmente satisfatória, e os juros combinados, de 7% ao ano sobre os saldos devedores, são normais em tais operações.

V. Instrua o processo cópias do contrato; da Resolução 1.371, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, concedendo o registro ao contrato de compra e venda dos tratores e ao contrato para a execução dos serviços de importação e montagem dos tratores; da Lei estadual nº 4.016, de 5 de junho de 1962, através da qual a Assembleia Legislativa do Estado autoriza o DERGO a contratar financiamentos e empréstimos de qualquer modalidade; parecer da Autoridade Federal competente, concordando com a operação.

VI. Diante do exposto, opinamos pela concessão da autorização solicitada, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Autoriza o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma Fiat S. A. de Turim, Itália, trinta tratores.

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma Fiat S. p. A., de Turim, Itália, 30 (trinta) tratores de esteiras, marca Fiat, modelo AD 7, equipados com Anglepózer hidráulico, no valor certo e total de 198.414.000 (cento e noventa e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil) liras italianas, correspondente, aproximadamente a NC\$ 861.116,76 (oitocentos e sessenta e um mil cento e dezesseis cruzeiros novos e setenta e seis centavos), nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as referidas partes a 29 (vinte e nove) do mês de setembro de 1967, na cidade de Goiânia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Comissão de Finanças, por seu ilustre Relator, deu parecer favorável concluindo com apresentação de um projeto de resolução.

Solicito parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre projeto de resolução.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos, Relator desse órgão.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Constituição e Justiça deve opinar sobre o projeto do Sr. Governador do Estado de Goiás, que solicita autorização desta Casa, para firmar contrato com a Fiat S.P.A., de Turim (Itália) para

aquisição de tratores de esteiras equipados, para o Departamento de Estradas de Rodagem daquela unidade da Federação.

A Comissão de Constituição e Justiça cabe examinar o aspecto constitucional e legal do pedido.

O Sr. Governador, a 20 de novembro dirigiu ao Sr. Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, ofício nº 209-67, solicitando nos termos do art. 43, nº II da Constituição, a indispensável autorização desta Casa para a realização da referida operação.

A Constituição em vigor ampliou as atribuições do Senado, no que toca a autorizações para operações de financiamentos, empréstimos e outros atos internacionais celebrados entre os Estados, Distrito Federal e municípios, e entradas e pagamentos estrangeiros.

Conforme já evidenciou o parecer do Sr. Senador Clodomir Miki, o ofício do Sr. Governador, que de início justifica a operação de equipamentos rodoviários, é acompanhado dos documentos exigidos pelo Regimento do Senado para que tal autorização seja concedida.

Acompanha o ofício o contrato celebrado entre o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Goiás e a Sociedade por Ações Fiat, de Turim, para a compra e venda de 30 tratores de esteira, devidamente autenticado, celebrado em Goiânia a 20 de setembro; o esquema de pagamentos a serem feitos à Fiat, referentes a 90% do valor FOB-Gênova, de cada unidade; a resolução do Tribunal de Contas que concedeu registro a esse contrato; a lei da Assembleia Legislativa do Goiás que autorizou a operação, e, finalmente, o parecer favorável da autoridade financeira federal, isto é, o Banco Central da República do Brasil — ofício de 28 de novembro de 1967.

Está assim, Sr. Presidente, perfeitamente instruído o processo em que o Governo do Goiás solicita autorização para celebrar essa operação de compra de 30 tratores rodoviários, mediante financiamento. Nestas condições, a Comissão de Constituição e Justiça pronuncia-se favoravelmente ao projeto de resolução elaborado pela Comissão de Finanças, e que consta do parecer daquele órgão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, ouçam conservar-se sentados. (Pausa)

1.ª aprovada.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 103, DE 1967

Autoriza o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S. p. A., de Turim, Itália, trinta tratores.

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO), a adquirir, mediante financiamento, da firma FIAT S.p.A., de Turim, Itália, 30 (trinta) tratores

de esteiras marca FIAT, modelo AD7, equipados com Anglepózer hidráulico, no valor certo e total de 198.414.000 (cento e noventa e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil) liras italianas, correspondentes, aproximadamente, a NC\$ 861.116,76 (oitocentos e sessenta e um mil cento e dezesseis cruzeiros novos e setenta e seis centavos), nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as referidas partes a 29 (vinte e nove) do mês de setembro de 1967, na cidade de Goiânia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se a votação do requerimento lido na hora do Expediente o que tem o nº 1.143, pedindo urgência para a emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1966, que autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA).

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a V. Exa. que se digne informar quantos requerimentos de urgência foram apresentados na sessão de hoje, quais os deferidos, quais as matérias que foram votadas em regime de urgência e quais os dispositivos do Regimento sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Foram apresentados na sessão de hoje e lidos no Expediente dois requerimentos de urgência.

O primeiro já foi votado, a matéria a ele referente, objeto de parecer das Comissões competentes, submetida à discussão e votação, está aprovada e vai à Comissão de Redação.

Temos ainda, o requerimento que acaba de ser anunciado o que se funda no art. 326, 5-B, do Regimento Interno do Senado, que se conhece como sendo o de urgência especial, ou de urgência urgentíssima.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Obrigado a V. Exa. Agora, se não for impertinência desejaria que V. Exa me informasse se esse projeto já está com pareceres escritos, aprovados nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Como sabe o nobre Senador Aloysio de Carvalho, quando se trata de matéria de urgência especial, as provas dos pareceres das Comissões para a elaboração do projeto é dispensável e os pareceres são dados oralmente no plenário.

Esta a informação que posso prestar a V. Exa.

Assim, a matéria está dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Serviço Público Civil e da Comissão de Finanças.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator, o nobre Senador Wilson Gonçalves, tem a palavra.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para emitir parecer. — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Projeto de Lei

nº 30, de 1966 é de iniciativa do nobre Senador Gilberto Marinho e tinha uma redação inicial, aprovada nas Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, e, conseqüentemente, acatado pelo plenário e remetido à consideração da Câmara dos Deputados.

O projeto, originariamente, dispunha da seguinte forma:

"Estendem-se à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil — FINABRA — com sede e fóro no Esdrão de Guanabara, as prerrogativas e vantagens previstas na Lei número 1.131, de 14 de junho de 1950.

Art. 2º É permitido aos servidores públicos, associados da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil, consignar em folha o pagamento, além das mensalidades, outras contribuições sociais devidas a esta entidade."

Como já salientei, o projeto acima concedido inicialmente, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Indo à Câmara dos Deputados, na sua tramitação naquela outra Casa do Congresso Nacional, foi aprovado um Substitutivo que tem por finalidade reunir num só artigo as disposições dos dois artigos do projeto inicial, fazendo determinadas alterações. Em conseqüência, o substitutivo aprovado na Câmara fica assim concebido:

"Art. 1º Ao associado é permitido consignar em folha de pagamento, além das mensalidades, outras contribuições sociais devidas à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil — FINABRA — desde que respeitados os limites e condições da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, com as alterações impostas pela Lei nº 2.853, de 28 de agosto de 1956."

Como vêem os nobres Srs. Senadores, o substitutivo da Câmara limitou-se a resumir, num só artigo, os dispositivos constantes de dois e estabelecer certas regras restritivas para que a permissão, constante do art. 6º, pudesse ser aceita, uma vez observados os dispositivos legais nesse sentido.

Assim, o Substitutivo da Câmara não alterou, em substância jurídica, o projeto inicial, limitando-se a estabelecer algumas condições que, a nosso ver, dão maior segurança e maior eficiência à permissão constante do projeto.

Nestas condições, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça agora é favorável, levando em consideração as razões já expostas e a circunstância de que, o que diz respeito ao âmbito de competência desta Comissão, o Substitutivo da Câmara nada inovou sob o aspecto jurídico-constitucional. Assim, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, ofereço parecer favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito parecer da Comissão de Serviço Público Civil. Para tanto deu a palavra ao seu Relator, o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBENBERG:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, o Projeto número 30, em tela, oriundo desta Casa e apresentado pelo nobre Senador Gilberto Marinho, estende à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil — FINABRA — o disposto na Lei nº 1.131, de 14 de junho de 1950,

Esse projeto, que transitou nesta Casa, foi aprovado, baseado nos pareceres das Comissões de Serviço Público, de Finanças e de Justiça, e enviado à Câmara dos Srs. Deputados.

A Câmara apresentou um Substitutivo que, em verdade, não modifica o projeto do nobre Senador Gilberto Marinho. Apenas resume o que havia apresentado S. Exa.

Não me parece seja necessário fazer comentários ou justificar o projeto, uma vez que foi aprovado nesta Casa.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados, porém, não inovou, em nada modificou aquele projeto. Parece-me, que também está em condições de ser aprovado.

Fazendo uma comparação entre o projeto e o Substitutivo da Câmara, verificamos que apenas ele resumiu aquilo que está no projeto original citando as leis já existentes sobre o assunto. Sob certos aspectos, aperfeiçoou-o, dando maiores garantias a que possam ser feitos os financiamentos da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil.

Em tais condições, em nome da Comissão de Serviço Público Civil, dou parecer favorável à aprovação do substitutivo da Câmara dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o parecer da Comissão de Finanças. Para isto dou a palavra ao Relator, o nobre Senador José Leite.

O SR. JOSÉ LEITE:

(Para emitir parecer — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto nº 30, originário do Senado, e aqui aprovado, recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças. Na Câmara dos Deputados foi apresentado substitutivo, que em nada alterou o projeto original, a não ser estabelecendo certas limitações, constantes da Lei nº 1.042, de 2.1.50, limitações essas que não modificaram, no âmbito sob o qual deve ser examinado o projeto na Comissão de Finanças, o ponto-de-vista desta Comissão, quando se manifestou a propósito do projeto original.

Desta forma, damos parecer favorável à aceitação do substitutivo, pois que em nada altera substancialmente o projeto original.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os três pareceres proferidos são favoráveis à emenda-substitutiva da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Em discussão a emenda da Câmara, em seu turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Há sobre a mesa requerimento para votação em globo da emenda substitutiva, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 1.144, de 1967

Nos termos do art. 300, combinado com a alínea "o" do art. 212 do Regulamento Interno, requero votação em globo do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1966.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O nobre Senador Aloysio de Carvalho requer verificação da votação.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada.

Os Srs. Senadores que aprovaram o requerimento responderão "Sim"; e os Srs. Senadores que o recusarem responderão "Não".

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, não sei se há, no Regimento, alguma disposição especial sobre a votação de requerimentos, ou de requerimentos de votação em globo. Eu requeri verificação da votação.

Penso que V. Exª deveria primeiro, fazer a verificação de quorum. Verificado não haver número para votação, então se fará a chamada. Mas se V. Exª achar que no plenário não há número suficiente para votação do requerimento, declarará encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Devido ao adiantado da hora, estando o Plenário desfalcado, esta Presidência achou melhor ir direto à chamada nominal dos Srs. Senadores.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena

Alvaro Maia

Flávio Grito

Edmundo Levi

Clodomir Milet

Sebastião Archer

Petrônio Portela

Menezes Pimentel

Wilson Gonçalves

Duarte Filho

Diñarte Mariz

Ruy Carneiro

Tetotônio Vilela

José Leite

Josaphat Marinho

Carlos Lindemberg

Paulo Torres

Marcello de Alencar

Aurélio Vianna

Gilberto Marinho

José Feliciano

Fernando Corrêa

Mello Braga

Antônio Carlos

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Votaram "Sim" 22 Srs. Senadores; votou não 1 Sr. Senador.

Não há quorum para votação.

A matéria fica adiada para a próxima sessão.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores pedi-me a Associação dos Servidores do Senado que apresentasse ao Senador Auro Moura Andrade o seu voto de reconhecimento pelo muito que fez, na Presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal, pelo prestígio destas instituições democráticas.

Proclama, ainda, a Associação, que o Senador Moura Andrade deu grandeza ao Congresso, lutando sempre com altivez, denodo e bravura na defesa das prerrogativas do Parlamento brasileiro.

E manifesta a sua confiança de que a sua conduta política, fora da Presidência, jamais se alterará.

Esta é a manifestação espontânea e simples de um grupo de funcionários desta Casa, que coloca a sua fé e a sua esperança no sistema democrático de governo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O voto de louvor que acaba de ser lido pelo nobre Senador Aurélio Vianna, dirigido ao nobre Senador Auro Soares de Moura Andrade, constará da ata.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para a que se realizará amanhã, às 11 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 40 DE 1967

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer Número 872, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1967 que aprova o Acordo Cultural celebrado em Haia em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 41, DE 1967

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 915, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967 (nº 25-A-67 na Câmara), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 44, DE 1967

Discussão em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 915 de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 44 de 1967 (nº 20-A-67 na Câmara) que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 45 DE 1967.

Discussão em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 912 de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 45 de 1967 (nº

10-B-67 na Câmara), que aprova a emenda ao art. VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961 pela Conferência Geral daquela Agência por ocasião de sua quinta sessão regular.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1967

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 911, de 1967), do Projeto de Resolução nº 92, de 1967 que suspende a execução da lei do Estado de Pernambuco de nº 4.356 de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 53 DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967 (nº 7-E-67 na Câmara), que aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça tendo pareceres favoráveis sob nºs 918 e 919 de 1967 das Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 54, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54-67 (nº 14-B-67 na Câmara), que aprova o Instrumento de emenda (nº 1), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, a 3 de julho de 1964, sobre a aplicação universal das convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias, tendo pareceres favoráveis, sob números 920 e 921, de 1967, das Comissões de Relações Exteriores e de Legislação Social.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101, DE 1967

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 101 de 1967 (de iniciativa da Comissão Diretora), que aposenta por invalidez, André Avelino Filho, Servente, PL-14 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1967 (de iniciativa da Comissão Diretora), que aposenta, por invalidez, o Oficial Legislativo PL-5 Ruy Ribeiro Cardoso, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levantada se a sessão às 22 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 72ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência eventual do Sr. Senador Bezerra Neto, presentes os Srs. Senadores Filinto Müller, José Guimard e Duarte Filho, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores José

Feliciano, Teotônio Vilela e Antônio Carlos.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Sr. Senador Filinto Müller apresenta as seguintes redações:

a) Redação do vencido, para turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem;

b) Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1967 (nº 584-B, de 1967, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a doar, à Cruz Vermelha Internacional, 1.000 (mil) sacas de café;

c) Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 1966 (nº 4.768-A-62, na Casa de origem), que concede amparo do Estado aos cidadãos matriculados em Tiros de Guerra e outros órgãos de formação de reservistas, vitimados na instrução ou em serviço, e dá outras providências; e

d) Redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 6.381, de 18 de junho de 1963, do Estado do Ceará, no que diz respeito à cobrança do tributo por ela instituído.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 73ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, sob a Presidência eventual do Sr. Senador Bezerra Neto, presentes os Senhores Senadores Duarte Filho e Filinto Müller, reúne-se na Sala das Comissões a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer com motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela e Antônio Carlos.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma lida como aprovada.

A Comissão aprova Parecer de autoria do Sr. Senador Duarte Filho, propondo a Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49 de 1967 (nº 41-67, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 74ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e doze minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores João Abrahão e Filinto Müller, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Antônio Carlos, Duarte Filho e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

A Comissão aprova Parecer em que o Sr. Senador João Abrahão apresenta a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1967 (número 42-A-67, na Câmara), que aprova a convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e do Japão assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 75ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As dezessete horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e José Cuimard, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Antônio Carlos, Duarte Filho e Bezerra Neto.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Sr. Senador Filinto Müller apresenta as seguintes redações:

a) Redação Final do Projeto de Resolução nº 92 de 1967, que suspende a execução da Lei do Estado de Pernambuco de número 4.950, de 20 de dezembro de 1963, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

b) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1967 (número 10-B-67, na Câmara), que aprova a Emenda ao artigo VI-A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular;

c) Redação do vencido, para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1967, que estabelece novo prazo para requerimento dos benefícios assegurados pela Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960;

d) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1967 (número 20-A-67, na Câmara), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes;

e) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1967 (número 25-A-67, na Câmara) que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outros; e

f) Redação do vencido, para turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1967 (nº 2.543-B-65, na Casa de origem), que institui a Semana da Comunidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 76ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores Teotônio Vilela e Duarte Filho, reúne-se a Comissão de Redação.

Comissão de Redação.

Comparece ainda o Sr. Senador Filinto Müller.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Antônio Carlos e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

Inicialmente, a Comissão aprova Parecer em que o Sr. Senador Teotônio Vilela apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 97, de 1967, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a adquirir da Fiat S.p.A., de Turim Itália, tratores e lâminas desbrazadoras, mediante financiamento.

A seguir, o Sr. Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente da Comissão, assume a Presidência e concede a palavra ao Sr. Senador Filinto Müller, que apresenta, em Pareceres, as seguintes Redações Finais que são aprovadas pela Comissão:

a) Redação Final do Projeto de Resolução nº 76, de 1967, que eleva o número de membros da Comissão do Distrito Federal;

b) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1967, que aprova o texto do Decreto-lei número 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 77ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas e trinta e oito minutos do dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores João Abrahão, Carlos Lindenberg e Filinto Müller, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

A Comissão aprova, após ser a mesma lida, a Ata da Reunião anterior. São aprovados, a seguir Pareceres, propondo redações finais:

Do Sr. Senador João Abrahão:

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126 de 1967 (nº 471-B-67, na Casa de origem), que concede isenção de impostos para equipamentos e bens de consumos enviados por "Royal Society" e "Royal Geographical Society" para utilização em sua expedição científica no interior do Brasil.

Do Sr. Senador Filinto Müller:

a) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1967 (nº 54-A-67, na Câmara), que aprova a Convenção relativa a Organização Internacional Hidrográfica, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967; e

c) Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1967, que considera de utilidade pública o Touring Club do Brasil.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 78ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezoito horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de novem-

bro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões sob a Presidência do Sr. Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e Filinto Müller, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores José Feliciano, Antônio Carlos e Duarte Filho.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Sr. Senador Bezerra Neto apresenta as seguintes Redações Finais:

a) Redação do vencido, para turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 299, de 1966 (nº 3.900-B-62, na Casa de origem), que dispõe sobre construções nas proximidades das fortificações costeiras do Exército; e

b) Redação Final do Projeto de Resolução nº 96, de 1967, que autoriza o Governo do Estado da Guanabara a realizar operação de financiamento com o consórcio brasileiro-alemão, não excedendo o valor global da operação à quantia de DM 10.680.086 (dez milhões seiscentos e oitenta mil e oitenta e seis marcos alemães), para o fim que especifica.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela aprovação da Resolução nº 49, de 1967, para "Apurar irregularidades no Banco do Brasil S.A."

ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

Às vinte e oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dez horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal sob a Presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senadores Aurélio Vianna, Antônio Carlos, Victorino Freire, José Ermirio e Ney Braga, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 49, de 1967, para "apurar irregularidades no Banco do Brasil S.A."

Deixa de comparecer, com causa justificada, o Sr. Senador Paulo Sarate.

Abirindo os trabalhos, o Senhor Presidente tece considerações sobre a convocação da presente e, a seguir, concede a palavra ao Sr. Senador Antônio Carlos.

Prosseguindo, o Sr. Senador Antônio Carlos, Relator, lê seu parecer final acerca da proposição que objetivou a criação da presente CPI no qual analisa a sua Constituição Finalidade, o seu prazo, as medidas preliminares adotadas, os trabalhos realizados para, na conclusão opinar pelo arquivamento da denúncia geradora deste órgão sindicante, em face nada mais haver a apurar.

Colocação em discussão usam da palavra os Srs. Senadores Aurélio Vianna, José Ermirio, Victorino Freire e Ney Braga.

Continuando, o Sr. Presidente coloca em votação o parecer que aprovado, é assinado com restrições pelos Srs. Senadores Aurélio Vianna e José Ermirio.

Concluindo, o Sr. Presidente agradece aos seus pares pelo atendimento dado aos trabalhos e informa que a

matéria aprovada será remetida ao plenário para as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente. — *Carvalho Pinto*, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

20ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1967

EXTRAORDINARIA

As dezesseis horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Menezes Pimentel, Presidente, estando presente os Srs. Senadores Adalberto Sena, Aloysio de Carvalho e Petrólio Portela, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer por motivos justificados, os Srs. Senadores Duarte Filho e Lino de Matos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Adalberto Sena:

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967, que "Torna obrigatória a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Pelo Senador Aloysio de Carvalho:

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 53 de 1967, que "Estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União"; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 1966 que "Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências".

Em votação, são os pareceres do Senhor Relator aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

42ª REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 1967

Às 16 horas do dia 29 de novembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Antônio Carlos, Antônio Baibino, Menezes Pimentel, Rui Palmeira, Josaphat Marinho e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida aprovada.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Petrólio Portela, Eurico Rezende, Carlos Lindenberg e Bezerra Neto.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Rui Palmeira para relatar a Mensagem nº 560-67 do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Tenente-Coronel José Campedel.

para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Roraima. De acordo com o Regimento a sessão torna-se secreta.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Josaphat Marinho que relata os seguintes projetos: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 76-67 — Que altera a redação do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o Projeto de Lei do Senado nº 54-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo), concluindo pela sua constitucionalidade e apresentando 5 (cinco) emendas.

Submetidos à discussão e votação é aprovado por unanimidade o parecer referente ao Projeto de Lei do Senado nº 76-67. Quanto ao parecer oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 54-67 é aprovada a proposta do Senhor Senador Antônio Baibino de ser publicado para estudo, devido a complexidade da matéria.

Compareça a reunião o Senador Bezerra Neto que, por motivo de força maior não pode chegar mais cedo, e passa a relatar o Ofício nº 1.081-67 que requer a transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo no dia 19 do corrente, sob a responsabilidade das autoridades desta Casa, dando pela sua aprovação. O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brando, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Parecer para estudo que se publica com autorização do Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1967, que disciplina a atividade das cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo).

Relator: Senador Josaphat Marinho).

RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1967, ora examinado, pretende ser, nos termos de sua ementa, a "Lei Orgânica do Cooperativismo".

Consubstanciado em 106 artigos, define e classifica as cooperativas, determina a forma de constituição delas e lhes disciplina o funcionamento e as atividades, pormenorizadamente, em todos os ângulos. Para abranger, sem restrições, os problemas permanentes e os circunstanciais, relativos às cooperativas, o projeto apresenta um capítulo de disposições gerais e transitórias, algumas das quais requerem exame especial.

2. Em minuciosa justificativa, o nobre autor da proposição, Senador Flávio Brito, fixa o seu objetivo de substituir o Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966. Observa que o inspirou o propósito de "cancelar os excessos da lei vigente, ou corrigir-lhe omissões e falhas". Esclarece que, além de estudioso da questão cooperativista, ouviu especialistas e instituições representativas desse setor econômico, assim como atentou em recomendações internacionais para as legislações nacionais sobre a matéria. Salienta, ainda, que tomou por modelo de seu trabalho o capítulo apropriado do Anteprojeto do Código de Obrigações. Dentro do pensamento fundamental de que "o Estado não dirigirá o cooperativismo,

mas, sim, o fomentará", o ilustre Autor do projeto critica o Decreto-lei nº 59, repudiando "com especial ênfase a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo", como órgão "de orientação geral da política cooperativista nacional" (artigo 9.), para admiti-lo sob a forma de instrumento de assessoria do governo, junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (arts. 91 e 92).

PARECER DO RELATOR

3. Por seu contexto e por sua justificativa, vê-se que o projeto visa a ser pormenorizado sistema normativo das cooperativas, abrangendo a legislação principal e a secundária ou regulamentar. Mas, se adota regras preconizadas nos artigos 243 a 320 do Anteprojeto do Código de Obrigações, não as recepciona todas, e, por vezes, lhes dá expressão diferente.

Entendemos que o projeto, embora indicativo de propósito louvável, é demasiado minucioso e regulamentar. Regras mais genéricas permitirão maior flexibilidade na execução da lei. Contudo, como esse aspecto não se desvincula do problema econômico, e, assim, da conveniência das disposições, melhor será não cuidar de suprimi-las antes do pronunciamento específico, já previsto, da Comissão de Economia.

Emendas oportunas, inclusive de plenário, que serão, por certo, apresentadas, propiciarão o reexame do texto, compreendendo a feição da técnica legislativa.

4. Há questões jurídicas, porém, que impõem logo ponderação e correção.

a) Em primeiro lugar, não há que admitir-se a designação "Lei Orgânica do Cooperativismo".

A Constituição Federal de 1967 reservou para os instrumentos legislativos sem caráter especial a denominação de leis ordinárias (art. 49). Se o sistema constitucional não é perfeito nem rigorosamente uniforme, também não se refere, em qualquer de suas normas, a lei orgânica.

Ao contrário da Constituição de 1891 (art. 34, nº 34) e da de 1934 (art. 39, nº 1), que previam a elaboração de leis orgânicas para garantir a completa execução de suas cláusulas, a Carta vigente não as inclui entre as formas enumeradas do processo legislativo, nem as indica, isoladamente, como diplomas reguladores de determinadas matérias.

No regime instituído, a admitir-se o uso da designação, somente caberá no sentido próprio que lhe confere a doutrina. Ora, segundo a teoria, a lei orgânica se destina a regular a estrutura ou o funcionamento dos poderes do Estado (Felipe Tena Ramirez: *Derecho Constitucional Mexicano* — México, 1955, pág. 322; Afonso Arinos: *Discurso no Senado, Diário do Congresso Nacional* de 8 de julho de 1964; André Hauriou: *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*, Editions Montchrestien, 1966, pág. 761), sem que se esqueça a concepção de Maurice Hauriou de considerá-la o meio adequado de delimitação dos direitos individuais (Précis de Droit Constitutionnel, Lib. du Recueil Sirey, 1929 — Deuxième Edition — Réimpression, 1955, pág. 631).

O sistema cooperativo, conquanto importante, não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses distinguíveis pela doutrina.

Assim, e em face do regime presente, a designação de lei orgânica, no projeto, é inadmissível.

b) Não nos parece possível, também, manter no projeto o art. 98 consoante o qual "as sociedades cooperativas têm prioridade na obtenção de financiamento e ajuda financeira oficiais, bem como nas concessões para execução de serviços e projetos que dependam de aprovação governamental, especialmente de reforma agrária, eletrificação, educação, colonização, industrialização de produtos agropecuários e construção de casas populares".

Pouco importa que o art. 109 do Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, tenha adotado essa norma. A nosso ver não podia fazê-lo.

Nos termos do art. 46, III, da nova Constituição, ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre "planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais". Em elaboração se encontra, notoriamente, projeto de lei complementar que regula o assunto, inclusive prevendo prazos para apresentação dos planos nacionais e dos orçamentos plurianuais, que consubstanciarão os programas e sua expressão financeira, a partir de 1968. Nesses instrumentos emanados da exigência constitucional se estabelecerão as prioridades aconselháveis, outras não podendo ser proclamadas, sem prejuízo do regime de planejamento.

Fixar em lei particularizada, como o quer o art. 98, privilégios em favor de certas instituições, é prejudicar o mecanismo dos planos, que a Constituição prevê como forma preponderante de ação governamental. Dentro dos planos e dos orçamentos plurianuais não de estar os meios e os recursos apropriados a estimular a ação das cooperativas.

c) De igual modo, afigura-se-nos inaceitável, na sua amplitude, o art. 102, que revoga "o art. 13 do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, retroagindo os efeitos desta, revogação à data da expedição do referido Decreto-lei".

O art. 13 do Decreto-Lei menciona o instituído em benefício do Banco Nacional de Fomento, para intervir na taxa de juros cobrada aos associados.

A revogação desse preceito não é matéria específica de uma lei geral sobre cooperativismo e a arguição de inconstitucionalidade não se reveste de firmeza para aceitá-la nas consequências preconizadas. Ao revés, em recente parecer, Pedro Chaves, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, sustentou a legitimidade da Contribuição, quer pela natureza parafiscal do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, quer pelo "caráter de parafiscalidade" da taxa, que considera, ainda, como forma de custeio de serviço, vinculada ao poder de intervenção do Estado no domínio econômico.

Prório que fôsse o preceito de uma lei geral disciplinadora do regime cooperativo, e assim coubesse análise ampla da inconstitucionalidade apontada, temerário seria declarar a retroatividade reclamada, diante do disposto no art. 150, § 3º, da Constituição.

Destarte, a supressão da parte final do artigo 102 se impõe, cabendo à Comissão de Economia e à de Finanças a palavra, no mérito, sobre a conveniência de manutenção ou de extinção, da taxa assegurada ao Banco.

d) Vê-se, ainda, que, de conformidade com o artigo 104, "os imóveis adquiridos pelas cooperativas de co-

lização destinadas à distribuição aos associados, ficarão isentos do imposto territorial rural enquanto não passarem à posse dos beneficiários."

Não discutimos a justiça da isenção. Trata-se, porém, de matéria tipicamente financeira, de iniciativa exclusiva do Presidente da República (Constituição Federal, art. 60, I).

e) Por fim, cumpre assinalar que o art. 103 não se harmoniza com o espírito de unidade e a ideia de eficácia de toda legislação. Se um novo regime sobrevém, correto é que a ele se ajustem, em prazo razoável, as associações preexistentes, e não que possam permanecer, como o pretende o art. 103, amparadas no sistema desaparecido, só eventualmente substituível pelo superveniente. Nem há que cogitar de direito adquirido, noção que, além de restringida crescentemente, é incabível contra o poder geral do Estado de determinar, por lei, a reorganização das instituições existentes e sobretudo das que operam no plano econômico.

5. Assim, e com as ressalvas feitas sobre a conveniência de maiores alterações no texto à luz de sugestões provenientes de outras Comissões e do Plenário, opinamos pela inexistência de inconstitucionalidade ou injuridicidade que obste o curso do projeto, propostas, desde já, as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Suprima-se na ementa a designação "Lei Orgânica do Cooperativismo", consignando-se apenas: Regula a organização, o funcionamento e as atividades das cooperativas.

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 98.

EMENDA Nº 3

Suprima-se a parte final do art. 102: — "retroagindo os efeitos desta revogação à data da expedição do referido decreto-lei."

EMENDA Nº 4

Suprima-se o art. 104.

EMENDA Nº 5

Redija-se assim o art. 105:

"As cooperativas constituídas na vigência das leis anteriores adaptar-se-ão ao regime desta lei no prazo de um ano."

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, apreciando o parecer do Relator, é de entendimento que não há inconstitucionalidade ou injuridicidade que impeça a tramitação do projeto de lei do Senado nº 54, de 1967, estabelecendo novo regime disciplinador das cooperativas, salvo modificações convenientes, além das propostas nas emendas abaixo:

EMENDA Nº 1 — CCJ

Suprima-se ementa a designação "Lei Orgânica do Cooperativismo".

consignando-se apenas: Regula a organização, o funcionamento e as atividades das cooperativas.

EMENDA Nº 2 — CCJ

Suprima-se o art. 98.

EMENDA Nº 3 — CCJ

Suprima-se a parte final do art. 102: — "retroagindo os efeitos desta revogação à data da expedição do referido decreto-lei."

EMENDA Nº 4 — CCJ

Suprima-se o art. 104.

EMENDA Nº 5 — CCJ

Redija-se assim o art. 105:

"As cooperativas constituídas na vigência das leis anteriores adaptar-se-ão ao regime desta lei no prazo de um ano."

Sala das Comissões, em

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA SEPTUAGÉSIMA-SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1967.

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Passos Pôrto, Aníz Badra, Ivair Saidanha, Armando Corrêa, Atilio Fontana e Henrique La Rocque, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente apresenta o recurso do ex-suplente de Deputado Antonio Carvalho Guimarães, o qual solicita seja computado o tempo todo do legislativo para a qual foi eleito suplente, embora só houvesse assumido alguns meses. O Conselho indefere o recurso por não ter sido necessário. A

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

seguir, trata-se do requerimento de inscrição de Alexandre Brasil de Araujo que alega desconhecimento do prazo previsto para inscrição em virtude de ter estado de licença por longo período. O pedido foi indeferido por falta de amparo legal. Em continuação, é relatado o processo do ex-parlamentar Leônidas de Castro Melo já com decisão anterior do Conselho Deliberativo, de dez de agosto de mil novecentos e sessenta e seis, quando o Sr. Presidente expôs a situação do requerente, esclarecendo os motivos que o mesmo não podia pagar a carência. O Conselho, na ocasião, decidiu: 1º) emprestar metade do valor ao interessado, através do Fundo Assistencial e 2º) quando recebesse as subvenções as mesmas cobririam o citado empréstimo. Tendo em vista que o Instituto recebeu agora as subvenções orçamentárias, ficou decidido, considerando o estado de pobreza do requerente que torna o seu caso excepcional: 1º) que o interessado pagará a carência pelo sub-

sídio atual; 2º) que o Instituto pagará pelas subvenções, metade da mesma e 3º) o requerente fará empréstimo ao Fundo Assistencial da outra metade, de acordo com a Resolução nº 7, de 12 de janeiro do corrente ano. Prosseguindo, o Sr. Presidente lê carta do Banco Mercantil de Minas Gerais S.A. o qual solicita que o Instituto faça depósito no mesmo. O Conselho concorda, estabelecendo que o depósito será de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos), logo que haja disponibilidade. Finalmente são deferidos os requerimentos de auxílio-creche dos Srs. Hélio Dutra, Viterbo Vilela Valença, Sigefredo Pacheco, Nelson Zavaris, Léa Augusta da Silveira Rodrigues Lobo, Claudia Adda Passerini, Cléa Drummond Vasconcellos, Aloisio Barbosa de Souza, Elizia Cruz Cavalcante, Francisco Dutra Filho, Dirceu Cardoso, João Caribe Tolentino Ribeiro, Neuza Pacheco, João Inácio Ribeiro Roma, Benício Mendes Teixeira, Walter Eugênio Pereira,

Alcides Remus, Sylvio Carlos Knapp, Didier Mario Mendes da Silva, Ronaldo Ferreira Dias, Luiz Carlos Homem da Costa, Edmundo Fernandes Levi, Oswaldo José do Espírito Santo, Mario Camilo de Oliveira, José Passos Pôrto, Carlos Braga, José Rubens do Nascimento, Jorge Curi, Ayrton de Melo Viana, Edson Moury Fernandes, Theo Cordeiro da Silva, Luiz Carlos de Oliveira Chaves, Sandoval Ribeiro Silva, Arlindo Gadelha Lauriano e Moacir de Matos; de inscrição dos Srs. Valdemir Pereira Rocha, Ney Vargas Barreto, Delmiro Macedo de Avelar Vilas Boas, Natalino Cavalcante de Melo, Severino Ferrerira Menezes e Elanita Maria Lima Corrêa e de desligamento dos Srs. Miguel Teixeira Soares, Raimundo Manoel Bezerra, Antonio Gomes da Silva, Artur Carvalho Calmon, Jayme de Rezende Pacheco e João Borges dos Passos. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Catiote Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaga — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

José Ermírio
 Márius Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mario Martins

Antonio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mario Martins

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mario Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antonio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaga
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antonio Carlos
 José Guionard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Attilio Fontana
 João Leite
 Carlos Lindenberg
 Ceiso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Candido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Mala
Jose Candido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

Jose Guimaraes
Jose Leite
Lobao da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarao Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mario Martins
Adalberto Sena

Secretario: Claudio I. C. Leal Neto

Reunioes: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimaraes
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
Jose Ermirio

Aarao Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretario: Claudio I. C. Leal Neto

Reunioes: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Domicio Gondim
Julio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretario: Claudio I. C. Leal Neto

Reunioes: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antonio Balbino
Aurelio Vianna
Aarao Steinbruch

Secretario: Afranio Cavalcanti Mello Junior

Reunioes: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotonio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotonio Villela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobao da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sa
Jose Leite
Jose Guimaraes
Bezerra Neto

M D B

Secretario: Mario Nelson Duarte

Reunioes: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Candido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

Alvaro Mala
Fernando Correa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimaraes
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarao Steinbruch
Mario Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretario: J. B. Castelon Branco

Reunioes: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAUDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Correa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Julio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
Jose Candido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretario: Alexandre Mello

Reunioes: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
Jose Guimaraes
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Candido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Julio Leite

M D B

Oscar Passos
Mario Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto SenaLino de Mattos
Aarão SteinbruchSecretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello

Oscar Passos

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.